Título 5

BCP

Biblioteca de Conhecimentos Políticos

V. Neznánov

Vias de Passagem do Capitalismo ao Socialismo

Edições Progresso

Biblioteca de Conhecimentos Políticos

5. – Título

V. Neznánov

Vias de Passagem do Capitalismo ao Socialismo

LIVRARIA GABRIEL
221-1612
231-0351
FORTALEZA - CE

Edições Progresso

Tradução de *Florentino Marabuto*

Библиотека политических знаний
Выпуск 5

В. Незнанов

О ПУТЯХ ПЕРЕХОДА ОТ КАПИТАЛИЗМА К СОЦИАЛИЗМУ

На португальском языке

LIVRARIA GABRIEL
221-1612
221-0051
FORTALEZA, CE

© Edições Progresso, 1982
Impresso na URSS

H $\frac{10504-576}{014(01)-82}$ 271-82 0302030000

A transição do capitalismo para o socialismo à escala mundial é a característica fundamental da época actual. A transição do capitalismo para o socialismo é, pelo seu conteúdo, a etapa mais saturada, mais rica em acontecimentos, mais difícil e tensa da história mundial. É precisamente depois da vitória da revolução socialista que se acelera com enorme força o processo histórico. Nunca antes a humanidade tinha avançado com tanta determinação nem o desenvolvimento social tinha sido tão dinâmico.

A grande envergadura da luta de libertação nacional e o desmoronamento do sistema colonial do imperialismo fizeram surgir um grande grupo de novos Estados independentes.

Como acabar com o domínio dos exploradores e edificar a independência política e económica, através de que vias construir o socialismo? Quais as leis gerais da luta pela sua edificação? Qual a relação entre estas leis gerais e as características específicas dos diferentes países, como se manifestam nas inúmeras e variadíssimas condições de carácter histórico, nacional, geográfico, económico, social, político e outras?

Estas questões inquietam muitos povos que se libertaram do jugo colonial e enveredaram pela via de desenvolvimento independente.

A teoria marxista-leninista acerca do período de transição do capitalismo para o socialismo atravessou uma série de etapas, desenvolveu-se criativamente e enriqueceu-se com a experiência da luta pela construção da sociedade socialista.

No *Manifesto do Partido Comunista*, K. Marx e F. Engels, avançando a questão da conquista do poder político pelo proletariado já tinham assinalado as vias das subsequentes transformações do sistema capitalista em socialista.

As ideias de K. Marx e F. Engels sobre a essência, significado e papel do período de transição do capitalismo para o socialismo foram desenvolvidas, em relação a novas condições históricas, por Vladímir Lénine. Mais tarde, os postulados fundamentais da teoria do período de transição foram generalizados pelos partidos marxistas-leninistas na base da experiência histórica, o que encontrou a sua consagração na formulação de leis gerais de transição do capitalismo para o socialismo.

Os postulados e conclusões da teoria marxista-leninista sobre as leis gerais e as vias de transição para o socialismo, a generalização da prática e experiência da construção socialista ganharam especial actualidade no nosso tempo, em que muitos países que se libertaram da dependência colonial tomaram o rumo do desenvolvimento não capitalista, da orientação socialista, apesar das condições nos diferentes países serem plurifacetadas e bastante diferentes.

A teoria marxista-leninista fornece resposta às questões mais actuais que se colocam perante os países que seguem a orientação socialista: quais as etapas fundamentais da construção da sociedade e do Estado socialistas, como elaborar uma política correcta em relação ao sector privado, qual a ordem de resolução dos problemas do desenvolvimento económico, o papel dos partidos revolucionário-democráticos de vanguarda, quais as vias de consolidação da união da classe operária com o campesinato, de estabelecimento da ampla democracia popular e muitas outras questões.

O presente trabalho, não pretendendo ter um carácter universalizador, pretende dar a conhecer ao leitor os princípios básicos da teoria marxista-leninista sobre o período de transição do capitalismo para o socialismo.

Capítulo I

DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE – ACASO OU LEI?

As questões: como se desenvolve a sociedade, o que dirige o seu desenvolvimento, são as transformações que nela têm lugar fruto do acaso ou subordinam-se a leis definidas sempre preocuparam e continuam a preocupar as inteligências progressistas da humanidade. Se o desenvolvimento da sociedade obedece a leis, então qual é a relação entre essas leis, que estão na base do desenvolvimento, e a actividade consciente e orientada? Dependem da vontade e consciência das pessoas?

Estas perguntas, assim como muitas outras não surgem por acaso: o homem vive em sociedade, a que o ligam uma quantidade infinita de fios e por isso é natural que o destino da sociedade, as transformações que nela se dão, assim como as vias do seu desenvolvimento, não possam deixar de o interessar.

Uma resposta correcta, científica às perguntas: de que modo e porque é que o desenvolvimento da sociedade tem lugar, quais as leis gerais do seu desenvolvimento, foi dada pela primeira vez na história pelos fundadores do socialismo científico, Karl Marx e Friedrich Engels. Des-

cobriram que a história da sociedade humana constitui um processo histórico-natural que se desenvolve segundo leis especiais e objectivas que os homens não são capazes de revogar ou criar.

Para existir, os homens têm de ter alimentos, vestuário, habitação e outros bens materiais. Mas estes bens não são fornecidos de forma acabada pela natureza. Para os obter, os homens têm de trabalhar. Por exemplo, para satisfazer as suas necessidades alimentares, os homens criam gado, aram a terra, semeiam, cultivam e colhem trigo, cevada, milho. Isto significa que a força mais importante e determinante do desenvolvimento social é o trabalho, a produção de bens materiais.

O processo de trabalho, isto é, o processo de interacção racional do homem com a natureza, tem lugar sempre numa forma social definida. O trabalho constitui a base da vida social e é um bem exclusivo da humanidade. O homem – e nisto reside uma das mais importantes características diferenciadoras em relação ao animal – trabalha conscientemente, colocando antecipadamente perante si a tarefa de produzir bens materiais definidos. Ao produzir os bens que lhes são necessários, os homens aprendem as leis da natureza e, armados destes conhecimentos, põem a natureza ao seu serviço, exercendo cada vez mais o seu domínio sobre ela.

Ao exercer influência sobre a natureza no processo de trabalho e ao transformá-la, o homem transforma também a sua própria natureza: desenvolve as suas capacidades de trabalho, aperfeiçoa os seus conhecimentos, alarga as suas

possibilidades de aplicação. Estimulados pelas suas crescentes necessidades, os homens aumentam constantemente a esfera da sua actividade laboral, acumulam experiência de produção e aperfeiçoam o processo de trabalho que se transforma de geração para geração e se torna cada vez mais complicado. O trabalho tem enorme significado para o desenvolvimento do homem. Pode-se afirmar sem qualquer sombra de dúvida que, sem o trabalho, sem actividade produtiva, a vida humana seria impossível.

O trabalho, escreveu Engels, é "a primeira condição básica de toda a vida humana e, além disso, a um tal nível que deveríamos dizer, num certo sentido, que o trabalho fez o próprio homem"[1]. O grande mérito dos criadores do socialismo científico, K. Marx e F. Engels, reside no facto de terem reparado no mais importante e determinante – as relações sociais de produção ou económicas – em todo o conjunto das complicadas relações humanas.

Para nos orientarmos no conteúdo das relações económicas é indispensável tomarmos previamente conhecimento com algumas categorias económicas.

O homem é o factor decisivo de toda e qualquer produção. No processo de actividade laboral, transforma a natureza para satisfação das suas necessidades, com a ajuda de objectos e meios de trabalho. Objectos de trabalho é tudo aquilo sobre que o homem actua para obter bens materiais (minérios, metal, florestas, algodão, etc.). Meios de trabalho são os uten-

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras*, 2ª ed. em russo, t. 20, p. 486.

sílios utilizados pelo homem ao actuar sobre a natureza (máquinas, equipamentos, ferramentas, etc.). A terra ocupa um lugar especial, pois nuns sectores de actividade é utilizada principalmente como meio de trabalho (na agricultura), enquanto noutros se utiliza como objecto de trabalho (indústria extractiva). Mas serve, em qualquer dos casos, de condição material da produção. As forças da natureza são objectos gerais de trabalho. O seu domínio pelo homem (por exemplo, o conhecimento e o uso da electricidade, da energia do átomo, da luz, do vento, da água, etc.) aumenta o poder da sociedade. Objectos e meios de trabalho constituem em conjunto *os meios de produção*. Os meios de produção e os indivíduos, possuidores de conhecimentos e experiência de produção, estão intimamente ligados e interdependentes. No seu conjunto e interligação formam *as forças produtivas da sociedade*.

As forças produtivas constituem apenas um aspecto da produção material; o outro aspecto são *as relações de produção* ou *relações económicas*, isto é, as relações dos indivíduos no processo de produção. Os homens viveram e trabalharam sempre em comunidade, porquanto individualmente não podem opor-se às forças da natureza. A produção fora da sociedade é tão absurda como o desenvolvimento da língua sem pessoas que vivam juntas e falem entre si. "Para produzir – escreveu Karl Marx – os homens estabelecem determinadas ligações e relações e só no quadro destas ligações e relações sociais entram em contacto com a natureza e tem lugar a produção"[1].

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 6, p. 441.

As relações entre os indivíduos surgem, antes do mais, devido aos meios de produção. Para produzir, os homens têm de ter e possuir meios de produção. Estes meios de produção podem ser propriedade de um só indivíduo, de um grupo de indivíduos ou de toda a sociedade no seu conjunto. A quem pertencem os meios de produção, pertencem também os artigos produzidos com a sua ajuda. Deste modo, as relações entre as pessoas no processo de produção são determinadas, sobretudo, por quem é dono dos meios de produção, isto é, pela forma de propriedade. Se, por exemplo, os meios de produção pertencem aos trabalhadores (propriedade colectiva) e utilizam-se no interesse de toda a sociedade, então as relações de produção terão necessariamente um carácter de colaboração e ajuda fraternal de trabalhadores livres da exploração, como acontece nos países socialistas. Se os meios de produção não pertencem àqueles que trabalham, mas aos exploradores, empresários privados, capitalistas (propriedade privada), e são usados no interesse da apropriação do produto do trabalho alheio, então as relações de produção são relações de domínio e submissão, características dos países capitalistas.

Deste modo, a produção social tem dois aspectos: as forças produtivas e as relações de produção. No seu conjunto, elas estabelecem a determinação histórica dos *modos de produção*.

Tendo tomado conhecimento de alguns conceitos necessários – meios de produção, forças produtivas, modo de produção – podemos agora,

estimado leitor, analisar como se desenvolve a sociedade, qual é o estímulo motor deste desenvolvimento e se ele se submete a qualquer tipo de leis.

Karl Marx e Friedrich Engels chegaram à conclusão que o curso do desenvolvimento histórico da sociedade se submete a leis objectivas independentes da vontade e consciência das pessoas, que os indivíduos são sempre obrigados a coordinar as suas acções com as condições económicas circundantes.

Os fundadores do socialismo científico mostraram que cada geração nova encontra já estabelecido um certo tipo de relações de produção historicamente formado e um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas. Por um lado, a nova geração desenvolve as forças produtivas, mas, por outro, as relações de produção formadas e as respectivas forças de produção determinam as condições de vida e o carácter de desenvolvimento desta geração. "A história não é senão a mudança contínua de gerações, cada uma das quais usa materiais, capitais, forças produtivas que lhe são transmitidos por todas as gerações anteriores; por este motivo, uma geração dada, por um lado, continua a actividade herdada em condições completamente diferentes e, por outro, modifica as velhas condições com a sua actividade transformada"[1].

Deste modo, as condições da produção material e as leis do seu desenvolvimento são objectivas no sentido de que os indivíduos

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 3, pp. 44-45.

não são livres de escolher os modos de produção. Acentuando o carácter objectivo e o significado determinante da produção material para o desenvolvimento da sociedade, F. Engels assinalou que as razões primárias "...de todas as transformações sociais e políticas têm de ser procuradas não nas cabeças das pessoas, não na sua compreensão crescente da verdade eterna e da justiça, mas nas modificações do modo de produção e de troca; é preciso procurá-las, não na *filosofia* mas na *economia* das épocas correspondentes"[1].

A história da sociedade não é senão o desenvolvimento, segundo leis, da produção social, processo necessário, independente da vontade e da consciência dos indivíduos, de substituição de um modo de produção, inferior, por outro, superior.

Como se desenvolve a produção social?

O desenvolvimento da produção social começa com a transformação das forças produtivas. A experiência histórica atesta que os homens, para tornarem o seu trabalho mais efectivo e produzirem o máximo possível de bens materiais, esforçam-se por aperfeiçoar os instrumentos e meios de trabalho utilizados e, ao mesmo tempo, criar novos, mais produtivos. Tem lugar um progresso técnico de transformação das forças produtivas e isto provoca, por seu turno, a necessidade de mudança das relações de produção. No entanto, devido a fraca mobilidade e conservadorismo, as relações de produção transformam-se mais lentamen-

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 20, p. 278.

te do que as forças produtivas. A pouco e pouco, as relações de produção dominantes na sociedade começam a tornar-se caducas e a impedir o desenvolvimento das forças produtivas, tornando-se as suas grilhetas.

A falta de correspondência que surge entre as forças produtivas e as relações de produção não pode ser duradoura. Agudizando-se constantemente, esta falta de correspondência transforma-se em conflito que se torna a base material da revolução. A revolução social destrói as velhas relações de produção e substitui-as por novas que possibilitam o desenvolvimento das forças produtivas. A necessidade objectiva de desenvolvimento da produção obriga o homem a pensar na forma de relações de produção mais progressivas e, finalmente num modo de produção mais progressivo.

O nível de desenvolvimento das forças de produção atingido exige relações de produção correspondentes, nisto reside a sua dialéctica objectiva. É nisto que consiste a lei da correspondência das relações de produção ao carácter e nível de desenvolvimento das forças produtivas, descoberta por Marx.

Analisemos agora como é que esta lei se manifesta ao longo da história da sociedade humana.

Capítulo II

QUE MODOS DE PRODUÇÃO CONHECE A HISTÓRIA?

A história da humanidade conhece cinco modos de produção que se foram substituindo uns aos outros: sociedade comunitário-primitiva, esclavagista, modo de produção feudal, capitalista e comunista (cuja primeira fase é o socialismo).

O modo de produção da sociedade comunitário-primitiva representa a forma inferior e historicamente mais atrasada de organização social do homem. Surgiu com o aparecimento do homem há quase 2 milhões de anos e foi dominante na Terra até ao 5°–4° milénio a.C. Durante a sua vigência, o homem percorreu um caminho que vai desde o uso dos utensílios fornecidos pela natureza de forma acabada (paus e pedras) até à confecção dos instrumentos de produção primitivos. Mais tarde, o homem aprendeu a fazer instrumentos mais aperfeiçoados e a dominar as propriedades úteis do fogo.

O baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas pressupunha relações de produção correspondentes: relações de igualdade e de ajuda mútua na base das quais estava a proprie-

dade colectiva, comunitária dos meios de produção, assim como a divisão igualitária, independentemente da quantidade e qualidade de trabalho despendido.

Todos os meios de subsistência obtidos eram divididos por igual entre os membros da comunidade, independentemente de quem os obtinha. A divisão igualitária era consequência do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Não podia ser de outro modo. Em condições em que a vida de cada indivíduo dependia do acaso, do êxito ou do insucesso na obtenção de meios de subsistência, a desigualdade de distribuição destes meios entre os membros da comunidade constituía um perigo para a existência de cada indivíduo em particular e da comunidade no seu conjunto. Por outras palavras os homens desses tempos, possuindo apenas instrumentos primitivos, podiam opor-se às forças da natureza apenas juntos, em colectivo, unindo-se espontaneamente em comunidades. Casa comum e vivência colectiva foram a base económica de uma tal comunidade.

A quantidade de produtos obtidos mal chegava para sobreviver. Não havia nada para um indivíduo apoderar ou açambarcar. Por isso, não existiam a propriedade privada, as classes ou a exploração.

À medida que a actividade produtiva colectiva dos homens se vai complicando e desenvolvendo, vai surgindo a divisão natural do trabalho segundo o sexo e a idade. Os trabalhos domésticos, a preparação dos alimentos, etc., concentraram-se nas mãos das mulheres, ocupadas ao mesmo tempo com a educação

dos filhos. A caça, a pesca tornaram-se ocupações do homem, enquanto os velhos se convertiam em depositários da experiência acumulada e a transmitiam à geração nova. A divisão natural do trabalho elevou a produtividade do trabalho colectivo.

Em resumo, apesar de lentamente, as forças de produção desenvolviam-se, assim como se aperfeiçoava a experiência produtiva, crescia a efectividade e a produtividade. Tudo isto criava condições não apenas para a divisão natural do trabalho, mas também para a sua divisão social. A separação entre a pecuária e a agricultura foi a primeira desse tipo de divisões do trabalho. Mais tarde, foi a vez do artesanato se tornar um sector produtivo autónomo.

O desenvolvimento das forças produtivas (aparecimento de instrumentos de trabalho mais aperfeiçoados, uso de novos métodos de trabalho, de experiência acumulada, etc.) levou a que a comunidade se começasse a dividir em famílias separadas, que obtiveram a possibilidade, numa série de casos, de se fornecerem de todo o necessário e recusarem o trabalho comunitário colectivo. É o caso, por exemplo, da agricultura, onde, com o surgimento do arado puxado por animais de tracção e dirigido por um ou dois trabalhadores, desapareceu a necessidade de cultivar a terra colectivamente. O mesmo aconteceu com a obtenção de alimentos através da organização da caça colectiva de animais. Se antes, para exercer esta actividade, era necessária a participação de um grande grupo de caçadores, com o desenvolvimento da

pecuária a obtenção de carne passou a não exigir os esforços de muitos membros da sociedade.

As casas colectivas perderam pouco a pouco o seu significado e passaram a ser substituídas por casas de famílias separadas.

Com a desagregação das unidades comunitárias surgiu a propriedade privada e cada família passou a possuir meios de produção. O homem aprendeu a produzir mais produtos do que os necessários para assegurar a sua subsistência. Surgiu a possibilidade de existência da exploração: enriquecimento de alguns membros da sociedade à custa dos outros. Surgiram as primeiras classes antagónicas: a classe dos escravistas e a dos escravos. Deste modo, o desenvolvimento das forças produtivas levou à substituição do modo de produção da sociedade primitiva pelo modo de produção esclavagista.

O modo de produção esclavagista foi o passo seguinte na história da sociedade humana. Nele, as forças produtivas herdadas da sociedade primitiva encontraram o seu subsequente desenvolvimento. Continuou o processo de divisão do trabalho, surgiram e cresceram as cidades, desenvolveu-se o comércio.

A época de transição da sociedade primitiva para a da escravidão foi assinalada por enormes progressos no desenvolvimento dos instrumentos de trabalho e de produção. Os instrumentos de trabalho passaram a ser feitos de metal. A princípio de cobre e bronze e mais tarde, de ferro. Os instrumentos de trabalho mais difundidos eram a charrua de madeira,

a pá, o machado, a picareta, a grade, a forquilha, a tenaz, a foice, etc. Ao mesmo tempo que se usavam os instrumentos de trabalho simples, passaram a ser feitos também instrumentos de trabalho manual mais complicados: fole de ferreiro, tear, roda de oleiro e outros. Estes instrumentos possibilitaram um nível de produtividade do trabalho muito maior, apesar da sua rudeza.

A pouco e pouco, alargou-se a esfera da actividade laboral dos indivíduos, aperfeiçoaram-se os hábitos de trabalho. No artesanato surgiu a especialização e a profissão. Sabe-se, por exemplo, que na Grécia antiga havia pedreiros, carpinteiros, mestres no trabalho dos metais, correeiros, etc.

As relações de produção criadas correspondiam às forças de produção da sociedade esclavagista. Estas relações eram caracterizadas pela existência da propriedade privada dos escravistas tanto sobre os meios de produção como sobre o próprio escravo, assim como sobre toda a produção deste. O escravo recebia apenas os meios de subsistência necessários para não morrer de fome.

O sistema esclavagista foi o primeiro modo de produção da história da humanidade baseado no antagonismo de classes e na exploração do homem pelo homem.

Com a formação, na sociedade esclavagista, de classes antagónicas e a afirmação da exploração do homem pelo homem, surgiu o Estado, estabeleceu-se o domínio político da classe dos escravistas sobre a dos escravos. Caracterizando a essência do primeiro Estado da

história da humanidade, V. I. Lénine assinalou: "... quando surgiu a primeira forma de divisão da sociedade em classes, quando surgiu a escravidão... se consolidou a existência... da classe de escravistas e, para que esta se consolidasse, surgiu a necessidade do aparecimento do Estado.

E ele surgiu, o Estado esclavagista, aparelho que deu o poder aos escravistas, que lhes deu a possibilidade de governarem todos os escravos"[1].

Deste modo, na sociedade esclavagista foi estabelecida a relação de obediência e subordinação, relações de exploração económica das massas de escravos desprovidas de direitos.

As relações de produção esclavagistas contribuíram durante algum tempo para o desenvolvimento das forças produtivas.

O aperfeiçoamento dos meios de trabalho, o aumento das cabeças de gado e o seu uso como força de tracção criaram a possibilidade de aumentar o âmbito da agricultura e da criação de gado, organizar grandes latifúndios esclavagistas em que se ocupavam, por vezes, centenas e mesmo milhares de escravos. O desenvolvimento do artesanato, iniciado ainda no seio da sociedade primitiva, atingiu um nível mais elevado. Tal como na agricultura, no artesanato surgiram pouco a pouco grandes empresas esclavagistas, onde eram usados alguns mecanismos elementares.

No entanto, com o decorrer do tempo, as relações de produção esclavagistas deixaram de corresponder às forças produtivas, tornaram-se um estorvo na via do seu desenvolvimento, o que se exprimiu através da agudização das contradições de classe entre escravos e escravistas.

[1] V. I. Lenine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Edições "Avante!" – Lisboa; Edições Progresso – Moscovo, 1978, t. 3, p. 182.

A produção exigia um desenvolvimento permanente dos instrumentos, o aumento da produtividade do trabalho e os escravos não estavam interessados nisso.

A falta de correspondência surgida entre as forças produtivas em crescimento e as relações de produção esclavagistas foi-se acentuando com o decorrer do tempo. Esta falta de correspondência exprimiu-se através das revoltas de escravos. A extrema agudização das contradições de classe abalou os fundamentos económicos e políticos da sociedade esclavagista. Sobre os seus escombros surgiu uma sociedade nova, a sociedade feudal.

O modo de produção feudal, que veio substituir o esclavagista, caracterizava-se pela continuação do desenvolvimento das forças produtivas. O homem aprendeu a usar a energia da água e do vento, aperfeiçoou-se significativamente o artesanato, surgiram as primeiras máquinas, alargou-se o comércio, continuaram a crescer as cidades, desenvolveu-se a agricultura.

As novas relações de produção feudais davam maiores possibilidades de desenvolvimento às forças produtivas. A base destas relações era a propriedade feudal sobre a terra e outros meios de produção, assim como a semipropriedade sobre os trabalhadores: camponeses servos e artesãos. O senhor feudal podia obrigar o camponês servo a trabalhar para si, podia vendê-lo

ou comprá-lo, mas não o podia matar. Além disto, o servo, sobretudo nos primeiros estádios do feudalismo, ainda gozava do direito de transitar de um senhor feudal para outro.

Tal como na sociedade esclavagista, as relações de produção feudais foram relações de domínio e subserviência, de exploração por um punhado de feudais da enorme massa dos camponeses servos.

Existia uma relação de dependência pessoal entre os camponeses servos e os artesãos e feudais. Estes exerciam o poder judicial e administrativo sobre os servos. Sem isto, seria difícil obrigar os servos a trabalhar para os feudais.

No entanto, estas relações eram mais progressivas do que as relações de produção esclavagistas, porquanto provocavam nos camponeses servos um certo interesse pelo seu trabalho. Os camponeses eram agora possuidores de alguns meios de produção (pequenas parcelas de terra, gado, alfaias, etc.), o que lhes dava a possibilidade de, depois de cumprirem as obrigações feudais, trabalharem uma parte do tempo para si próprios. Esta situação gerou o interesse pelo aperfeiçoamento dos instrumentos e dos hábitos de trabalho, pelo aumento da produtividade. Graças a isso, as forças de produção atingiram, no feudalismo, um nível de desenvolvimento mais elevado. Surgiu o arado com relha de ferro, a grade de dentes também de ferro, e desenvolveu-se a horticultura, a fruticultura, a viticultura, etc., foram inventados os altos-fornos, surgiram armas de fogo e a imprensa.

Em vez do artesanato, surgiu a cooperação capitalista simples e a manufactura, concentrando sob um mesmo tecto um grande número de trabalhadores e permitindo ao mesmo tempo a divisão do trabalho e uma acentuada subida da sua produtividade. A manufactura significou o nascimento, no seio do sistema feudal, de um modo de produção novo e mais progressivo: o modo de produção capitalista.

No entanto, no caminho do ulterior desenvolvimento das forças produtivas atravessaram-se as relações de produção feudais que ligavam o camponês à terra e não permitiam a passagem da força de trabalho para a indústria em desenvolvimento. Surgiu a necessidade imperiosa de mudança das relações de produção feudais, que obstruíam a produção e se tinham transformado em suas cadeias. Era necessário destruí-las, e isso foi feito pela revolução burguesa, à frente da qual estava uma nova classe, a burguesia.

O modo de produção capitalista singnifica um novo passo em frente na história da humanidade. A grande produção mecanizada é a base das suas forças produtivas. O lugar das oficinas artesanais foi ocupado por grandes fábricas e empresas. Karl Marx e Friedrich Engels caracterizaram do modo seguinte as forças produtivas do capitalismo: "Subjugação das forças naturais, produção mecanizada, aplicação da química à indústria e à lavoura, navegação a vapor, caminhos de ferro, telégrafos eléctricos, arroteamento de continentes inteiros, aumento da navegabilidade dos rios – qual foi sentimento de que estas forças produtivas

estavam latentes no seio do trabalho social?"[1].

Em um ou dois seculos, na aurora da sua existência, o capitalismo fez mais pelo desenvolvimento das forças produtivas do que todas as épocas anteriores da humanidade.

Um desenvolvimento tão rápido das forças produtivas não se deu por acaso, foi condicionado por relações de produção novas, capitalistas. Na base destas relações estava a propriedade privada dos meios de produção. Nas condições do capitalismo, os trabalhadores são juridicamente livres, formalmente, o detentor dos meios de produção (capitalista) não pode obrigá-los a trabalhar para si. No entanto, privados dos meios de produção, os trabalhadores são obrigados – para poderem sobreviver – a vender a sua força de trabalho ao capitalista na fábrica ou na empresa e a submeter-se à exploração.

As relações de produção capitalistas criaram um estímulo para o desenvolvimento da produção: o lucro capitalista. É precisamente na corrida aos lucros e super-lucros que os capitalistas se esforçam por alargar a sua produção e aperfeiçoar a técnica, o que leva a um desenvolvimento rápido das forças de produção. Aprofunda-se e agudiza-se a contradição fundamental do capitalismo, a contradição entre o carácter social da produção (na produção tomam parte centenas de milhões de pessoas) e a apropriação privada capitalista dos seus resultados (os frutos do trabalho de milhões

[1] K. Marx e F. Engels. *Manifesto do Partido Comunista*, Ed. "Avante!", 1975, p. 65.

de trabalhadores são apropriados por um pequeno grupo de detentores dos meios de produção).

As contradições do modo de produção capitalista atingem a sua fase mais aguda no último estádio de desenvolvimento do capitalismo, na fase imperialista, em que o domínio dos gigantescos monopólios substitui a livre concorrência.

As uniões monopolistas ligam num todo único o trabalho de milhões de pessoas, não só dentro de um mesmo país, mas também para além das suas fronteiras, unem-se ao aparelho de Estado, o que leva à formação do capitalismo monopolista de Estado. A produção adquire cada vez mais um carácter social. Porém, desenvolvendo em dimensões gigantescas as forças produtivas, o capitalismo cria ao mesmo tempo as condições materiais da sua morte. As forças de produção em crescimento não se contêm nos parâmetros das relações de produção capitalistas e surgem contradições agudas (crises, inflação, desemprego, guerras, etc.) que só uma revolução socialista triunfante pode resolver. Esta liquida as velhas relações de produção capitalistas e substitui-as por outras mais progressistas, relações de produção socialistas, na base das quais está a propriedade social dos meios de produção.

A classe operária, em união com o campesinato, é a força social, reconhecida pelo processo histórico como capaz de destruir as relações capitalistas e criar novas relações e o modo de produção comunista. A vanguarda da classe operária é o partido que segue as posições

do socialismo científico e que une aquela ao movimento operário de massas.

Deste modo, o próprio desenvolvimento do capitalismo cria condições objectivas e subjectivas para o novo regime social, o comunismo.

No entanto, para a substituição do modo de produção capitalista pelo comunista é necessário todo um período histórico – o período de transição do capitalismo para a primeira fase do modo de produção comunista, ou socialismo.

Capítulo III

NECESSIDADE DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO PARA O SOCIALISMO

A substituição revolucionária do capitalismo pelo socialismo é um processo que obedece a leis e cuja inevitabilidade é condicionada por todo o processo histórico de desenvolvimento da sociedade. Esta é uma das leis mais importantes do marxismo-leninismo e foi comprovada pela própria vida e reafirmada pela experiência actual de muitos países que seguem a via de desenvolvimento socialista.

Nenhum país pode chegar ao socialismo contornando todo o período histórico de transição. A duração deste período, as formas e métodos de realização das transformações socialistas podem ser diversos neste ou naquele país e em diferentes condições históricas, mas, na essência, as suas direcções fundamentais são únicas.

A revolução destrói a velha sociedade, mas não se trata de um acto concomitante. Pode-se, por exemplo, tomar rapidamente o poder, em poucos dias ou mesmo em horas, mas não se pode destruir num só ataque, mesmo que decisivo e enérgico, a velha sociedade que representa um organismo social complexo.

A destruição do velho é um processo mais ou menos longo. É necessário destruir – decidida e energicamente – aquilo que serve os exploradores e está orientado contra o povo. Ao mesmo tempo, deve-se manter integralmente aquilo que é útil e pode ser usado no interesse do povo.

Deve-se ainda ter em vista que, ao mesmo tempo que decorre o processo de destruição, inicia-se o de criação. Não são processos de substituição um pelo outro, mas ligam-se estreitamente, pois são paralelos.

Construir destruindo o velho, construir sobre as ruínas do velho não é tarefa fácil. É preciso, em primeiro lugar, elaborar os traços do edifício novo, inédito pois este é erguido num lugar que não está vazio.

A necessidade do período de transição do capitalismo para o socialismo está ligada às particularidades da revolução socialista, aos seus princípios diferenciadores da revolução burguesa. Esta tem lugar, como já foi dito, quanto no seio da sociedade feudal surge e se desenvolve o modo de produção capitalista. A revolução socialista inicia-se na ausência de relações de produção socialistas no seio do capitalismo.

A revolução burguesa termina com a conquista do poder político, porquanto a base económica do capitalismo é criada pelo desenvolvimento histórico anterior. Por isso, a tarefa da revolução burguesa resume-se à liquidação das relações feudais que ainda sobreviviam. A revolução socialista apenas começa com a conquista do poder, dado que o poder político é usado pelo proletariado vitorioso

para a reconstrução da economia segundo princípios socialistas e para a liquidação, nesta base, dos elementos capitalistas sobreviventes.

Porque é que o socialismo não pode surgir e desenvolver-se no seio do capitalismo? Tal não pode acontecer por força de algumas razões. Detenhamo-nos nelas mais atentamente.

Primeira razão. A separação entre o trabalhador e os meios de produção, que o reduzem a proletário desprovido de meios e o obrigam a vender a sua força de trabalho ao capitalista, isto é, a ser contratado por ele para trabalhar, a fim de obter meios de sobrevivência, é a condição necessária do surgimento das relações de produção capitalistas.

Uma condição do socialismo é a união dos produtores directos (trabalhadores) com os meios de produção. Esta união não pode, evidentemente, ter lugar no quadro da sociedade burguesa. Os capitalistas nunca entregarão de bom grado a sua propriedade, que é o resultado da apropriação do trabalho excedente e não pago dos trabalhadores contratados, isto é, da exploração. Para se tornar dona dos meios de produção, criados pelo seu trabalho, a classe operária deve tirá-los pela força à burguesia. Deste modo, será estabelecida a justiça histórica em relação à classe operária cujo trabalho criou esses meios de produção.

O proletariado, assinalaram K. Marx e F. Engels, "...por uma revolução se faz classe dominante e como classe dominante suprime pela força as velhas condições de produção..."[1]

[1] K. Marx e F. Engels. *Manifesto do Partido Comunista*, Ed. "Avante!", 1975, p. 85.

Segunda razão. Tal como já foi dito, no processo de desenvolvimento histórico, a sociedade esclavagista transformou-se a pouco e pouco em feudal e esta em capitalista. Neste sentido, o velho e o novo modos de produção existiram concomitantemente. Isto explica-se pelo facto de os regimes esclavagista, feudal e capitalista terem a mesma base, a propriedade privada dos meios de produção. Por outras palavras, a propriedade esclavagista, feudal e burguesa são basicamente do mesmo tipo. Por isso, quando, por exemplo, a classe dos feudais ou dos capitalistas, esforçando-se por consolidar a posição económica adquirida, subordinou toda a sociedade a condições que possibilitassem a sua hegemonia e concretamente a forma correspondente de propriedade privada, não teve necessariamente de suprimir as outras formas.

A propriedade socialista é a negação directa de todos os tipos de propriedade privada e, por isso, não pode surgir no seio do capitalismo.

Terceira razão. Na base das relações de produção socialistas está a propriedade social dos meios de produção. No entanto, nas condições do capitalismo, tem lugar apenas um certo desenvolvimento da propriedade que não elimina o seu carácter privado. Mesmo a transferência de alguns meios de produção para a propriedade do Estado burguês não transforma a sua natureza. A propriedade capitalista não se torna, com esta medida, propriedade de todo o povo, porquanto o Estado capitalista é apenas um capitalista colectivo, um

comité de defesa dos interesses capitalistas.

Quarta razão. A propriedade capitalista pode surgir no seio do sistema feudal e coexistir com a propriedade feudal porque ambas as formas de propriedade se baseiam na exploração do homem pelo homem. Na transição do feudalismo para o capitalismo somente é modificada a forma de exploração e não eliminada, o mesmo se pode dizer quanto à substituição do sistema esclavagista pelo feudal.

No que diz respeito à propriedade socialista, esta, pela sua natureza, exclui toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem. É por isso que a propriedade socialista não pode surgir espontaneamente a partir da propriedade privada e surge apenas com a destruição desta. Por conseguinte, o surgimento da propriedade social leva à negação das próprias bases da sociedade dividida em classes inimigas, antagónicas. Depreende-se daqui que é impossível pôr em prática tais transformações no quadro do sistema burguês.

Quinta razão. Todos os modos de produção pré-socialistas foram resultado do desenvolvimento espontâneo das forças produtivas. O socialismo, baseado na propriedade social, exclui a espontaneidade e a anarquia no seu desenvolvimento. Pode surgir e desenvolver-se somente como resultado de acções conscientes e orientadas da classe operária em aliança com o campesinato e outras camadas de trabalhadores. E apenas o Estado socialista é capaz de planear, organizar e dirigir tais acções. Este leva a cabo um conjunto de medidas em resultado das quais se formam e desenvolvem relações produtivas de

amizade e colaboração, desprovidas do jugo da exploração.

Resumindo tudo o que foi dito, pode tirar-se a conclusão de que o socialismo não surge e não pode surgir no seio do sistema burguês. Surge, desenvolve-se e consolida-se como resultado da revolução socialista que destrói as relações de produção capitalistas.

No entanto, ao tomar o poder nas suas mãos, os trabalhadores não podem construir num só dia a sociedade socialista. A resposta à questão da impossibilidade de o fazer foi dada por V. I. Lénine: "Este objectivo não pode ser realizado de um só golpe – escreveu Lénine –, pois exige um período de transição bastante longo do capitalismo para o socialismo, tanto porque reorganizar a produção é uma coisa difícil, como porque é necessário tempo para mudanças radicais em todos os domínios da vida e porque a enorme força do hábito da gestão pequeno-burguesa e burguesa só pode ser superada numa luta longa e tenaz"[1].

A transição do capitalismo para o socialismo pressupõe toda uma etapa histórica que se inicia no momento da conquista do poder político pelos trabalhadores e termina com a construção do socialismo.

Este é o período de transição. A sua essência consiste na destruição consecutiva de todas as formas de propriedade privada dos meios de produção não baseada no trabalho e na transformação dos meios de produção na propriedade social. Por outras palavras, é no período

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 135.

de transição que se dá a supressão das classes exploradoras e de todas as formas de exploração do homem pelo homem e se afirmam as relações de produção socialistas. No período de transição, dá-se gradualmente a conversão socialista da pequena produção mercantil dos camponeses e artesãos através da sua união voluntária em cooperativas de produção, cria-se a base material e técnica do socialismo sob a forma de grande produção de máquinas, que possibilita a introdução do progresso técnico em todas as esferas da economia nacional. Ao mesmo tempo, é levada a cabo a revolução cultural, desenvolve-se o processo de reeducação das camadas pequeno-burguesas no espírito da nova ideologia socialista.

Nos países capitalistas altamente desenvolvidos, onde o nível de socialização da produção é mais elevado e as condições necessárias ao socialismo estão mais preparadas, o período de transição pode ser mais curto de que nos países economicamente menos desenvolvidos.

A situação internacional favorável e, antes do mais, a existência, crescimento e fortalecimento do sistema mundial do socialismo permitem também resolver, num período histórico mais curto e com menos dificuldades, as questões do período de transição do capitalismo para o socialismo.

Na URSS, primeiro país a entrar na via das transformações socialistas, o período de transição iniciou-se em Outubro de 1917 e continuou até meados dos anos 30. A Constituição da URSS aprovada em 1936 consagrou legislativamente a vitória do socialismo no país.

Nos outros países socialistas, o período de transição do capitalismo para o socialismo decorreu, em regra, num período histórico ainda mais curto. A possibilidade de redução deste período foi, como já dissemos, condicionada pelo surgimento e desenvolvimento do sistema socialista mundial. Por exemplo, na Bulgária, Hungria, Checoslováquia e Roménia, o período de transição durou cerca de 15 anos e na RDA cerca de 12. Na Jugoslávia, país cuja agricultura comporta ainda um grande número de pequenas explorações individuais, a construção das bases do socialismo ainda prossegue.

A terminar, importa esclarecer que o período de transição não pode ser visto como uma formação sócio-económica específica. É, como foi dito anteriormente, um período histórico de transformação revolucionária do capitalismo em socialismo. Importa sublinhar especialmente que não se pode efectuar a passagem para o socialismo através da via reformista e que a revolução socialista, que tem por objectivo levar a cabo a transformação radical do sistema económico e social, é indispensável. Trata-se de uma exigência objectiva do desenvolvimento social. É por aqui que passa a linha das fronteiras da teoria marxista-leninista acerca da revolução socialista e o reformismo e revisionismo. Nenhum país pode evitar o período de transição, mesmo que goze de condições internas e externas muito favoráveis à construção do socialismo.

Capítulo IV

LEIS GERAIS E PARTICULARIDADES DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Quando se fala de leis gerais do período de transição tem-se em vista as transformações revolucionárias radicais obrigatórias para cada país que envereda pela via socialista. Isto explica-se, em primeiro lugar, pela essência comum da revolução proletária e pelas condições finais objectivas do período de transição. Para os países que iniciaram o período de transição, tanto os objectivos como os resultados finais das transformações socialistas são idênticos, isto é, a construção do socialismo. A força social motora das transformações revolucionárias é também para todos os países a mesma: a classe operária, dirigida pelo partido marxista-leninista.

Os princípios teóricos fundamentais sobre as leis gerais das transformações socialistas no período de transição foram formulados por K. Marx e F. Engels que sublinharam, sobretudo, o facto de a questão das etapas de transição para o socialismo ser "o problema mais difícil de todos os existentes..."[1] Mais tarde, estes princípios foram criativamente desenvolvidos e concretizados por V. I. Lénine, tendo em conta a análise das particu-

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 38, p. 108.

laridades do estádio imperialista do capitalismo e a experiência da construção do socialismo na URSS.

"Quando os clássicos do marxismo-leninismo, levantando a cortina do tempo, traçaram os contornos do socialismo e do comunismo – assinala L. I. Bréjnev – foram extraordinariamente cautelosos. Nem um grão de utopia ou fantasia. Somente aquilo que pode ser cientificamente argumentado: tendências fundamentais de desenvolvimento, características fundamentais. Teoricamente, era claro que o período de transição do capitalismo para o comunismo abrangeria um período histórico longo e que a nova sociedade se iria elevar de um grau de maturidade a outro. Mas era impossível saber de antemão como iam ser concretamente estes graus"[1].

Actualmente, na teoria marxista-leninista são formuladas seguintes leis fundamentais do período de transição do capitalismo para o socialismo, confirmadas pela prática da construção do socialismo:

Em primeiro lugar, o papel dirigente da classe operária conduzida pelo partido marxista-leninista; realização da revolução proletária e estabelecimento da ditadura do proletariado sob uma ou outra forma.

Em segundo lugar, a aliança da classe operária com a massa principal do campesinato e outros grupos de trabalhadores.

Em terceiro lugar, a liquidação da propriedade capitalista e o estabelecimento da propriedade social sobre os meios de produção fundamentais.

[1] L. I. Bréjnev. *Pelo Rumo Leninista. Discursos e Artigos*. Moscovo, Politizdat, 1978, t. 6, p. 623 (ed. russa).

Em quarto lugar, a transformação progressiva socialista da agricultura na base da cooperação voluntária dos camponeses.

Em quinto lugar, o desenvolvimento planificado da economia dirigido para a construção do socialismo e do comunismo, para o aumento do nível de vida dos trabalhadores.

Em sexto lugar, execução da revolução socialista no campo ideológico e da cultura, formação da intelectualidade afecta ao povo trabalhador e à causa do comunismo.

Em sétimo lugar, liquidação do jugo nacional e garantia da igualdade de direitos e da amizade entre os povos, desenvolvimento e aproximação de todas as nações.

Em oitavo lugar, defesa das conquistas da revolução das investidas dos inimigos internos e externos.

Em nono lugar, solidariedade da classe operária do país dado com a classe operária de outros países, ou seja, internacionalismo proletário.

Estas são as leis mais importantes e gerais do período de transição. Neste sentido, tem de se ter em conta o facto de elas poderem surgir de forma diferente nas diferentes etapas deste período. Algumas são válidas para todo o período de transição e outras para um período de tempo mais curto.

A existência de leis gerais do período de transição do capitalismo para o socialismo não significa que todas se revelem de igual modo

nos diferentes países. A forma concreta como as leis gerais se revelam pode variar segundo a especificidade do desenvolvimento histórico deste ou daquele país que atravessa o período de transição para o socialismo, as particularidades da economia, as tradições nacionais e a cultura, as relações e a distribuição das forças de classe dentro do país, a situação internacional e outros factores. Por outras palavras, as leis gerais não evitam as particularidades históricas e nacionais do período de transição para o socialismo nos diferentes países. V. I. Lénine chamou, a seu tempo, a atenção para isto. "Todas as nações chegam ao socialismo – escreveu Lénine. – É um facto inevitável, mas não chegam de modo igual, pois cada uma contribui com as suas particularidades para esta ou aquela forma de democracia, para este ou aquele tipo de ditadura do proletariado, para um ou outro ritmo das transformações socialistas dos diferentes aspectos da vida social"[1].

Vem a propósito assinalar que o marxismo-leninismo, ao fundamentar a necessidade e as leis gerais do período de transição do capitalismo para o socialismo, nunca se esforçou por antever todas as possibilidades de passagem histórica ao socialismo, por dar receitas válidas para todos os países. V. I. Lénine assinalou várias vezes que o socialismo científico determinou apenas as tarefas mais gerais da construção socialista. Lénine escreveu: "Não pretendemos que Marx ou os marxistas saibam

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, 5ª ed. em russo, t. 30, p. 123.

a via para o socialismo em todos os seus aspectos. É um contra-senso. Sabemos a direcção desta via, sabemos quais as forças de classe que dirigem mas, concretamente, isto só pode ser demonstrado pela prática, pela *experiência de milhões*, quando enveredam por essa via"[1].

A experiência do movimento comunista mundial mostrou que, segundo as condições concretas, a transformação revolucionária pode ter lugar por vias diferentes, desde o levantamento armado até à conquista da maioria parlamentar e formação, na base desta, de um governo capaz de pôr em prática as transformações socialistas. No entanto, qualquer forma de revolução socialista pressupõe uma característica geral: a privação do poder político da burguesia e o estabelecimento de ditadura do proletariado, em uma ou outra forma.

A socialização dos meios de produção fundamentais pode ter lugar de modos diferentes. Por exemplo, a nacionalização socialista dos meios de produção nos diferentes países diferencia-se pela forma (confiscação ou indemnização), pela consequência e pelo ritmo. Assim, a liquidação da grande propriedade capitalista pode ser levada a cabo no início do período de transição, enquanto a cooperativização da agricultura pode ter lugar nas etapas seguintes.

Concretizando: a especificidade do período de transição de cada país para o socialismo diz respeito não à pergunta "que fazer?", mas à pergunta "como fazer?"

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 34, p. 116.

A especificidade da execução da revolução socialista revela-se dependentemente das condições concretas de um ou outro país.

A revolução socialista de 1917 na Rússia foi a primeira e, durante um período de tempo de certo modo longo, a única revolução proletária triunfante. Os povos da URSS levaram a cabo sozinhos a construção do socialismo, contrapondo-se ao mundo capitalista, não recebendo ajuda estatal do proletariado de outros países. O mundo do capitalismo não queria de modo nenhum conformar-se com o surgimento de um enorme país onde os trabalhadores construíam uma nova sociedade que punha em causa os alicerces do capitalismo. Esta a razão das inúmeras tentativas da contra-revolução interna e externa de destruir, por qualquer preço, o Estado soviético. É precisamente essa a causa de luta agudíssima entre os trabalhadores e as forças decadentes do velho mundo na URSS, durante a afirmação da sociedade socialista.

O facto de a Rússia ter sido o primeiro país – e, durante muito tempo, o único – a iniciar a transição para o socialismo, tornou-se a característica fundamental do período de transição neste país, particularidade da qual surgiram muitas outras, às vezes bem distintas. O cerco capitalista, a inimizade aberta dos Estados burgueses, a contínua pressão económica e diplomática, a intervenção armada levada a cabo logo após a proclamação do Poder Soviético, o perigo de um novo ataque que nem por um minuto se afastava, foram factores que exigiram muitos esforços no campo da política

externa e deixaram sérias marcas em toda a vida do país: obrigaram a gastar enormes recursos na defesa, o que, como é evidente, se reflectiu no crescimento do nível de vida da população e obrigou à centralização da direcção do Estado. O cerco capitalista apoiou moral e materialmente as forças contra-revolucionárias internas e possibilitou a sua activização.

O período de transição durou quase vinte anos, durante três dos quais o Estado soviético foi obrigado a concentrar nas suas mãos as forças fundamentais para repelir militarmente a contra-revolução interna e a intervenção imperialista. E em muitas regiões do país a luta armada durou quase cinco anos. As perdas colossais infringidas pelos inimigos à economia do país geraram um período histórico especial, o período de restabelecimento da economia. A especificidade das condições deixou as suas marcas na política económica do Estado soviético.

Nos anos da guerra civil e da intervenção dos países imperialistas em 1918-1920, o Estado soviético levou a cabo a política do "comunismo de guerra", condicionada pelas condições invulgarmente difíceis de defesa do país, que se tinha tornado uma fortaleza cercada. Para defender a revolução, nas mãos do Estado foram concentradas todas as forças e todos os recursos materiais do país, a fim de prover ao abastecimento do exército e da população em produtos alimentares e matérias-primas industriais. O comércio privado e, acima de tudo, o comércio de pão e outros artigos de primeira

necessidade foram proibidos. O "comunismo de guerra" foi uma medida necessária exigida pela situação extraordinariamente difícil criada nesses anos na Rússia. A política do "comunismo de guerra" foi uma das particularidades do período de transição na URSS. Isto é reafirmado também pela experiência dos outros países socialistas, onde a afirmação do poder popular teve lugar em condições mais favoráveis do que na URSS.

As revoluções socialistas da segunda metade dos anos 40, que tiveram lugar numa série de países da Europa e da Ásia, deram-se numa situação histórica nova, caracterizada por um abalo sério do poder do capitalismo. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945) foram derrotadas as principais forças de choque do imperialismo internacional – a Alemanha hitleriana e o Japão militarista –, tendo a União Soviética desempenhado um papel decisivo. A debilitação do imperialismo mundial, a elevação do poder e da autoridade internacional da URSS criaram condições favoráveis para levar a cabo transformações socialistas numa série de países da Europa e da Ásia. A libertação dos povos destes países do jugo fascista, levada a cabo pelo Exército Soviético, facilitou a tomada do poder pelos trabalhadores, por isso as transformações socialistas tiveram aqui as suas particularidades. Ao construir o socialismo, os povos destes países puderam apoiar-se e apoiaram-se na ajuda multilateral do primeiro Estado socialista, a URSS.

A própria vida, a prática da construção socialista em todo um conjunto de países

atestam convincentemente a existência de leis gerais de transição para o socialismo. O revisionismo contemporâneo e o dogmatismo caem em dois extremos ao abordarem a questão das leis gerais e da especificidade da construção do socialismo em diferentes países.

O primeiro encontra a sua expressão na teoria revisionista do "socialismo nacional". A essência desta teoria consiste em serem as particularidades nacionais a desempenhar supostamente o papel fundamental e decisivo na revolução socialista e não as leis gerais. Por isso, os partidários desta teoria afirmam que cada país deve chegar ao socialismo pela sua própria via, que dimana das condições nacionais específicas existentes. A teoria do "socialismo nacional" tem um carácter nacionalista dirigido no sentido de semear a desconfiança em relação à enorme experiência da construção do socialismo acumulada pela União Soviética e por outros países socialistas.

Outro extremo nesta importante questão consiste no facto de alguns dogmáticos, escudando-se em frases revolucionárias, negarem a possibilidade da especificidade da revolução socialista em diferentes países. Consideram que a execução de transformações revolucionárias e a construção do socialismo deve ter lugar de acordo com esquemas definidos e eternos, da mesma forma e até segundo os mesmos métodos. Este ponto de vista dogmático paralisa a energia revolucionária e a iniciativa das massas trabalhadoras, conduz à transformação dos partidos revolucionários em organizações de escolásticos que não querem ver e ter em conta a enorme

variedade das condições históricas e nacionais nos diferentes países.

Os marxistas-leninistas ocupam posições de adaptação criadora dos princípios teóricos sobre as leis gerais da revolução socialista, tendo em conta a situação concreta externa e interna de cada país. Somente com uma avaliação correcta das leis gerais e das particularidades de um país concreto se pode levar a cabo com êxito a revolução socialista.

Já V. I. Lénine advertia contra as tentativas de ignorar a especificidade das condições deste ou daquele país e condenou decididamente as tentativas de resolver as questões da construção socialista através de chavões. Lénine falava da necessidade de aprender a aplicar os princípios gerais e fundamentais do comunismo à especificidade das relações entre as classes e os partidos, à especificidade do desenvolvimento objectivo para o comunismo, característico de cada país.

O XXVI Congresso, realizado em Fevereiro-Março de 1981, generalizou a prática histórica e a experiência da realização das revoluções socialistas, salientando mais uma vez a justesa da tese leninista de que no grande e complexo processo histórico de construção do socialismo não há chavões nem esquemas. "Todos os países socialistas – disse no Congresso o Secretário-geral do CC do PCUS, camarada L.I. Bréjnev – realizaram a revolução à sua maneira, por formas que foram ditadas pela correlação das forças de classe em cada um desses países, pelas peculiaridades nacionais e a situação externa.

Houve a luta armada, houve formas pacíficas de passagem a um novo sistema social, houve a rápida ascensão das classes trabalhadoras ao poder e processos que se arrastaram no tempo. Em alguns países foi necessário defender a revolução da intervenção estrangeira, noutros tudo se passou sem ingerência externa.

A criação e o fortalecimento da base do socialismo, a construção da sociedade socialista ... tiveram e têm as suas particularidades em diferentes países"[1].

Lénine considerava um erro não menos prejudicial a ignorância das leis gerais de transição para o socialismo. Há mais de meio século, assinalou com perspicácia que alguns traços fundamentais da revolução socialista, que teve lugar na Rússia em Outubro de 1917, têm um significado não circunscrito ao âmbito da Rússia, mas internacional.

A consideração das especificidades da transição para o socialismo nos diferentes países no que respeita aos métodos, ritmos e prazos de execução das transformações socialistas, consequência da resolução destas ou daquelas questões de construção do socialismo, é no que consiste a adaptação criadora das leis gerais à situação histórica concreta. "A profunda compreensão destas leis gerais – sublinhou o XXV Congresso do PCUS –, sua utilização como base de acção em combinação com uma atitude criadora, levando em consideração as condi-

[1] L. I. Bréjnev. *Relatório do Comité Central do PCUS ao XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as tarefas imediatas do Partido no campo da política interna e externa.* M., 1981, p. 22-23.

ções concretas de cada país em questão, foram e continuam a ser uma característica inalienável dos marxistas-leninistas"[1].

A prática do socialismo mundial mostra que, apesar das diferentes formas e vias seguidas na transição para o socialismo de acordo com as condições históricas e a especificidade nacional dos diferentes países, esta transição está subordinada a leis gerais objectivas que é indispensável ter em conta. Qualquer sobrevalorização da especificidade local em prejuízo da prática das leis gerais ou a sua violação, colocação em situação de conflito causam infalivelmente danos à causa das transformações socialistas.

Para que se possa ter uma ideia mais clara sobre a especificidade da revelação das leis gerais, impõe-se analisar algumas delas mais detalhadamente.

[1] *Materiais do XXV Congresso do PCUS*, Moscovo, 1976, p. 31.

Capítulo V

NECESSIDADE E ESSÊNCIA DA DITADURA DO PROLETARIADO

Segundo a teoria marxista-leninista, a questão do poder é o problema fundamental de qualquer revolução. Mesmo a classe que atinge a hegemonia económica na sociedade não pode utilizar plenamente a sua situação se não detiver o poder de Estado. Só este torna essa classe força política hegemónica, faz dela senhor absoluto dos meios de produção e permite levar à prática uma política económica de acordo com os seus interesses. Por isso, tem enorme significado para os trabalhadores privados dos meios de produção a tomada do poder. Só estabelecendo a sua ditadura, exercendo a direcção estatal da sociedade, os trabalhadores obtêm a possibilidade de dominar os meios de produção fundamentais.

Já Karl Marx expressou no seu tempo a ideia da possibilidade de estabelecimento do poder dos trabalhadores sob a forma de ditadura do proletariado no período de transição do capitalismo para o socialismo. "Entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista – escreveu Marx – existe o período de transformação revolucionária da primeira na segunda.

A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado"[1]. A vida confirmou a veracidade destas palavras, veracidade confirmada pela prática dos países socialistas.

A ditadura do proletariado é uma forma de poder assente numa base nova. Se repararmos na história da sociedade humana, podemos verificar que em qualquer formação social pré-socialista o poder de Estado serviu e serve como arma de defesa dos interesses da minoria rica, como arma de subjugação da maioria explorada. Por outras palavras, o Estado foi, ao longo de um grande período de desenvolvimento da humanidade, uma máquina para manter o domínio de uma classe sobre outra.

Ao contrário de todas as formas de poder estatal anteriores, a ditadura do proletariado exprime os interesses vitais dos trabalhadores, isto é, da massa fundamental da população. A união da classe operária com o campesinato e outras camadas trabalhadoras da sociedade é o princípio supremo deste poder. Deste modo, o Estado socialista serve como arma de opressão dos exploradores, que constituem uma parte muito pequena da população.

No entanto, ao contrário de todos os tipos anteriores de poder estatal, a essência da ditadura do proletariado não reside na violência, mas na actividade organizadora da construção pelos trabalhadores de uma nova sociedade, na liquidação das classes antagónicas e da exploração do homem pelo homem, assim como dos motivos que a geram. Este objectivo, que toca os interesses fundamentais de todas as classes da sociedade, só pode ser atingido se a classe operária, ao tornar-se hegemónica, puder subtrair à influência da burguesia as massas trabalhadoras não proletárias, estreitar a aliança com elas e ganhá-las para a construção socialista.

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 19, p. 27.

O papel da ditadura do proletariado na esfera económica é especialmente grande, o que se determina pelo carácter específico da revolução. De facto, todas as revoluções anteriores cumpriram no essencial um papel de destruição, isto é, liquidaram o regime político ultrapassado. Na revolução socialista, o mais importante, a par da liquidação do regime caduco, é o trabalho criador, pois esta revolução inicia-se, como já foi assinalado, na ausência de uma base socialista e a sua tarefa consiste precisamente nisto, em criar essa base.

Toda a actividade económica e organizativa da classe operária em aliança com as massas trabalhadoras se desenvolve sob a direcção do Estado socialista. Este usa para a criação de novas relações de produção não só o poder político, mas também as alavancas-chave de comando da economia que estão nas suas mãos.

Tendo-se tornado dono dos principais meios de produção, o Estado proletário actua, na construção socialista, como uma poderosa força económica. Nenhum Estado burguês dispõe, nem pode dispor, de um tal poderio económico, pois que os meios de produção decisivos

não lhe pertencem, antes são propriedade dos capitalistas e seus aliados.

As formas estatais de ditadura do proletariado podem ser diferentes. Na URSS, os Sovietes tornaram-se formas de exercer o poder de Estado. Esta forma, criada pela actividade criadora das massas, era a que melhor correspondia às necessidades da complicada situação em que se iniciou a criação da primeira sociedade socialista do mundo. V. I. Lénine definiu os Sovietes como um novo tipo de Estado, como um novo tipo superior de democracia, como um meio de direcção do Estado pelos próprios trabalhadores.

Os Sovietes foram a primeira forma de poder de Estado exercida no interesse das amplas massas trabalhadoras. Pela primeira vez na história, a democracia colocou-se ao serviço do povo trabalhador e deixou de ser apanágio de uma minoria rica. O estabelecimento e consolidação do Poder Soviético como uma das formas de ditadura do proletariado possibilitou o estabelecimento da liberdade e democracia para a gigantesca maioria dos trabalhadores, liberdade e democracia jamais vistas ou possíveis em qualquer país capitalista.

V. I. Lénine considerava que num processo de desencadeamento da revolução socialista mundial podiam surgir formas diferentes de Estado proletário. "A transição do capitalismo para o comunismo – escreveu Lénine – não pode naturalmente deixar de dar uma enorme abundância e variedade de formas políticas, mas a sua essência será necessariamente

uma só: *a ditadura do proletariado*"[1].

Num conjunto de países socialistas, surgidos depois da Segunda Guerra Mundial, a ditadura do proletariado afirmou-se sob a forma de *democracia popular*.

A democracia popular reflecte a especificidade do desenvolvimento da revolução socialista nas condições de agudização da crise geral do capitalismo, particularidades históricas e nacionais dos diferentes países que enveredaram pela via de desenvolvimento socialista. Os Estados de democracia popular diferem, como se sabe, da República dos Sovietes, mas estas diferenças não residem no essencial, mas apenas em determinados aspectos da organização política da sociedade. A democracia popular está presente numa série de países da Europa Oriental: Bulgária, Hungria, República Democrática Alemã, Polónia, Roménia, Checoslováquia, etc. A forma popular-democrática de ditadura do proletariado nestes países possui um conjunto de características que a afastam bastante dos Sovietes da URSS. Estas características podem, grosso modo, traduzir-se no seguinte:

– duração mais longa e destruição paulatina da máquina estatal burguesa-latifundiária;

– pluripartidarismo, existência de frentes populares antifascistas originadas na etapa de ampla democraticidade da revolução;

– manutenção de um conjunto de velhas instituições parlamentares;

– a menor acuidade do que na Rússia So-

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 2, p. 245.

viética da revelação da força da ditadura do proletariado.

Formas de poder e de organização social específicas surgiram e desenvolveram-se em alguns países da Ásia cujas condições se diferenciam sensivelmente das europeias. Complexos processos sociais e grandes mudanças revolucionárias tiveram lugar na Coreia e no Vietname. Nestes países, ao lado do atraso económico e dos resquícios feudais, o jugo imperialista estrangeiro e a dependência colonial do passado eram importantes entraves na via de libertação. Por conseguinte, as tarefas anti-imperialistas, antifeudais e de conteúdo democrático geral foram aqui mais complexas e amplas do que nos países europeus de democracia popular. O estabelecimento do Estado popular-democrático teve aqui lugar em condições específicas de luta revolucionária de libertação nacional e de guerra civil. Estas particularidades, a participação na revolução de muitos milhões de camponeses e elementos da pequena burguesia, o pequeno número de elementos da classe operária, o atraso económico herdado do passado, assim como um conjunto de factores específicos, deixaram a sua marca no carácter das transformações revolucionárias fundamentais e, em especial, exigiram o estabelecimento de relações justas com a burguesia nacional.

A ditadura do proletariado, independentemente da forma que assume, constitui a alavanca com a ajuda da qual os trabalhadores destroem o mundo da exploração capitalista e opressão nacional, realizam a viragem económica, social e espiritual da vida da sociedade.

Vem a propósito acentuar um facto importantíssimo. Esforçando-se por deturpar a essência da teoria marxista-leninista sobre o período de transição, muitos defensores do capitalismo tentam apresentar a questão como se o marxismo-leninismo apenas propusesse o uso da força contra os detentores dos meios de produção e excluísse qualquer tipo de compromisso.

No entanto, a classe operária está interessada no desenvolvimento pacífico da revolução, na transição também pacífica do capitalismo para o socialismo. Há mais de cem anos, F. Engels, ao analisar a possibilidade de supressão da propriedade privada por via pacífica, escreveu: "Dever-se-ia esperar que pudesse ser assim e os comunistas seriam, naturalmente, os últimos a estar contra"[1].

K. Marx assinalou que, em condições históricas específicas, à classe operária que tomou o poder nas suas mãos, no interesse da vitória pacífica do socialismo, seria mais conveniente e vantajoso comprar a burguesia e paralisar deste modo a oposição desta às transformações socialistas.

Mais tarde, V. I. Lénine, desenvolvendo este princípio, chegou à conclusão de que para facilitar a passagem para o socialismo, para evitar a desorganização da produção, seria mais conveniente pagar aos capitalistas se as circunstâncias se desenvolvessem de modo a fazer com que eles se submetessem pacífica e ordeiramente e aceitassem o socialismo mediante uma retribuição.

---

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 4, p. 331.

A via pacífica permite salvar valores materiais e vidas humanas e, por isso, é menos custosa, mais fácil e vantajosa para o povo. Mas a escolha da via de construção da nova sociedade não depende só da classe operária. Depende também da correlação objectiva das forças de classe, do grau de resistência das classes exploradoras, da sua preparação para o recuo se se convencem do carácter desesperado da sua resistência.

Mas a experiência histórica testemunha que as classes exploradoras tomam as medidas mais extremas quando a sua hegemonia é posta em causa. A Comuna de Paris foi afogada em sangue: 70 mil pessoas fuziladas, mandadas para trabalhos forçados ou encerradas na prisão foi o preço pago pelo proletariado parisiense pela tentativa de atentar contra os fundamentos da sociedade de propriedade privada e exploração.

Os capitalistas e os latifundiários russos, não se conformando com a vitória dos trabalhadores em Outubro de 1917, iniciaram a guerra civil. Importa assinalar que por si própria a Revolução de Outubro, praticamente não derramou sangue. E a culpa de, mais tarde, no período da guerra civil, se ter derramado muito sangue, não é dos operários e camponeses, mas das forças da contra-revolução interna e externa que obrigaram os trabalhadores a pegar em armas para defender as conquistas da revolução.

Os inimigos da classe operária esforçam-se, não raramente, por apresentá-la como portadora de violência cruel. Convém sublinhar aqui que

há violência e violência. Por exemplo, há violência ligada ao uso das armas, ao terror, à guerra civil, etc. O período de transição do capitalismo para o socialismo não está obrigatoriamente ligado à utilização destas formas de violência. Trata-se da violência que a classe operária é obrigada a usar, provocada pela agudização da resistência das classes que foram desapossadas do poder. Ao mesmo tempo, há violência de ordem pacífica: expropriação ou limitação da grande propriedade privada, privação ou limitação dos direitos políticos das classes exploradoras, coacção destes ao trabalho, etc. Uma tal "violência pacífica" é inevitável no processo de transição do capitalismo para o socialismo; seria ingénuo pressupor que as classes exploradas destituídas, aceitassem, de boa vontade, submissamente a nova ordem social e se despedissem das suas riquezas e privilégios. Além do mais, trata-se da violência exercida pela grande maioria, os trabalhadores, sobre a minoria exploradora.

Mas, de qualquer modo, a violência, mesmo na sua forma "pacífica", não falando já da forma não pacífica, não é o mais importante da ditadura do proletariado. A função mais importante da ditadura do proletariado é, como já foi assinalado, a construção de uma nova sociedade.

Importa assinalar mais uma particularidade importante da ditadura do proletariado. É bem sabido pela história que qualquer classe exploradora, depois de se apoderar do poder do Estado, se esforça, por qualquer meio, por fortalecer e perpetuar o seu domínio classista.

Assim aconteceu com escravistas e feudais, assim acontece com a burguesia.

Com a classe operária, o problema é completamente outro. Esta dirige a sociedade em aliança com outros trabalhadores logo nas condições de transição do capitalismo para o socialismo. Com a vitória do socialismo, o Estado, surgido como ditadura do proletariado, torna-se Estado de todo o povo. Neste caso é pertinente assinalar que a natureza socialista do Estado não sofre qualquer alteração.

Capítulo VI

DOMÍNIO DAS POSIÇÕES -CHAVE DA ECONOMIA

A chegada dos trabalhadores ao poder através da revolução socialista não constrói por si só o socialismo, pois que importantes alavancas económicas se mantêm ainda nas mãos das classes possuintes. Os trabalhadores devem tornar-se donos dos mais importantes meios de produção ou, por outras palavras, deter o domínio das posições-chave da economia para iniciar a construção do socialismo. O domínio das posições-chave da economia se realiza no processo de actividade do Estado proletário dirigida no sentido de nacionalizar os meios de produção fundamentais, isto é, de os retirar das mãos das classes possuintes e transferir para as mãos de toda a sociedade.

Ao nível da teoria, o marxismo-leninismo sempre diferencia a atitude em relação à grande propriedade privada e à pequena. A grande propriedade capitalista deve, devido ao seu carácter desligado do trabalho, transitar sem compensações ou em condições de resgate para o património popular. No que diz respeito à propriedade dos pequenos agricultores e artesãos, as condições da sua socialização devem

ser outras. Os métodos de expropriação não são aqui indicados. De acordo com a teoria marxista-leninista, a transição da pequena exploração comercial para o socialismo, de que falaremos mais adiante, só é possível pela via da união progressiva e voluntária dos pequenos produtores e da propriedade originada pelo trabalho.

A experiência mostra que a nacionalização dos sectores-chave da economia deve iniciar-se imediatamente após a transferência do poder para os trabalhadores. Isto é ditado pelas circunstâncias seguintes:

Em primeiro lugar, ainda no capitalismo, os meios de produção fundamentais ultrapassam o âmbito das empresas separadas e mesmo de sectores económicos e adquirem um carácter social que provoca a necessidade imperativa de serem geridos à escala de toda a sociedade.

Em segundo lugar, privar o grande capital do poder político ainda não é tudo, pois é preciso retirar-lhe também o poder económico. As nacionalizações abalam a base económica do domínio dos monopólios.

Em terceiro lugar, as nacionalizações são causadas pela necessidade de criar uma base económica à ditadura do proletariado, poder estabelecido como resultado da revolução socialista.

A prática da construção do socialismo mostrou que são possíveis as seguintes formas e métodos de nacionalizações:

1. Confiscação: expropriação sem retribuição de todos os meios de produção das classes exploradoras.

2. Aquisição dos meios de produção mediante indemnização dos seus donos pelos bens nacionalizados.

3. Transformação progressiva da propriedade capitalista dos meios de produção em propriedade socialista através de formas diversas de capitalismo de Estado.

Depreende-se que a utilização de um ou outro método depende das condições históricas concretas em que a revolução socialista tem lugar, do nível de desenvolvimento das forças produtivas de um país dado, da correlação das forças de classe dentro do país e no plano internacional. Apesar das diferentes condições, métodos e ritmo de execução das nacionalizações em diferentes países, o seu conteúdo é no entanto sempre o mesmo: liquidação da propriedade capitalista e estabelecimento da propriedade socialista.

Na Rússia soviética, por exemplo, foi posta em prática a nacionalização imediata e sem retribuição de elos da economia capitalista como as grandes empresas industriais, bancos, meios fundamentais de transporte e comércio externo. Importa assinalar que, inicialmente, decretos especiais do Poder Soviético previam o pagamento de uma percentagem a algumas categorias de capitalistas pelos fundos, dividendos, acções e parcelas das empresas nacionalizadas. No entanto, a burguesia, esperando a queda breve do Poder Soviético, enveredou logo desde os primeiros dias pela via da oposição contra-revolucionária frontal ao novo regime. Isto exigiu naturalmente medidas de resposta rápidas e decisivas por parte da ditadura do proletariado

e, por isso, a nacionalização dos meios de produção fundamentais foi levada a cabo num prazo histórico extraordinariamente curto, através da confiscação da propriedade privada.

Algumas grandes empresas industriais passaram para as mãos do Estado logo nos primeiros dias da Grande Revolução Socialista de Outubro. Em Dezembro de 1917, os bancos tornaram-se património popular. De instrumento de domínio dos monopólios, converteram-se em aparelho de contabilidade social e de controlo, em importante instrumento do poder dos operários e camponeses.

No início de 1918, os caminhos de ferro, os meios de comunicação e as frotas marítima e fluvial tornaram-se propriedade do Estado socialista. O estabelecimento do monopólio estatal do comércio externo teve uma importância especialmente grande. Os contactos comerciais de entidades particulares com o estrangeiro foram proibidos, o próprio Estado passou a dirigir o comércio externo.

A nacionalização da propriedade capitalista teve uma importância muito grande pois resolveu a contradição fundamental do capitalismo entre o carácter social da produção e a apropriação privada dos seus resultados.

Nos países socialistas da Europa, a situação criada na segunda metade dos anos quarenta era outra. Depois da expulsão dos invasores fascistas alemães e da consequente elevação da actividade política das massas trabalhadoras, a burguesia deixou de poder sabotar de forma aberta as acções dos governos revolucionários. Antes do mais, foram nacionalizados

(sem compensação) as empresas e os bancos pertencentes a cidadãos da Alemanha fascista, Itália e Japão, e a indivíduos que haviam cooperado com estes países. Os bens pertencentes aos aliados na coligação anti-hitleriana foram nacionalizados mediante compensação. Em seguida, foi subtraída uma parte dos bancos nacionais às mãos de grupos reaccionários da burguesia, estabelecido o controlo que limitava a actividade das empresas privadas. Como resultado, o poder económico do grande capital ficou bastante debilitado, o que facilitou a preparação e a execução da socialização posterior dos meios de produção: pequenas e médias empresas. Algumas pequenas e médias empresas foram nacionalizadas mediante compensação parcial.

Nos países socialistas da Ásia, a nacionalização dos meios de produção principais teve também as suas particularidades. Na Mongólia, não havia indústria até ao momento da chegada do povo ao poder e, por isso, foi necessário criá-la a partir do zero. Na República Democrática Popular da Coreia, praticamente toda a indústria pertencia aos japoneses e, depois da libertação do país e da vitória da revolução, foi nacionalizada sem qualquer compensação. Nos outros países da Ásia, a socialização das posições económicas-chave se realizou de modo diferente que na URSS e nos outros países socialistas da Europa, tanto pelos métodos como pelo ritmo de execução. O motivo básico destas diferenças é a situação específica da burguesia nacional nas ex-colónias ou semicolónias, burguesia cuja maior parte apoiou

o poder popular na primeira etapa, a da revolução de libertação nacional.

Deste modo, na República Socialista do Vietname, a socialização da economia foi levada a cabo pelo sistema seguinte: a) nacionalização sem indemnização das empresas da burguesia compradora e dos monopolistas estrangeiros (em conformidade com o acordo de Genebra, algumas empresas pertencentes ao capital monopolista francês foram sujeitas à indemnização); b) socialização da parte fundamental das empresas pertencentes à burguesia nacional mediante determinada compensação aos antigos proprietários.

Com estes mesmos métodos, mas mais lentamente, foi realizada a nacionalização dos importantes objectos industriais nos países em vias de desenvolvimento que seguem a orientação socialista. Na Argélia, atingiu a sua fase de maior intensidade nos anos 1966-1968. Logo depois da indústria mineira, o governo argelino nacionalizou as companhias de distribuição de petróleo e gás, bancos e companhias de seguros, grandes companhias de outros ramos industriais e tomou nas suas mãos o comércio externo e uma parte importante do interno por grosso. Em 1971 foram nacionalizados 51% das acções de todas as companhias petrolíferas estran eiras e todos os jazigos de gás e oleodutos. Foi posto fim ao regime de concessão. Em 1974 foram nacionalizadas cerca de trinta empresas estrangeiras pertencentes ao capital francês e belga. No início de 1978, o governo argelino nacionalizou cinco filiais de companhias francesas que actuavam no território do país e se

ocupavam de construções industrial, civil e de estradas, prospecção geológica e diversos trabalhos no campo da electrónica. O processo de nacionalização continuou nos anos seguintes. No fim dos anos 70, ao sector estatal, em fase de desenvolvimento acelerado, pertencia 90% de toda a produção industrial da Argélia.

Na República Popular do Congo, as primeiras nacionalizações foram realizadas em 1965. Até 1971, o sector estatal passou a abranger metade de todas as empresas do país, incluindo portos, transportes por caminho de ferro e aquático, terras, subsolo, produção de açúcar, cimentos e energia eléctrica. Em 1973, foram nacionalizadas os bens da "Shell", "Texaco", "Mobil" e outras companhias ocidentais. Em 1974–1975, as companhias de seguros, as distribuidoras de derivados de petróleo e mais de 50% das acções dos dois maiores bancos do país tornaram-se propriedade do Estado. Aumentou a parte do Estado nas companhias de exploração do petróleo, foram criadas algumas organizações estatais de importação e exportação com o monopólio dessas duas operações no que respeita aos artigos de consumo. Em finais dos anos 70, ao sector estatal cabia perto de 30% da produção industrial, perto de 15% da agrícola, cerca de 80% do transporte de passageiros e cargas e cerca de 10% da circulação mercantil.

Na Etiópia, como resultado da revolução antifeudal e anticapitalista de 1975, foram nacionalizados os bancos e as companhias de seguros, mais de 70% das empresas industriais pertencentes fundamentalmente ao capital estrangeiro.

O programa da revolução nacional-democrática, aprovado em Abril de 1976, proclamou oficialmente como seu objectivo a libertação total do país do feudalismo e imperialismo, a união de todas as forças antifeudais e anti-imperialistas na luta pela edificação na Etiópia de uma base segura para a passagem para o socialismo. Sob a direcção do órgão supremo do país, o Conselho Administrativo Militar Provisório, são levadas à prática profundas transformações sócio-económicas. Foi introduzido o monopólio estatal do comércio externo, é aplicada a reforma agrária, na base desta são criadas cooperativas e empresas estatais.

Na República Popular de Angola, num prazo de tempo relativamente curto, a partir de Novembro de 1975 – momento da obtenção da independência – foi criada uma base sólida para o desenvolvimento do sector estatal. Foram nacionalizadas ou colocadas sob controlo do Estado empresas de extracção, de indústria têxtil, construção de máquinas, alimentar e, em primeiro lugar, as grandes companhias e empresas pertencentes ao capital estrangeiro. Tornaram-se propriedade estatal as centrais eléctricas, estaleiros, refinarias e mais de 77% das acções do consórcio de extracção de diamantes "Diamang". Nas mãos do Estado encontra-se mais de metade do produto da exploração do petróleo em Cabinda, que é levada a cabo por uma companhia americana, a "Gulf Oil". Foram criadas uniões estatais na indústria pesqueira, nos transportes, fundada uma companhia de aviação nacional. Foi introduzido o monopólio estatal do comércio externo, criada

uma rede de "lojas do povo" no comércio interno, são estimuladas as mais variadas formas de cooperativas de consumo. Em 1976, foram nacionalizados os bancos, em 1977, criada a unidade monetária nacional, o kwanza. No início de 1978 foi nacionalizado um conjunto de grandes empresas comerciais. No início de 1980 foi decretada a nacionalização do caminho de ferro de Porto Amboim na província do Quanza-Sul. Na agricultura, as grandes explorações dos antigos colonizadores passaram para a gestão de comissões de trabalhadores. Foi estabelecido o controlo do Estado sobre as grandes empresas produtoras de café. São levadas a cabo medidas para o desenvolvimento das formas de cooperativização iniciais. As empresas industriais e agrícolas fundamentais estão praticamente concentradas nas mãos do Estado angolano.

O rumo à criação da base de transição para a construção socialista foi fortalecido no I Congresso do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que teve lugar em Dezembro de 1977.

"Alicerçados nas experiências duma longa luta de libertação nacional e em plena conformidade com as leis gerais do desenvolvimento social optámos pelo socialismo – disse no Congresso o Presidente do MPLA e da República A. Neto. Decidimo-nos pela construção duma ordem social em que esteja banida a exploração do homem. Esta nossa opção vem determinar a nossa posição e as nossas relações com os Estados socialistas; eles são os nossos aliados naturais na luta pela construção da

sociedade socialista, na frente contra o imperialismo... Na percepção do seu grande objectivo de construir uma Angola livre, independente e socialista, o nosso Partido inspira-se nas doutrinas do socialismo científico, a concepção do mundo da classe operária, aplicando o Marxismo-Leninismo de modo criativo nas condições concretas de luta, cá no Sul da África"[1]. O programa das orientações fundamentais de desenvolvimento económico e social para 1978-80, aprovado pelo Congresso, foi um passo importante para o fortalecimento ulterior do sector estatal. O congresso extraordinário do MPLA – Partido do Trabalho, realizado em Dezembro de 1980, reafirmou mais uma vez que o socialismo continua a ser o objectivo estratégico da revolução angolana.

Na República Popular de Moçambique foi realizada a nacionalização da terra e dos bens imóveis. Sob controlo do Estado estão os bancos, fábricas de cimento, companhias de seguros. A actividade de muitas companhias estrangeiras está também sob controlo estatal. A parte do sector estatal na produção é de cerca de 40% e em geral 3/4 da produção industrial do país são controlados pelo Estado. Para as mãos do Estado passaram a instrução popular e os serviços médicos. Na agricultura são levadas a cabo tarefas importantes: nacionalização das grandes explorações de produção da cana-de-açúcar, algodão, chá e castanha de caju.

O III Congresso da Frente de Libertação

[1] *Relatório do Comité Central ao 1° Congresso do MPLA*, Luanda, pp. 50, 52-53.

de Moçambique (FRELIMO), que teve lugar em 1977, aprovou um programa de desenvolvimento da revolução democrático-popular e da criação das bases para a passagem à construção socialista. O VIII Plenário da FRELIMO, em Dezembro de 1980, assinalou a importância da planificação científica para o avanço de Moçambique pela via socialista.

Na Tanzânia foi criado e desenvolve-se um sector estatal. Para as mãos do governo passaram empresas de transformação primária de importantes culturas de exportação como são o algodão e o café. Em finais dos anos 70, a indústria transformadora, os transportes, comunicações, energética, bancos, saúde, grande parte do comércio por grosso, a importação e exportação, encontravam-se nas mãos do Estado. No entanto, o facto de, a par de um fortalecimento geral do sector estatal, se atribuir ao desenvolvimento do sector privado um papel especial, constitui uma característica específica deste país.

A Carta da Revolução Socialista Malgaxe, na ilha de Madagáscar, aprovada nos finais de 1975, serviu de base às amplas transformações sócio-económicas do país. Desde a adopção da Carta pela república, foram nacionalizados os bancos e companhias de seguros. Quase todo o comércio externo e 40% do comércio interno, grandes empresas industriais e de energia passaram para o controlo do Estado. 60% da actividade económica do país são controlados pelo Estado.

Na Guiné-Bissau é posto em prática um grande programa de edificação de uma econo-

mia independente, levada à exaustão pelos colonizadores. Em cinco séculos de domínio, os colonizadores portugueses deixaram apenas uma empresa, a de produção de cerveja e refrigerantes, algumas pequenas fábricas semi-artesanais e um total de apenas 300 quilómetros de estradas asfaltadas.

Depois da obtenção da independência foram criadas, com o esforço do governo, e aumentam de ano para ano a sua produção, as primeiras empresas nacionais de tratamento de madeira, de sumos de frutas, fábricas de cimento, cerâmicas, lacticínios e outras. Foi criada a sociedade nacional "Petrominas" para a prospecção dos recursos minerais. Em 1980, havia no país um total de 150 empresas e sociedades estatais e algumas dezenas de empresas mistas.

Na República das Ilhas de Cabo Verde são levadas à prática medidas para a criação de um novo sistema económico. Diferentes projectos de desenvolvimento da economia nacional são elaborados e executados pelo Estado, o que lhe permitirá estabelecer um controlo total sobre a indústria. Foram criadas 20 empresas estatais e mistas. Estão a ser elaborados planos sócio-económicos de desenvolvimento do país e uma lei da reforma agrária.

As nacionalizações que tiveram lugar nos países de orientação socialista dizem respeito não apenas ao capital estrangeiro, mas também à grande e média burguesia nacional. Aquelas têm um carácter anti-imperialista e anticapitalista. As nacionalizações destroem o domínio económico e político das classes exploradoras, criam condições para o surgimento do sector socialista da economia, para a introdução dos princípios novos na direcção da economia e para levar a cabo transformações progressistas. Torna-se outra a estrutura de classe da sociedade, fortalece-se e desenvolve-se o sector estatal que permite uma orientação mais efectiva da construção de uma economia nacional independente no interesse dos povos, e que cria barreiras sólidas à via do neocolonialismo.

A análise das nacionalizações realizadas nos países de orientação socialista permite chegar à conclusão de que aquelas criaram um conjunto de condições para o desenvolvimento da economia nacional: levaram à formação do sector estatal, usado pelos governos nacionais no interesse das mais amplas massas trabalhadoras, permitiram a formação nas economias nacionais de uma base regular e, deste modo, a oposição às incessantes arremetidas do capital estrangeiro. O sector estatal tornou-se uma fonte segura de acumulação para o desenvolvimento de uma economia nacional independente.

Capítulo VII

CAPITALISMO DE ESTADO E CONTROLO OPERÁRIO

A passagem à propriedade de todo o povo dos meios de produção fundamentais permite ao Estado dos trabalhadores tomar nas suas mãos as alavancas do comando da economia, isto é, dominar os sectores mais importantes da economia nacional. Por isso, depois das nacionalizações, o Estado socialista passa a ter um papel económico decisivo. Às alavancas políticas que já possui, o Estado acrescenta as alavancas económicas e utiliza amplamente umas e outras na construção de uma nova sociedade, livre de todas as formas de exploração e opressão.

Importa assinalar que a nacionalização das empresas avulsas ou mesmo de sectores económicos pode ser posta em prática no âmbito do capitalismo. No entanto, esta medida não tem nada a ver com o socialismo, pois que os meios de produção nacionalizados não se tornam um bem colectivo, mas permanecem como propriedade privada de um capitalista colectivo, isto é, do Estado burguês, e são usados no interesse da classe dos capitalistas. Como antes, são utilizados como arma de exploração dos trabalhadores.

As nacionalizações levadas a cabo pelo Estado dos trabalhadores são a primeira condição

jurídica da socialização da produção e condição indispensável para a passagem ao socialismo. A produção torna-se um bem de todo o povo quando são criadas novas relações de produção providas da possibilidade de controlo da produção e divisão dos bens materiais, à escala nacional, por parte dos trabalhadores. No seu tempo, V. I. Lénine chamou a atenção para esta importante particularidade da socialização da produção: "A socialização distingue-se exactamente da simples confiscação em poder-se confiscar apenas com "decisão", sem saber contar e distribuir correctamente mas *é impossível socializar sem saber isto*"[1].

Em condições históricas concretas, a ditadura do proletariado pode usar o capitalismo de Estado para a socialização socialista. O que é o capitalismo de Estado? São empresas capitalistas na indústria e comércio, cuja actividade é controlada de uma ou outra forma pelo Estado dos trabalhadores. Conhecem-se as formas seguintes de capitalismo de Estado:

1. Empresas estatais arrendadas a capitalistas.
2. Concessão, isto é, transmissão dos direitos de exploração das riquezas da natureza, empresas, etc., para uso temporário, ao capital estrangeiro.
3. Empresas capitalistas que vendem, por contrato, uma parte da sua produção ao Estado.
4. Empresas capitalistas que executam com regularidade encomendas do Estado e utilizam matéria-prima fornecida por este.
5. Empresas mistas privadas e do Estado.

---

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 2, p. 598.

São dirigidas por representantes do Estado e os antigos donos apenas recebem, durante um período determinado de tempo, uma percentagem do capital investido.

A socialização socialista da produção levada à prática através do capitalismo de Estado pressupõe a manutenção, por um período de tempo determinado da propriedade capitalista, a sua transformação progressiva em propriedade socialista. As posições do proletariado em relação aos capitalistas, depois da tomada do poder, foram precisadas por V. I. Lénine ainda antes da Grande Revolução Socialista de Outubro. "O proletariado não tenciona privar de "tudo" um ou outro capitalista ou mesmo a maioria dos capitalistas, antes pelo contrário, tenciona dar-lhes uma tarefa útil e honrosa, sob o controlo dos trabalhadores"[1]. O capitalismo de Estado, como forma económica numa economia de muitos sectores do período de transição, é inferior em relação ao socialismo, mas é uma forma económica superior em relação à capitalista privada, de pequeno comércio e patriarcal, pois está ligada à grande produção, baseia-se numa técnica mais aperfeiçoada e o seu desenvolvimento é dirigido com mais facilidade pelo Estado socialista.

O capitalismo de Estado permite ao Estado dos operários e camponeses usar os conhecimentos técnicos e a experiência económica dos capitalistas, dá aos trabalhadores a possibilidade de elaborarem os hábitos necessários de direcção da economia. Permite o desenvolvimento da grande produção, facilita a luta contra

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 32, p. 110.

a espontaneidade pequeno-burguesa, ajuda ao estabelecimento do controlo popular da produção e da distribuição de bens materiais.

Esta é a razão por que, depois da vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro, o Estado soviético apoiou os esforços de alguns grupos de capitalistas de colaborarem com o Poder Soviético na organização da produção. Uma tal colaboração com os capitalistas criaria, segundo pensava Lénine, condições propícias para que a classe operária pudesse aprender, na prática, com os capitalistas organizadores, os engenheiros dirigentes, os técnicos especialistas, a organização da grande produção.

Mas não se deve confundir o capitalismo de Estado nas condições do Estado burguês e do Estado onde o poder se encontra nas mãos dos trabalhadores. No primeiro caso é usado pelo Estado no interesse dos capitalistas e, no segundo, no interesse das amplas massas de trabalhadores, no interesse da construção da sociedade socialista.

A grande dificuldade da socialização socialista depois da Revolução de Outubro residia na necessidade de criar um sistema de direcção da produção social novo, até então desconhecido. Ao conquistar o poder político, os trabalhadores não tinham os conhecimentos necessários e os hábitos de organização e direcção da produção. Por isso, antes de iniciar a nacionalização directa da indústria, na Rússia soviética foi levado à prática todo um conjunto de medidas preparatórias.

A medida preparatória inicial foi a introdução do controlo operário sobre a produção

e a distribuição nas empresas privadas. Importa dizer que o controlo operário surgiu na Rússia e foi largamente difundido ainda antes da vitória da Grande Revolução de Outubro. Mas com a passagem do poder para as mãos dos trabalhadores, o seu papel transformou-se radicalmente. De meio de luta dos trabalhadores pelo poder, os comités de fábricas e empresas, que exerciam o controlo do trabalho nas empresas pertencentes a capitalistas, tornaram-se um meio de preparação da nacionalização da indústria.

Na base do "Projecto de Estatutos do Controlo Operário" elaborado por V. I. Lénine, em fins de Novembro de 1917, foi aprovado o decreto que introduzia o controlo operário em todas as grandes empresas capitalistas. Os órgãos do controlo operário – comités de fábricas e empresas – obtiveram amplos direitos. Imiscuíram-se activamente em todas as esferas da actividade das empresas; os empresários eram obrigados a cumprir todas as decisões dos órgãos de controlo operário.

O controlo operário exercia-se nas condições de aguda luta de classes. Os capitalistas sabotavam ferozmente o controlo operário. Escondiam e vendiam secretamente mercadorias raras, provocavam conflitos com os trabalhadores, fechavam as empresas com o pretexto de falta de matérias-primas.

O controlo operário gerou a actividade criadora e a iniciativa dos trabalhadores, preparando-os para dirigirem a produção social. Os comités operários organizavam a produção nas empresas fechadas ou abandonadas pelos proprietários, salvavam as máquinas dos roubos e destruições, organizavam o abastecimento das fábricas e empresas com matérias-primas e combustíveis.

Os órgãos do controlo operário cumpriram com êxito as tarefas que lhes eram destinadas: o controlo operário tornou-se uma escola em que os trabalhadores dominavam na prática a produção e a arte de a dirigir. Tem de se ter em conta que o controlo operário não foi uma medida imediatamente socialista, mas tornou-se uma medida preparatória necessária para a construção do socialismo. A experiência do Estado soviético na organização do controlo operário sobre as empresas privadas foi depois amplamente utilizada por outros países socialistas.

Nos países em vias de desenvolvimento que seguem a via socialista, também é utilizada a experiência soviética do controlo operário. Por exemplo, nas empresas da Argélia funcionam assembleias eleitas de trabalhadores que tomam parte em todas as esferas da actividade produtiva, incluindo a direcção. O controlo dos operários e do pessoal dos serviços é utilizado para defesa dos bens estatais da pilhagem, esbanjamento e livre-arbítrio das administrações.

Na República Popular de Angola, as comissões operárias controlam, como já dissemos, a actividade produtiva das empresas dos mais importantes ramos da produção: indústria extractiva, de construção de máquinas, têxtil e alimentar.

Capítulo VIII

TRANSFORMAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS NA AGRICULTURA

A nacionalização dos principais meios de produção de que acima se falou diz respeito sobretudo à propriedade industrial capitalista. Mas na prática, em qualquer país capitalista, ao lado daquela existe a propriedade dos grandes latifundiários e as formas de exploração feudal ou semifeudal que a acompanham. O poder popular liquida-as através da reforma agrária, depois da vitória da revolução. Isto fortalece a união da classe operária e dos trabalhadores rurais, contribui para a união das suas forças para a passagem à construção do socialismo.

As reformas agrárias liquidam a base económica dos aliados da grande burguesia: os latifundiários. É suprimido o latifúndio e, ao mesmo tempo, são liquidadas as formas feudais de uso da terra. As reformas também desferem um golpe na própria grande burguesia, pois suprimem a propriedade fundiária da burguesia e dos monopólios e entregam-na ao campesinato trabalhador. Na URSS, por exemplo, o grande capital perdeu cerca de 20 milhões de hectares de terra como resultado da reforma

agrária. À média burguesia agrária (kulaks) foram retirados, a favor dos camponeses pobres, mais de 50 milhões de hectares de terra que possuíam em excesso.

As transformações revolucionárias na agricultura levantam as massas camponesas fundamentais e permitem o uso das suas capacidades revolucionárias para a resolução das tarefas da construção socialista. São criadas condições para a afirmação das novas relações económicas entre a indústria socialista e a agricultura, entre a cidade e o campo, o que facilita o movimento posterior para o socialismo.

As reformas agrárias são levadas a cabo segundo a palavra de ordem: "A terra a quem a trabalha". No entanto, levar esta palavra de ordem à prática, isto é, a política concreta levada a cabo pelo poder popular, depende de muitos factores: grau de desenvolvimento das forças produtivas na agricultura do país dado, tradições existentes neste ou naquele país, situação do campesinato, a sua atitude e psicologia. São possíveis duas variantes de reformas agrárias.

a) Nacionalização da totalidade da terra (por vezes com indemnizações parciais). Neste caso, todo o povo se torna, através do Estado, proprietário da terra que é entregue aos camponeses para usufruto gratuito.

b) Nacionalização parcial (ou divisão da terra), em que apenas uma parte das terras aráveis se torna propriedade do Estado e a parte fundamental é entregue aos camponeses como propriedade privada.

Do ponto de vista da execução, mais rápida

possível, de transformações socialistas, a medida mais eficaz é a nacionalização de toda a terra, tal como repetidas vezes assinalou V. I. Lénine. No entanto, nos países onde existem fortes tradições de propriedade privada, esta medida pode não ser apoiada pelas amplas camadas camponesas. Por isso, nestes países é levada a cabo a nacionalização parcial com a manutenção da propriedade privada dos camponeses sobre a terra. Importa assinalar que a nacionalização e a divisão da terra são importantes passos intermédios na luta pela realização de transformações socialistas na agricultura, transformações sem as quais é impensável a transição para o socialismo.

A decisão sobre a medida a efectuar – nacionalização ou divisão – depende exclusivamente das condições concretas de cada país, da forma de propriedade da terra que é apoiada pela maioria dos camponeses.

Na URSS e na República Popular da Mongólia, onde não havia tradições enraizadas de propriedade privada da terra, foi nacionalizada toda a propriedade fundiária. Uma parte considerável desta terra foi concedida aos camponeses para uso perpétuo e gratuito.

Noutros países que seguiram a via de desenvolvimento socialista, esta questão resolveu-se de outro modo. Nestes, foi efectuada a nacionalização apenas da grande propriedade fundiária e das terras devolutas. A maior parte da superfície cultivável foi, no entanto, entregue aos camponeses como propriedade privada.

As reformas agrárias realizadas segundo a primeira via ou a segunda, levaram à liquidação das formas de exploração feudais e semifeudais e abalaram a base material das relações capitalistas, fortaleceram a união da classe operária com o campesinato.

A envergadura das transformações agrárias levadas à prática nos países socialistas é testemunhada pelos dados seguintes: na União Soviética, o campesinato trabalhador obteve complementarmente para uso gratuito mais de 150 milhões de hectares de terra como resultado da nacionalização. Na Bulgária, a reforma agrária deu aos camponeses mais de 140 mil hectares de terra. Na Hungria, foram nacionalizados mais de 3 milhões de hectares de terra, a maior parte da qual passou para as mãos dos camponeses. Na República Democrática Alemã, mais de 2 milhões de hectares de terra dos latifundiários foram entregues gratuitamente aos camponeses sem terra ou com pouca terra assim como aos proletários agrícolas. Na Polónia, os camponeses receberam mais de 6 milhões de hectares de terra, na Roménia, mais de 1 milhão e na República Democrática Popular da Coreia também mais de 1 milhão de hectares de terra.

As tarefas revolucionárias levadas a cabo pela ditadura do proletariado na cidade e no campo transformam qualitativamente o sistema de relações económicas da sociedade. Surgem as relações de produção socialistas, são liquidados os monopólios e os resquícios do feudalismo, é seriamente limitado o capital privado, fortalece-se a exploração camponesa individual baseada no trabalho pessoal. Como corolário de todas estas medidas surge a economia

do período de transição do capitalismo para o socialismo.

A experiência dos países socialistas na execução de transformações agrárias radicais é usada pelos países de orientação socialista depois de adaptada às suas condições nacionais específicas.

Na Guiné, onde se conservou a posse comunitária da terra e a pequena propriedade privada, o Estado declarou toda a terra propriedade de nação, incluindo a que pertencia aos chefes das tribos. Foram criadas condições para a ampla cooperação dos camponeses, a introdução de métodos de exploração mais modernos e um uso mais efectivo da técnica agrícola e dos fertilizantes. Na República Popular do Congo, a terra também foi declarada propriedade de todo o povo, enquanto no Mali foi efectuada a nacionalização parcial.

Na Argélia, a maioria das terras férteis, que pertenciam aos colonizadores franceses, foram nacionalizadas, depois da fuga destes, por decreto do governo de 1963. Ao mesmo tempo, foram expropriadas as propriedades dos latifundiários e feudais argelinos que colaboraram com os colonizadores durante a guerra de libertação nacional ou que sabotavam as tarefas do governo. Ao todo, o governo da Argélia concentrou nas suas mãos mais de metade de todas as terras cultiváveis.

Na parte insular da Tanzânia, onde a luta das massas populares tomou um carácter anti-imperialista e antifeudal, foi feita a nacionalização total da terra. Na parte continental do país, a terra que era antes do governador inglês passou para o Estado com a chegada ao poder do governo nacional.

Os plantadores estrangeiros e os granjeiros foram privados da possibilidade de transmitir por herança a terra que cultivavam e declarados apenas arrendatários a longo prazo. Como consequência, o governo obteve o direito de expropriar sem retribuição as terras devolutas e de fazer uma nova distribuição.

Na República Democrática Popular do Iémen, foram nacionalizadas as terras dos feudais que fugiram. Na Etiópia, toda a terra das zonas rurais foi nacionalizada e declarada propriedade colectiva do povo etíope depois da queda do regime monárquico-feudal.

Capítulo IX

SECTORES ECONÓMICOS E CLASSES NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

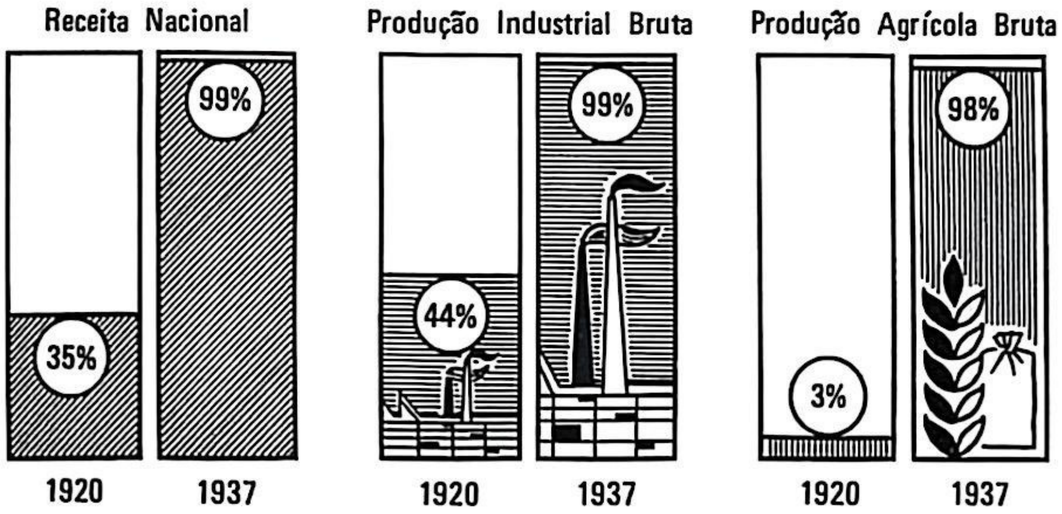
A existência simultânea de elementos do capitalismo e do socialismo é característica da economia do período de transição do capitalismo para o socialismo e, por isso, esta compreende a existência de formas diversas de economia social e de classes.

Como mostra a experiência histórica, em cada país que empreende a transição do capitalismo para o socialismo, existem pelo menos três tipos diferentes de economia social (sectores sócio-económicos): socialista, capitalista e da pequena produção mercantil.

O sector socialista compreende as indústrias e empresas agrícolas, os transportes, os bancos e o comércio nacionalizados, assim como as empresas cooperativas. A sua base é a propriedade social–estatal e cooperativa–surgida como resultado da nacionalização e da cooperativização e constitui o sector socialista da economia nacional. Este sector exclui toda e qualquer exploração do homem pelo homem.

No estádio inicial do período de transição, o peso do sector socialista na produção nacional varia de país para país, mas é comum o facto

de, já neste estádio, ele desempenhar um papel determinante na produção nacional e de o citado peso crescer sem cessar (ver esquema 1). Isto é motivado pelo facto de o sector socialista ser o tipo de economia mais organizado e se caracterizar por relações de produção progressistas. Une as maiores empresas nos sectores determinantes da economia nacional e dispõe das alavancas dirigentes da economia do país. Além disso, goza de apoio multilateral por parte do Estado.



Esquema 1. Percentagem da produção do sector socialista na economia da União Soviética em 1920–1937.

O sector capitalista assenta na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho assalariado. Está representado fundamentalmente pelas empresas dos capitalistas nacionais e estrangeiros na indústria e no comércio e pelas grandes explorações agrícolas.

O sector da pequena produção mercantil é

representado pelas pequenas explorações dos camponeses, artesãos e outros pequenos produtores mercantis que não utilizam trabalho assalariado. Regra geral, até à cooperativização voluntária maciça dos camponeses e artesãos, o peso deste sector na economia do país é bastante significativo.

O sector da pequena produção mercantil ocupa uma posição intermédia entre os sectores capitalista e socialista. O facto de a sua base residir na propriedade dos meios de produção, aproxima-o da economia capitalista. Ao mesmo tempo, diferentemente desta, a pequena produção mercantil é realizada com o trabalho pessoal do dono dos meios de produção e não está ligada à exploração do homem pelo homem. Este facto aproxima-a do sector socialista e cria a possibilidade da transformação progressiva da economia de pequena produção mercantil em economia socialista.

Num conjunto de países que enveredaram pela via de construção socialista, o sector da pequena produção mercantil desempenhou um papel significativo na economia, no início do período de transição. Por exemplo, na URSS, a sua parte no produto nacional bruto, foi de 54% em 1923-1924.

Além destes três sectores fundamentais, no período de transição podem ainda existir o sector capitalista de Estado e o patriarcal.

O sector capitalista de Estado assume formas variadas. É representado essencialmente pelas empresas cuja propriedade é entregue a capitalistas (entre os quais, se incluem os estrangeiros) na base de acordos com o Estado,

e as empresas, proprietários das quais são empresários privados ou próprio Estado. A utilização do capital nacional e estrangeiro na reconstrução económica possibilita o desenvolvimento de sectores da economia que não poderiam ser, num curto período de tempo, assimilados pelas forças próprias do Estado, cria condições favoráveis para o rápido levantamento das forças produtivas do país e fortalece, no fim de contas, a sua independência económica. Nas condições em que o poder pertence aos trabalhadores, o capitalismo de Estado não representa uma ameaça séria para eles, porquanto a sua actividade e desenvolvimento são rigorosamente controlados pelo Estado.

O capitalismo de Estado teve características específicas nos diferentes países socialistas. As formas fundamentais do capitalismo de Estado na URSS foram a concessão estrangeira, as companhias mistas por acções comerciais-industriais, de transportes e de crédito, assim como o arrendamento privado de empresas estatais.

As relações do Poder Soviético com os capitalistas estrangeiros eram realizadas na base do reconhecimento por parte destes da soberania do Estado soviético, da nacionalização da indústria, terra, transportes, monopólio do comércio externo, das leis soviéticas do trabalho e previdência social, da política tarifária e alfandegária soviética. No entanto, o capitalismo de Estado não se desenvolveu grandemente na Rússia soviética, porquanto os capitalistas, esperando destruir o Poder Soviético e restabelecer a ordem burguesa, não queriam aceitar relações económicas com o Estado socialista.

O surgimento e a existência do capitalismo de Estado noutros países socialistas foi motivado também pela existência de uma economia multi-sectorial, pela necessidade de ultrapassar a espontaneidade pequeno-burguesa própria do capitalismo privado. Ao mesmo tempo, as especificidades da revolução democrática e popular nestes países condicionaram as diferenças essenciais na revelação do capitalismo de Estado. A ajuda multilateral e desinteressada da União Soviética deu-lhes possibilidades de enveredarem pela transformação da economia nacional sem recorrer ao capital estrangeiro e, por isso, ao contrário da URSS, as diferentes formas de capitalismo de Estado basearam-se, num conjunto de países socialistas, em acordos com o capital nacional privado.

O capitalismo de Estado atingiu um maior desenvolvimento na República Socialista do Vietname. Neste país praticavam-se as formas seguintes de capitalismo de Estado: compra pelo Estado da produção das empresas privadas a preços fixados por aquele; produção pelos empresários privados de artigos das matérias-primas e materiais concedidos pelo Estado e sua venda às organizações estatais; criação de empresas mistas estatais e privadas, em que o papel dirigente pertence ao Estado. Esta última forma é também característica da RDA.

As empresas mistas estatais-privadas são uma forma superior de capitalismo de Estado e surgiram de dois modos diferentes: ou o Estado investiu em empresas privadas, tornando-se desse modo seu co-proprietário, ou confiscou parte do seu capital social. A participação em empresas mistas dá ao Estado a possibilidade de se imiscuir directa e imediatamente na produção capitalista e não apenas de a submeter ao seu controlo, assim como de a transformar radicalmente e, desse modo, acabar de uma vez com as relações de produção capitalistas no país, possibilitar a vitória do socialismo.

Importa assinalar que as empresas mistas estatais-privadas que existiam numa série de países socialistas depois da Segunda Guerra Mundial se distinguiram das que em seu tempo houve na URSS. Nestes países, o sector misto estatal-privado surgiu como etapa do processo de transformação gradual da economia capitalista. Na União Soviética, era constituído por sociedades anónimas que tinham por objectivo atrair o capital estrangeiro para a produção de mercadorias de exportação dentro do país, sua comercialização no estrangeiro e importação dos equipamentos necessários à reconstrução da economia.

Na maioria dos países socialistas europeus, as formas de capitalismo de Estado surgiram no primeiro período da revolução democrático-popular (até 1949), altura em que são levadas a cabo transformações democráticas na economia. Estas foram sobretudo formas de controlo e regulação da actividade dos empresários privados. No entanto, devido ao facto de a burguesia nacional oferecer uma resistência séria às transformações sócio-económicas logo na primeira etapa da revolução e de, na seguinte, a etapa socialista, ter passado à via de sabotagem e de luta contra o novo regime, o pro-

cesso de nacionalização total da indústria acelerou-se e o capitalismo de Estado deixou de existir.

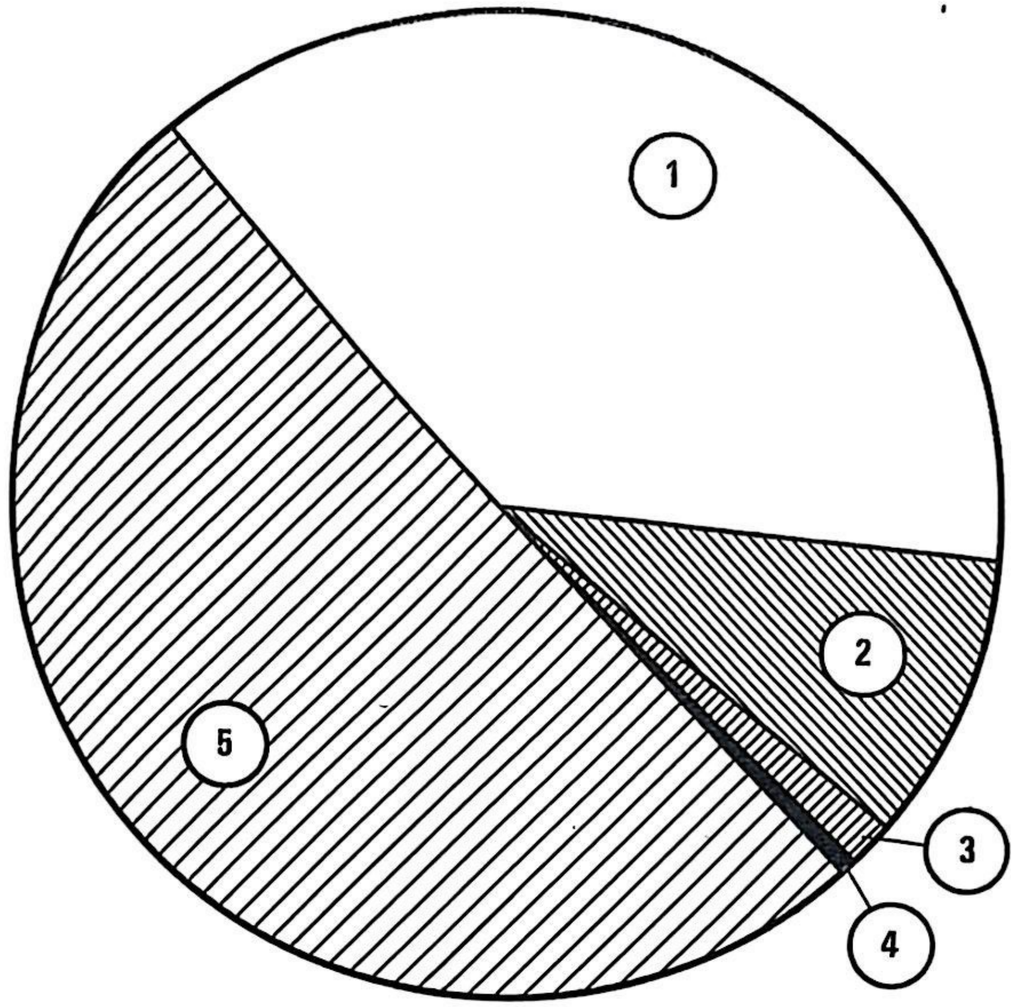
Todas estas formas de capitalismo de Estado são próprias dos países em desenvolvimento que seguem a via de orientação socialista.

Num ou noutro país, no período de transição pode existir, como foi assinalado acima, *o sector patriarcal*. Este é constituído por pequenas explorações individuais que não estão praticamente ligadas ao mercado, porquanto os próprios produtores consomem tudo o que produzem.

O sector patriarcal tende para a pequena produção mercantil. De um e outro sectores, são características: pequeno volume da produção, propriedade privada dos meios de produção, ausência de exploração do trabalho alheio, assim como o facto de a produção da actividade económica ser no fundamental destinada ao consumo pessoal do próprio produtor e da sua família.

O número de sectores, assim como a parte de produção de cada um deles na economia do país, podem ser diferentes, segundo as condições históricas concretas e a especificidade nacional do seu desenvolvimento. Na URSS, por exemplo, existiram cinco sectores (ver esquema 2).

Dos dados apresentados, vê-se que na União Soviética predominava o sector da pequena produção mercantil, que o capitalismo de Estado não se desenvolveu e que o sector patriarcal não desempenhava praticamente nenhum papel na economia do país. A existência dos cinco



Esquema 2. Percentagem da produção dos sectores sócio-económicos na economia da URSS no anos 1923–1924.

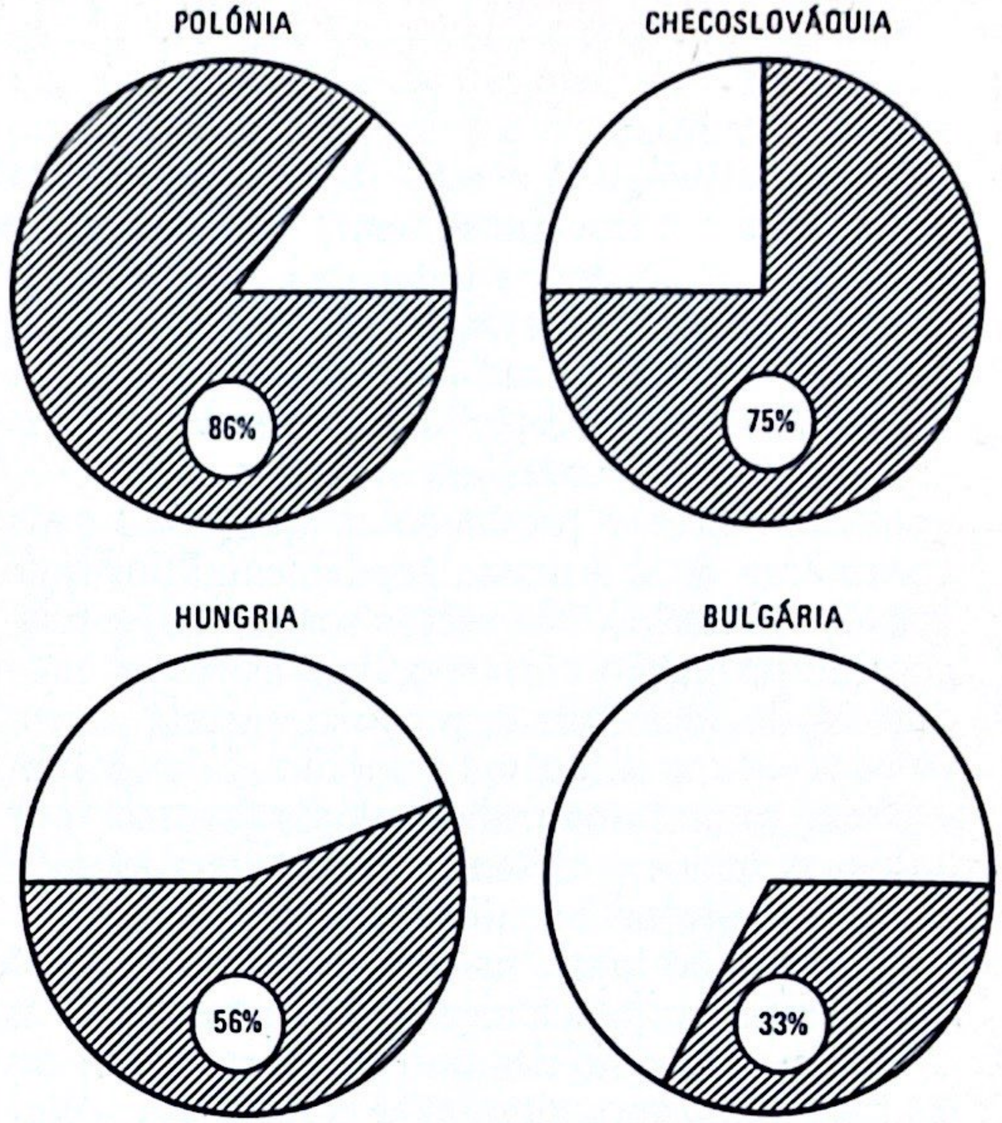
sectores explicava-se pelo atraso económico da Rússia czarista, pelo carácter agrário da sua economia, assim como pelo fortalecimento do sector da pequena produção mercantil nos primeiros anos do Poder Soviético como resultado da nacionalização da terra e da sua entrega em usufruto aos camponeses.

O período de transição da maioria dos países socialistas da Europa é caracterizado pela existência de três sectores fundamentais: o socialista, o capitalista e o da pequena produção mercantil. No entanto, na RDA, o sector do capitalismo de Estado obteve no seu tempo um desenvolvimento significativo. Na Albânia, assim como na Mongólia ou no Vietname, existia o sector patriarcal que desempenhava um papel mais importante na economia do que, por exemplo, na URSS.

A parte do sector socialista nos diferentes países do socialismo foi também variável durante o período de transição, o que se pode verificar pelo esquema 3.

À estrutura económica pluri-sectorial do período de transição corresponde a estrutura de classes da sociedade.

Classes são grandes grupos de pessoas, diferenciados pelas posições em relação aos meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho, assim como pelos modos de obtenção e porção da riqueza social que lhes cabe. De uma maneira geral, a estrutura de classes do período de transição apresenta-se do modo seguinte: o sector socialista é representado pela classe operária, pelos camponeses cooperativistas e assalariados; o sector da pe-



Esquema 3. Parte do sector socialista na indústria da Polónia, Checoslováquia, Hungria e Bulgária no ano de 1946.

quena produção mercantil (e em alguns países, patriarcal) é constituído pelo campesinato trabalhador e os artesãos, e o sector do capitalismo privado e de Estado pela burguesia.

A estrutura económica do período de transição difere sensivelmente da estrutura económica da sociedade capitalista. As diferenças fundamentais são as seguintes:

Em primeiro lugar, nas condições da economia de transição, surge o sector socialista que não existia durante o capitalismo. Além disso, importa assinalar que este sector não apenas surge mas, independentemente do seu peso específico, desempenha um papel determinante na economia. Isto é motivado por um conjunto de circunstâncias e, em primeiro lugar, pelo facto de o sector socialista dispor das alavancas que comandam a economia, de se apoiar na grande produção maquinizada e de concentrar em si a massa fundamental dos quadros qualificados. No sector socialista, as relações de produção correspondem às forças produtivas da sociedade e, por isso, aquele desenvolve-se a um ritmo mais rápido. E, por fim, o poder estatal dos trabalhadores favorece por todos os meios o desenvolvimento e fortalecimento do sector socialista.

Em segundo lugar, nas condições do período de transição, o papel, significado e perspectivas de desenvolvimento dos outros sectores, existentes no capitalismo, alteram-se. O próprio sector capitalista perde, a pouco e pouco o seu significado na economia do país. De dominante durante o capitalismo, torna-se dominado, porquanto a actividade das empresas privadas é regulamentada pelo Estado dos trabalhadores. Pode-se dizer o mesmo a respeito do sector capitalista de Estado. Além do mais, estes sectores estão privados de perspectivas de ulterior desenvolvimento.

O sector da pequena produção mercantil também não tem perspectivas de ulterior desenvolvimento, apesar de ser substancialmente

dominante na etapa inicial do período de transição. Mas a sua situação é diferente da situação durante o capitalismo. Se durante este é característica a estratificação dos pequenos produtores (ruína da sua massa fundamental e enriquecimento de alguns), então, nas condições da economia do período de transição, dá-se uma significativa aproximação da situação da massa fundamental dos pequenos produtores até um nível médio determinado. O Estado socialista, usando alavancas económicas como o sistema de impostos e crédito, assim como a legislação correspondente, não permite uma diferenciação abrupta dos pequenos produtores. Com o tempo, o sector da pequena produção mercantil entra na via socialista de desenvolvimento através da cooperação voluntária dos pequenos produtores.

No período de transição, modifica-se a situação das classes correspondentes aos sectores respectivos. A classe operária, de oprimida e explorada durante o capitalismo, torna-se a classe dominante. Tem nas suas mãos o poder de Estado, dispõe dos meios de produção socializados, dirige as amplas massas de trabalhadores e orienta o desenvolvimento do país de acordo com os seus interesses, isto é, pela via do socialismo, reprime a oposição dos exploradores destituídos.

O campesinato é libertado da exploração dos latifundiários e torna-se uma classe economicamente mais forte. Em aliança com a classe operária, o campesinato trabalhador participa na direcção política do Estado e actua como aliado fiel da classe operária na luta contra

os elementos exploradores que restam, pela construção da economia socialista.

Transforma-se abruptamente também a situação da burguesia. De classe dominante durante o capitalismo, a burguesia passa a ser a classe acessória privada do poder político e de uma massa fundamental dos meios de produção. No entanto, ainda conserva uma parte determinada da riqueza, largas ligações sociais, possui algum apoio no sector da pequena produção comercial, sobretudo entre a parte abastada do campesinato.

O bloco produtivo-comercial formado pela burguesia e pela parte abastada dos pequenos produtores comerciais, surgido no período de transição, representa um perigo fundamental para as transformações de carácter socialista. Este bloco pode provocar a desorganização na economia do país e, em condições propícias, tornar-se apoio e base que favorece a parte da burguesia que não perdeu as esperanças de restaurar o capitalismo.

A existência de uma economia pluri-sectorial, durante o período de transição, é consequência do que, no momento da revolução socialista, o capitalismo não leva e não pode levar até ao fim a questão da socialização total da produção, apesar de alguns monopólios isolados a concentrarem em dimensões colossais. O sistema capitalista prepara objectivamente as premissas materiais necessárias à sua substituição pelo socialismo, dá como já afirmámos, às forças produtivas um carácter social. No entanto, em certos países e ainda mais nos sectores económicos de diferentes

regiões, este processo é bastante diferenciado. Por isso, ao lado da grande produção concentrada, a média e a pequena produção dispersas, com carácter semi-artesanal, são companheiros inseparáveis do capitalismo.

Sabe-se que na sociedade capitalista se conservam em maior ou menor grau elementos económicos pré-capitalistas. Dado que o capitalismo se baseia na exploração da força de trabalho assalariada, aquele aniquila apenas os elementos das relações de produção pré-capitalistas que impedem a exploração (por exemplo, a dependência pessoal do produtor, as diferenças de estado social, as limitações corporativas, etc.). Outros elementos das relações de produção pré-burguesas são mantidos pelo capitalismo, pois que na sua essência são do mesmo tipo das relações de produção capitalistas e pouco a pouco, adquirem espírito capitalista. Estas transformações são sofridas, por exemplo, pela propriedade feudal da terra e têm a sua concretização na transformação da natureza sócio-económica da renda fundiária, na transformação desta de categoria das relações feudais em categoria económica do capitalismo.

A pequena produção mercantil não contraria a essência da exploração capitalista. Em primeiro lugar, nas condições do capitalismo, desenvolve-se desordenadamente pela via capitalista. Em segundo lugar, a pequena produção mercantil (representada pelos artesãos e artífices) serve como uma das fontes do exército de trabalho de reserva, devido à ruína dos pequenos produtores.

No que diz respeito ao sector patriarcal, este mais cedo ou mais tarde entra nas relações de mercado e transforma-se em pequena produção mercantil.

Os sectores existentes no período de transição constituem uma unidade determinada na economia deste período e estão estreitamente ligados entre si. A sociedade não está em condições de os transformar ou abolir imediatamente e, por conseguinte, de fazer desaparecer as correspondentes relações de produção ligadas com o nível dado de desenvolvimento das forças produtivas.

Capítulo X

CONTRADIÇÕES DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

A unidade da economia pluri-sectorial de que se falou acima apresenta um carácter contraditório. A contradição entre o socialismo nascente e em florescimento e o capitalismo vencido, mas não completamente destruído, que tem os seus fundamentos e base catalisadora na pequena produção mercantil é a contradição fundamental do período de transição. Esta contradição tem um carácter antagónico e só pode ser resolvida através de uma luta segundo o princípio "Quem vencerá". Daqui a impossibilidade de ultrapassar, no período de transição, a dura luta de classes, no desenvolvimento da qual os elementos capitalistas são completamente banidos da economia. Além disso, a agudeza desta luta depende inteiramente da força de resistência que a burguesia oferece à construção socialista ao deixar a arena histórica.

Nas condições do período de transição há ainda outras contradições que não têm, no entanto, carácter antagónico. Assinalemos duas delas.

A primeira, é a contradição entre o poder

político progressivo e a base material e técnica que não lhe corresponde. Trata-se de uma contradição característica dos países com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Nos países com economia especialmente atrasada, esta contradição pode tornar-se bastante aguda. A industrialização socialista, que possibilita um desenvolvimento rápido das forças produtivas, é um meio de resolução destas contradições.

A contradição entre a indústria socializada e a pequena economia fragmentada dos camponeses é outra característica da economia pluri-sectorial do período de transição. Neste período, a indústria e a agricultura desenvolvem-se segundo leis económicas diferentes: a indústria pelas leis económicas do socialismo, e a agricultura pelas leis espontâneas do mercado. Daqui a infalibilidade do surgimento de desproporções na economia. Além disso, o sector da pequena produção mercantil gera permanentemente elementos capitalistas. A contradição citada pode levar a consequências perigosas para a causa do socialismo se não for tida em conta e não se tomarem as medidas respectivas para a sua aniquilação. A prática da construção do socialismo na URSS e noutros países mostrou que esta contradição se resolve através da cooperativização voluntária dos camponeses.

A política económica do Estado durante o período de transição procura assegurar que o sector socialista seja não só determinante, mas também dominante na economia, liquidar a situação de existência de vários sectores na economia. Devido às diferenças no desenvolvimento económico e nacional nos diferentes países que enveredam pela via das transformações socialistas, as medidas do Estado no período de transição para a resolução das tarefas apontadas são diferentes. Mas sejam quais forem as diferenças na execução da política económica, o seu fim é sempre o mesmo: liquidar os elementos capitalistas, liquidar a situação de existência de múltiplos sectores na economia e construir a sociedade socialista.

Diferentemente das formações precedentes que possuíram uma economia pluri-sectorial, a produção socialista como sector não pode coexistir durante muito tempo com outros tipos de economia social, o que se explica por um conjunto de motivos.

Em primeiro lugar, no período de transição só as relações de produção socialistas servem de estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas por corresponderem ao seu carácter social. Os restantes sectores impedem, de um ou outro modo, o desenvolvimento da produção à escala da sociedade, este não pode ser levado a cabo no ritmo necessário à nova sociedade socialista.

Em segundo lugar, o pluri-sectorialismo limita a esfera de acção das relações de produção socialistas apenas a uma parte da economia, ou seja, ao sector socialista.

Em terceiro lugar, a ditadura do proletariado é uma superstrutura política de novo tipo. Surge antes da sua base e afirma-se concomitantemente com o seu fortalecimento e desenvolvimento. As condições sócio-económi-

cas que criam a possibilidade de restauração do capitalismo conservam-se enquanto o sector socialista não englobar toda a economia.

De acordo com a teoria marxista-leninista, as relações económicas manifestam-se na vida de acordo com os interesses das pessoas. O aumento da quantidade dos artigos de consumo, o desenvolvimento das forças produtivas para satisfação das necessidades dos trabalhadores constituem o interesse fundamental destes depois da conquista do poder político. O interesse dos capitalistas reside na perseguição do lucro. Daqui a tentativa da burguesia de salvaguardar e fortalecer as condições que permitem explorar o trabalho assalariado. Assim se explica a sua oposição às medidas do Estado dirigidas para a transformação socialista da sociedade.

O pequeno produtor ocupa um lugar especial. Por um lado, é um proprietário privado e, por outro, um trabalhador. Uma tal dualidade de interesses provoca a indecisão do pequeno produtor entre a classe operária e a burguesia. O pequeno produtor, tal como toda a pequena burguesia em geral, ocupa, mesmo durante a ditadura do proletariado, uma posição média, intermédia. No entanto, os interesses do proletariado e dos pequenos produtores coincidem no fundamental, pois que só o socialismo é capaz de os libertar da exploração, da ausência de direitos e da miséria.

Para vencer a burguesia, a classe operária tem de ganhar para o seu lado as massas trabalhadoras e, antes de tudo, o campesinato trabalhador, por isso, é extraordinariamente importante, no período de transição, a execução de uma política correcta para com o campesinato, saber distinguir com precisão o camponês trabalhador do camponês proprietário, promover por todos os meios o desenvolvimento das tendências do trabalhador do camponês e limitar as suas tendências de proprietário privado.

Deste modo, a luta de classes não cessa mesmo depois da conquista do poder pelos trabalhadores, antes continua por outras formas e outros meios. V. I. Lénine chamou a atenção para cinco destas formas: esmagamento da oposição dos exploradores, guerra civil, neutralização da pequena burguesia, aproveitamento dos especialistas burgueses para a construção do socialismo, educação de uma nova disciplina no trabalho.

O proletariado da União Soviética teve de utilizar todas estas formas. Nos outros países socialistas não houve guerra civil.

Depois da destituição da burguesia, a construção económica, a criação de uma produção social mais progressiva, moderna, baseada na elevada consciencialização, na disciplina laboral, é a tarefa fundamental dos trabalhadores.

A guerra civil desencadeada pela contra-revolução interna e a intervenção militar do imperialismo internacional interromperam por algum tempo os planos de construção pacífica na Rússia soviética. O país tornou-se um campo de batalha. De acordo com a situação criada, foi necessário levar à prática algumas medidas

de excepção. Foram totalmente nacionalizadas as empresas comerciais, o Estado estabeleceu o monopólio sobre o comércio do pão proibindo a sua venda pelas entidades privadas. Foi introduzido o chamado sistema de rateio sobre o pão e a forragem, alargado mais tarde a outros artigos da agricultura. Aos camponeses eram obrigatoriamente subtraídos os excessos de produção e forragem. O Estado soviético introduziu a obrigatoriedade geral de trabalhar baseada no princípio: "Quem não trabalha não come".

Este sistema de medidas económicas extraordinárias foi designado por "comunismo de guerra" e praticado desde a segunda metade de 1918 até à Primavera de 1921. As suas consequências foram a redução das relações monetárias e mercantis e o aprofundamento das tendências da economia natural. Por exemplo, as empresas nacionalizadas recebiam do Estado gratuitamente todo o necessário para o trabalho e entregavam toda a sua produção ao Estado sem qualquer retribuição. Os trabalhadores recebiam gratuitamente ou por preços baixos artigos de consumo e industriais segundo normas estreitamente determinadas.

A política de "comunismo de guerra" foi uma medida necessária e teve carácter temporário. No entanto, nas condições históricas dadas, foi a única possível e a mais real para derrotar os inimigos da revolução. O conjunto das medidas da política de "comunismo de guerra" não pode ser relacionado com as leis gerais do período de transição. Nos países socialistas, onde a luta de classes não tomou

a forma de guerra civil, não foi preciso recorrer a essa política.

Só em 1921 foi possível ao Estado soviético regressar à resolução das questões da construção socialista. O país sofreu perdas colossais. Basta dizer que a grande indústria fornecia apenas 1/7 da produção anterior à guerra e o aço, por exemplo, viu a sua produção diminuída 20 vezes. Em 1921, produzia-se menos de 1 metro de tecido de algodão *per capita*. Os transportes trabalhavam com falhas, vivia-se uma crise energética. Também a agricultura atravessava graves dificuldades, enquanto as massas trabalhadoras viviam em condições extremamente difíceis. O número do proletariado industrial reduziu-se mais de duas vezes. No país havia centenas de milhares de desempregados.

As dificuldades citadas permitem fazer uma ideia das condições de que partiu o jovem Estado soviético ao construir a base material e técnica do socialismo. Depreende-se que era impossível resolver os problemas da construção socialista pelos métodos do "comunismo de guerra". A economia não podia desenvolver-se normalmente nas condições da economia natural, só mediante o uso de métodos administrativos de direcção. A resolução dos problemas de desenvolvimento económico exigia a utilização das relações mercadoria-dinheiro, a coexistência de métodos de direcção administrativos e económicos. Esta questão adquiriu importância especial na Rússia pós-revolucionária, pois que da sua resolução dependia o fortalecimento da aliança da classe operária com o campesinato.

Os camponeses, como pequenos produtores, não podiam passar sem o mercado. Além disso, a subtracção dos excessos de produção agrícola, que teve lugar no período do "comunismo de guerra", socavou o seu interesse material pelo aumento da produção e elevação da produtividade do trabalho. A vida exigia a substituição da aliança político-militar da classe operária e do campesinato que tinha sido útil durante o "comunismo de guerra" por uma aliança de carácter económico.

Para este fim, sob a direcção de V. I. Lénine, foi elaborada e passou a ser levada à prática a Nova Política Económica (NEP). A essência desta política consistia no fortalecimento, numa base económica, da aliança da classe operária e do campesinato, base da ditadura do proletariado, estabelecimento de ligações da indústria socialista com os pequenos produtores camponeses através do amplo uso, sob controlo do Estado dos trabalhadores, das relações mercadoria-dinheiro para o desenvolvimento das forças produtivas. O Estado socialista permitiu a actividade dos elementos capitalistas, mas em condições determinadas e vantajosas para o Poder Soviético. O rateio foi substituído pelo imposto em espécie. Isto permitiu aos camponeses vender no mercado os artigos que restavam depois do pagamento do imposto e comprar por sua vez artigos industriais.

A Nova Política Económica destinava-se a fazer os possíveis por activar a economia nas condições do seu plurissectorialismo, a elevar o

nível das explorações camponesas, a fim de prover a classe operária com géneros alimentícios, elevar o nível de vida de toda a população, restabelecer e desenvolver a indústria; foi calculada para a articulação comercial com a massa fundamental do campesinato, a fim de criar condições para a ulterior transformação socialista das suas explorações agrícolas.

A NEP é parte integrante do plano leninista de construção do socialismo na URSS. O objectivo principal desta política era ganhar as amplas massas camponesas para a construção socialista, para a construção do socialismo com esforços conjuntos de operários e camponeses. Importa assinalar que, devido ao facto de as alavancas económicas (indústria, transportes, bancos) estarem nas mãos do Estado socialista, os elementos capitalistas eram a pouco e pouco excluídos da economia na URSS. Já em 1930, o comércio do Estado e cooperativo tinham excluído da circulação os comerciantes privados.

A execução na Rússia soviética da Nova Política Económica preparou condições para a criação da base material e técnica do socialismo. Os princípios fundamentais da NEP têm significado internacional, pois que em qualquer país que entre no período de transição a classe operária constrói o socialismo em aliança com o campesinato. A firmeza de tal união depende do fortalecimento da sua base económica.

Caracterizando o significado da NEP, V. I. Lénine assinalou que a questão que estava a ser resolvida na URSS "...parece,

por enquanto, isolada, uma questão apenas russa, mas de facto é um problema que se irá colocar perante todos os socialistas... A nova sociedade que assentará na aliança dos operários e camponeses é inevitável. Mais cedo ou mais tarde, vinte anos mais cedo ou mais tarde, a nova sociedade virá e nós ajudamos elaborando para ela formas de união dos operários e camponeses, quando trabalhamos na resolução da nossa nova política económica"[1].

O curso ulterior dos acontecimentos históricos confirmou a veracidade das palavras leninistas. Os princípios fundamentais da nova política económica, destinada a servir-se das relações mercadoria-dinheiro, das relações de mercado para o estabelecimento de uma forte união económica e política dos operários e camponeses, a ganhar para a construção socialista as amplas massas camponesas, são vitais e indispensáveis a cada país na etapa de transição para a construção do socialismo. A experiência da URSS no campo da execução da NEP é utilizada por outros países socialistas de acordo com as suas condições concretas e particularidades históricas.

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 44, p. 329.

Capítulo XI

BASE MATERIAL E TÉCNICA DO SOCIALISMO

À cada formação sócio-económica é inerente a respectiva base material e técnica que se caracteriza pelo nível correspondente de desenvolvimento dos meios de produção, pela especificidade da estrutura sectorial e territorial, pelo grau de organização social da produção, situação da ciência e nível da sua aplicação na produção.

A criação da base material e técnica do socialismo é uma condição necessária da sua vitória e, por isso, uma das questões mais importantes do período de transição do capitalismo para o socialismo é a criação da citada base. A experiência histórica testemunha que cada sistema social se torna dominante e de facto submete a si a produção só se tiver uma respectiva base material e técnica. Um tal fundamento do socialismo é a grande produção electrificada e mecanizada.

O socialismo não recebe de forma acabada a base material e técnica correspondente à sua natureza. No entanto, o capitalismo cria uma grande indústria que, apesar de constituir uma condição do socialismo, não abrange pela

produção mecanizada todos os sectores da economia devido às contradições inerentes ao capitalismo. Em muitas esferas da economia conserva-se, num ou noutro grau, a produção manual atrasada, o que é perfeitamente explicável. Acontece que ao capitalista interessa não o desenvolvimento da produção para satisfação das necessidades da sociedade, mas a obtenção de lucros. Por outras palavras, o capitalista desenvolve a produção apenas na medida em que isso lhe traz vantagens, ou seja, serve para a obtenção de lucros mais elevados. Introduz uma máquina nova apenas quando as despesas com a sua exploração são inferiores aos salários pagos aos trabalhadores que ela substitui. E em muitos casos a produção atrasada, ligada às relações de produção pré-capitalistas, favorece a diminuição das despesas com a admissão da força de trabalho e, por isso, o capitalista nem sempre está interessado na transformação de uma tal produção na base da maquinaria.

O socialismo, como sistema social mais avançado, exige um nível de desenvolvimento da produção mais elevado. Pressupõe o desenvolvimento dinâmico das forças produtivas deixadas como herança pelo capitalismo, a elevação do seu carácter social e a reconstrução da produção de molde a prover o seu funcionamento efectivo no interesse de toda a sociedade.

Que é a base material e técnica do socialismo? É a grande produção colectiva na cidade e no campo, baseada na técnica mecânica progressiva e planificada ao nível de todo o país. Uma tal produção destina-se a satisfazer plenamente

os interesses dos trabalhadores. Uma direcção da produção planeada e conscientemente dirigida não pode existir em nenhum país capitalista e, por isso, na transição para o socialismo, mesmo nos Estados industrialmente desenvolvidos, e necessária a reconstrução socialista da economia. Apenas durante a citada reconstrução se forma e desenvolve a base material e técnica do socialismo.

A revolução socialista na Rússia (e na maioria dos outros países que seguem a via socialista) foi levada à prática em condições de relativo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Mas o socialismo é, como já assinalámos, incompatível com o atraso técnico-económico. A grande produção mecanizada contemporânea é a sua base material. A questão da criação de uma tal base resolve-se no período de transição pela via da *industrialização socialista*.

A industrialização é, de modo geral, processo de surgimento e desenvolvimento da indústria, em resultado do qual esta se torna o sector mais importante da economia. A essência da industrialização socialista consiste no desenvolvimento intensivo da grande indústria mecanizada (sobretudo da indústria pesada e do seu núcleo central, a indústria de construção de máquinas) que permite obter a vitória do sector socialista em todas as esferas da economia e criar uma economia nacional altamente desenvolvida, garantir a independência económica e a necessária capacidade defensiva.

A fim de levar à prática a industrialização socialista, o Estado dos trabalhadores executa

um conjunto de medidas económicas e políticas dirigidas para a criação da grande indústria assente em técnica progressiva e capaz de fornecer máquinas a todos os sectores da economia nacional. A industrialização socialista não é indispensável nos países onde, no momento da tomada do poder pelos trabalhadores, já existe uma indústria altamente desenvolvida. Neste caso, a criação da base material e técnica é uma questão menos trabalhosa. Pressupõe a liquidação de um conjunto de desproporções características do capitalismo (distribuição desigual da produção pelo território do país, atraso técnico de alguns sectores da economia, etc.) assim como a eliminação de formas desproporcionadas de desenvolvimento da técnica geradas pelos interesses egoístas do capital.

No âmbito do problema geral da criação da base material e técnica do socialismo, a industrialização decide ao mesmo tempo um conjunto de outras importantes questões, assegura a possibilidade de elevação contínua e rápida da produtividade do trabalho. É substituída a estrutura da economia. A grande indústria começa a desempenhar um papel principal na economia do país e influi em todas as suas restantes esferas. São estabelecidas proporções económicas mais racionais. No processo de industrialização socialista aumenta quantitativamente a classe operária, assim como a sua organização, e esta concentra-se em grandes empresas modernas. Do mesmo modo, fortalecem-se as posições políticas da ditadura do proletariado.

A industrialização socialista difere radicalmente da capitalista. Antes de tudo, é resultado da actividade consciente e planificada do Estado dos trabalhadores.

Além disto, a industrialização socialista difere da capitalista pelas suas origens. As fontes características de qualquer sistema podem ser divididas em externas e internas. A exploração implacável dos trabalhadores é a fonte interna fundamental no capitalismo e a externa é rapina das colónias e dos países dependentes. Foi precisamente destas duas fontes que foram extraídos os recursos para a industrialização capitalista. A Inglaterra, por exemplo, obteve a massa fundamental dos seus meios através da exploração implacável dos trabalhadores do seu império colonial. A industrialização da Bélgica e da França foi levada à prática, numa determinada medida, pela mesma via. A industrialização da Alemanha foi feita em grande parte à custa da grande contribuição recebida da França vencida na guerra com a Prússia no último terço do séc. XIX. A Rússia czarista tentou criar uma indústria altamente desenvolvida com a ajuda dos créditos estrangeiros. Isto levou à apropriação, pelo capital estrangeiro, dos ramos-chave da economia, ao aumento da dependência do país em relação aos monopólios estrangeiros e, no fim de contas, não à recuperação do atraso técnico-económico, mas à sua acentuação.

É evidente que as fontes da industrialização ligadas à exploração dos trabalhadores são incompatíveis com o Estado socialista. A industrialização socialista é realizada à custa das

fontes internas de acumulação, as mais importantes das quais são:

– lucros canalizados anteriormente para usufruto das classes parasitárias e consignados pelo Estado para as necessidades da acumulação;

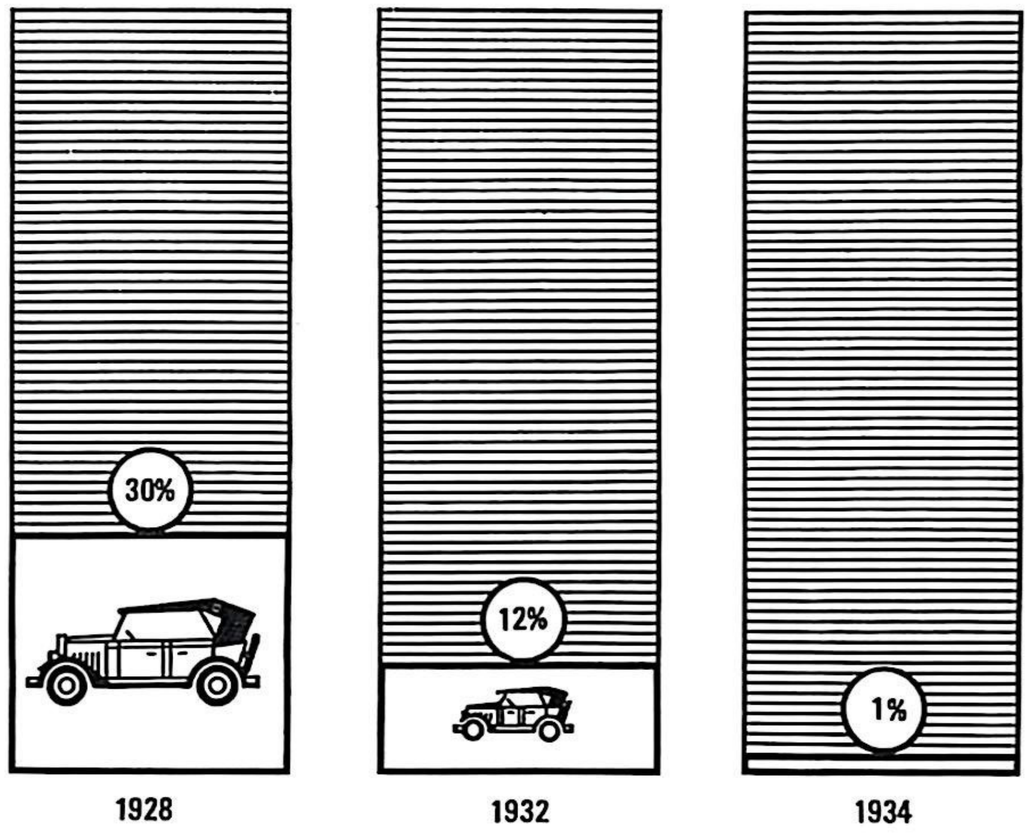
– discontos do lucro das empresas do sector socialista;

– impostos cobrados do que resta das classes exploradoras e, em medida pouco significativa, dos trabalhadores (esta fonte desempenha um papel secundário);

– nas condições de existência do sistema mundial do socialismo, ajuda dos países da comunidade socialista.

Devido às vantagens abertas pela propriedade social dos meios de produção e pelo desenvolvimento planificado da economia, a industrialização socialista difere da capitalista também pelo ritmo de execução. Sabe-se que a Inglaterra efectuou a industrialização, isto é, criou a base material e técnica correspondente ao modo de produção capitalista, em cerca de 100 anos. Os Estados Unidos percorreram este caminho (em grau significativo graças à "injecção" de capitais e força de trabalho qualificada da Europa) em cerca de 75 anos. Em prazos semelhantes decorreu a industrialização do Canadá, Austrália, Nova Zelândia, RSA e outros países. Nos países socialistas, a industrialização é levada a cabo muito mais rapidamente. A União Soviética, por exemplo, percorreu esse caminho em dois decénios. Como resultado da industrialização foram criados, na URSS, num período histórico curto, ramos

económicos como a indústria de tractores, automóveis, química, electrotécnica, indústria de aviação, construção de máquinas para a indústria, construção de máquinas agrícolas, etc. Diminuiu sensivelmente a importação da técnica estrangeira (ver esquema 4). Foi garantida a independência económica do país.



Esquema 4. Parte das máquinas nas importações da URSS em 1928–1934.

Por fim, a industrialização socialista difere da capitalista pelas suas consequências sócio-económicas. A industrialização capitalista aumenta todas as contradições sócio-económicas.

Esta agudização das contradições é acompanhada do aumento do desemprego, favorece o enraizamento do atraso técnico-económico de algumas cadeias da economia capitalista mundial à custa de outras. Como resultado, ao lado de pequenas potências imperialistas industrialmente desenvolvidas surgem muitos países capitalistas economicamente atrasados.

A industrialização socialista ajuda a resolver as contradições do período de transição. Dado que o fim do socialismo é a satisfação multilateral das necessidades de todos os membros da sociedade, a industrialização é dirigida no sentido de elevar o nível de vida do povo, leva-se a cabo com o fim de diminuir o dia de trabalho e resolver os problemas da ocupação. Não é por acaso que o desemprego foi liquidado na URSS, no fim do ano 30, altura em que o país se começou a tornar uma potência industrial de vanguarda.

Em conclusão, pode-se dizer que a industrialização socialista leva à liquidação da exploração do homem, ao progresso das periferias nacionais antes atrasadas, à recontrução socialista da agricultura. Cria também a base material necessária a uma satisfação mais completa das crescentes necessidades dos trabalhadores.

A Rússia soviética, que teve de se industrializar em condições extremamente difíceis, mostrou o primeiro exemplo de industrialização socialista. Analisemos as mais importantes.

A União Soviética iniciou o movimento para o socialismo no momento em que o nível de

desenvolvimento das forças produtivas era baixo. A Rússia pré-revolucionária era um país predominantemente agrícola. Na indústria (incluindo a pequena indústria) e na construção trabalhavam apenas 9% da população activa do país. A indústria estava atrasada. Por exemplo, a produtividade do trabalho era 10 vezes inferior à dos Estados Unidos. A União Soviética era então o único Estado de operários e camponeses e estava cercada por países capitalistas inimigos, prontos a iniciarem o bloqueio económico ou mesmo a repetir a intervenção militar a qualquer momento. Esta circunstância obrigou a URSS a ultrapassar num prazo mínimo o seu atraso técnico-económico em relação aos países capitalistas.

A fim de elevar o ritmo de industrialização da URSS, foi tomado o rumo de desenvolvimento prioritário e formativo da indústria pesada e só à medida que esta se formava se efectuava o alargamento paulatino da produção em todos os ramos da economia. O Estado foi obrigado a canalizar uma parte importante dos investimentos e recursos de trabalho para a formação da base material da industrialização: a construção de máquinas. A especial atenção dedicada a este ramo industrial explica-se não só pelo seu papel capital no processo de industrialização, como também pelo seu baixíssimo nível de desenvolvimento na Rússia pré-revolucionária e pelas necessidades da defesa.

As grandes dificuldades da URSS estiveram ligadas ao facto de esta ter sido obrigada a usar apenas fontes internas de acumulação.

Os países capitalistas ou recusaram toda e qualquer ajuda à União Soviética, através de créditos, ou propuseram-lhos em condições de subserviência, inaceitáveis para ela. Mas apesar de tudo isto, a URSS levou a cabo a industrialização num prazo histórico extremamente curto e converteu-se de país agrícola atrasado em poderosa potência industrial. Eis apenas alguns números a ilustrar o que afirmámos. No período 1929-40 foram postas em funcionamento 9 mil grandes empresas estatais, criadas dezenas de novos ramos económicos. Neste período, a produção industrial bruta aumentou 6,5 vezes, enquanto a produção de meios de produção aumentou 10 vezes. A produção de toda a indústria em 1940 ultrapassou o nível de 1913 (ano em que a economia da Rússia pré-revolucionária atingiu o seu nível mais elevado) 7,7 vezes e a produção de meios de produção 16 vezes. Como resultado da industrialização, a indústria passou a ser predominante na economia da URSS.

A industrialização levou a que a indústria soviética se elevasse ao nível dos países mais desenvolvidos do mundo. Aumentou bruscamente a população das cidades: centros industriais e culturais.

A industrialização foi um factor poderoso do desenvolvimento económico e cultural das periferias da Rússia czarista outrora atrasadas. Permitiu a criação nestas zonas de uma indústria moderna, de quadros operários nacionais, a liquidação da desigualdade económica e cultural entre os povos, herdada do passado pré-revolucionário. A industrialização da URSS foi

um dos meios mais importantes da execução da política nacional elaborada por V. I. Lénine.

A experiência da industrialização da URSS tem um profundo significado internacional. É hoje usada de um ou outro modo pelos países que enveredam pela via de desenvolvimento independente, e em primeiro lugar, pelos países que constroem o socialismo.

Nos outros países socialistas, a industrialização teve um conjunto de particularidades. A mais importante consiste no facto de estes Estados terem criado ou estarem a criar a base material e técnica do socialismo não numa situação de isolados, mas nas condições de existência de um poderoso sistema mundial em cuja ajuda se apoiam. A luta de classes decorreu nestes países de forma menos aguda (não tomando, por exemplo, a forma de guerra civil).

Aos Estados que enveredaram pela via do socialismo depois da URSS deixou de ser necessária a industrialização socialista em ritmos acelerados. A potência industrial de toda a comunidade socialista é agora a garantia da independência técnico-económica em relação ao mundo capitalista. A fim de criar uma indústria moderna altamente desenvolvida, podem recorrer não só aos meios das fontes internas, mas ainda ajudarem-se uns aos outros usando a organização internacional dos países socialistas – o Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) – assim como acordos mútuos bilaterais. A capacidade defensiva dos países socialistas é assegurada eficientemente pelo Tratado de Varsóvia.

A colaboração económica e técnico-científica dos países da comunidade socialista, a sua ajuda mútua, a divisão internacional socialista do trabalho, a integração económica socialista aceleram e facilitam a industrialização, possibilitam um aproveitamento mais efectivo e racional dos recursos internos de cada país. A colaboração dos países socialistas deu também a possibilidade de levar à prática em cada país a industrialização na base do desenvolvimento dos ramos da indústria pesada que permitam criar complexos da economia nacional mais racionais e efectivos, segundo as condições naturais e económicas.

Em países industrialmente desenvolvidos como a Checoslováquia e a RDA, a direcção fundamental da industrialização traduziu-se na reconstrução das empresas industriais. Nos países agrícolas e agro-industriais – Polónia, Hungria, Bulgária, Roménia – foi criado um conjunto de ramos de indústria pesada com a ajuda da URSS.

Como resultado da industrialização socialista levada à prática com a ajuda mútua desinteressada de carácter material, técnico e financeiro, os países socialistas obtiveram enormes êxitos no desenvolvimento das forças produtivas. Já em 1961, a parte da produção industrial no produto nacional bruto de todos os países socialistas era predominante (à excepção da R. S. do Vietname).

Pode-se ajuizar do carácter e ritmo do desenvolvimento industrial nas condições do período de transição através do exemplo dos países membros do CAME como a Hungria

e a Checoslováquia. Nos 14 anos anteriores à guerra (1925-1938), o volume da produção na indústria transformadora da Hungria aumentou 43% e da Checoslováquia, 13%. A passagem destes países à construção socialista transformou radicalmente o carácter do seu desenvolvimento económico. Nos 14 anos posteriores à guerra (1949-1962), a Checoslováquia aumentou a sua produção 4,7 e a Hungria 4,6 vezes.

Pelo seu carácter e estrutura, a base material e técnica do socialismo difere qualitativamente da base material e técnica do capitalismo. As suas vantagens traduzem-se fundamentalmente no seguinte: nível da socialização da produção mais elevado do que no capitalismo, carácter geral da grande indústria mecanizada (abrange praticamente todos os ramos da economia nacional), organização planificada da produção social, ritmos de desenvolvimento elevados e seguros, estrutura racional da economia por ramos e território, encarada do ponto de vista dos interesses da sociedade.

A industrialização socialista fornece uma base material e técnica às transformações socialistas da agricultura.

A finalizar, importa acentuar que a industrialização socialista não é uma lei geral de transição para o socialismo. Não há necessidade de colocar a questão da criação de uma grande e moderna indústria no país onde ela foi criada no período de desenvolvimento capitalista. Na transição do capitalismo para o socialismo nos países industriais altamente de-

senvolvidos, o período de reconstrução da base material e técnica da sociedade pode ser, de acordo com as necessidades do socialismo, não só menor, mas também ter outros objectivos como, por exemplo, a liquidação das desproporções herdadas do capitalismo na estrutura sectorial da indústria e da distribuição irregular das forças produtivas.

O problema da industrialização dos países em vias de desenvolvimento tem um significado especial. Em muitos deles, em primeiro lugar nos Estados do continente africano, a industrialização é encarada não só como meio de fortalecimento da independência nacional, mas também como modo de ultrapassar o atraso sócio-económico deixado como herança pelos colonizadores.

É precisamente por isso que as tarefas da industrialização em muitos países ex-colónias e dependentes, a criação de uma indústria moderna, são incluídas nos programas dos partidos políticos e tornaram-se parte integrante da política do Estado.

Capítulo XII

CRIAÇÃO DA AGRICULTURA SOCIALISTA

O socialismo é o sistema social em que a propriedade socialista dos meios de produção e o trabalho colectivo constituem a base de todos os ramos da economia no seu conjunto, isto é, a base de toda a economia no seu conjunto. Por conseguinte, na transição para o socialismo, a afirmação da propriedade social dos meios de produção na agricultura é uma necessidade tão objectiva como nos outros ramos económicos.

A reconstrução da agricultura em bases socialistas é uma das questões mais difíceis e complicadas depois da conquista do poder pelos trabalhadores.

A nacionalização da terra ou a sua distribuição entre os camponeses depois da revolução ainda não leva, como é evidente, ao surgimento de novas relações de produção na agricultura. São necessários passos ulteriores do Estado proletário para o ingresso da agricultura na via socialista.

No sector estatal, esta questão decide-se através da criação de grandes empresas agrícolas altamente mecanizadas na terra nacionalizada –

sovkhozes na URSS e goskhozes nos outros países socialistas. Estas explorações constituem uma base segura para as transformações radicais no campo, servem de modelo à exploração socialista.

Maïs difícil é a questão da transição para a grande produção agrícola mecanizada dos inúmeros pequenos produtores das explorações camponesas isoladas. A grande divisão e o carácter espontâneo do desenvolvimento da pequena produção agrícola, o seu baixo nível de produção para o mercado, a forte vitalidade dos resquícios ligados à propriedade privada nos camponeses isolados são incompatíveis com a natureza do socialismo.

A necessidade de uma reconstrução radical da agricultura de pequena produção é provocada tanto pelo desenvolvimento das forças produtivas neste sector da economia como pela especificidade das relações de produção socialistas.

Do ponto de vista do crescimento das forças produtivas, as pequenas explorações camponesas não têm quaisquer perspectivas. Levam à prática, regra geral, apenas a reprodução simples, isto é, a produção repetida regularmente e renovada em dimensões imutáveis. As pequenas explorações camponesas utilizam com dificuldade, e na maioria dos casos pura e simplesmente não podem utilizar, máquinas agrícolas modernas e não podem aplicar as medidas agrotécnicas progressivas. Não podem satisfazer com géneros a crescente (devido à industrialização) população das cidades, não podem prover a indústria em rápido desenvol-

vimento com a quantidade de matérias-primas necessárias.

Não é menos importante o facto de a pequena exploração camponesa ser portadora de tendências de desenvolvimento estranhas ao socialismo. As leis económicas próprias da economia mercantil baseada na propriedade privada levam invariavelmente ao surgimento espontâneo de elementos capitalistas. O facto de o Estado, usando a legislação correspondente e algumas alavancas económicas, conter este processo no período de transição, não resolve completamente o problema. Para liquidar completamente a possibilidade de ressurgimento das relações de produção capitalistas e estabelecer o domínio total do socialismo é necessário transformar a pequena produção mercantil em grande produção socialista.

E esta é uma tarefa verdadeiramente difícil. Por um lado, como já foi assinalado, o camponês é um proprietário privado, portador potencial de relações capitalistas. Mas, por outro, é um trabalhador, aliado natural da classe operária, por isso é impossível aplicar-lhe a política de expropriação que se leva a cabo em relação à burguesia.

Deste modo, o Estado dos trabalhadores não pode basear-se durante muito tempo em duas bases económicas antagónicas: a grande indústria unificada na cidade e a pequena produção privada fragmentada no campo. A indústria socialista leva, no processo do seu desenvolvimento, à liquidação das relações de produção capitalistas, enquanto a pequena exploração capitalista as gera. Além do mais,

o crescimento da indústria exige objectivamente o alargamento do mercado interno e as explorações camponesas individuais não estão em condições de satisfazer um tal alargamento. Tal como já dissemos, as pequenas explorações camponesas têm possibilidades verdadeiramente limitadas de adoptarem a maquinaria, pois que muitas das suas formas não são aqui rentáveis. Além disso, a maioria dos camponeses não dispõem de meios suficientes para adquirir uma tal maquinaria.

As vias de solução dos problemas da construção socialista no campo, ou seja a construção do socialismo no país, foram definidas por V. I. Lénine no seu plano cooperativo. *O plano leninista de cooperativização* partia do facto de, nas condições da ditadura do proletariado, pressupondo a concentração dos meios de produção fundamentais nas mãos do Estado dos operários e camponeses, a cooperativização ser para estes a forma mais acessível de os fazer entrar no caminho da construção socialista.

V. I. Lénine elaborou os princípios básicos da cooperativização socialista. Um dos princípios mais importantes da cooperativização consiste no facto de ser necessário gradualmente levar o camponês trabalhador para as formas colectivas da economia através da via do esclarecimento paciente e demonstração prática das vantagens de uma tal forma da economia. Lénine acentuou mais de uma vez que o processo de transição para formas de exploração colectivas só pode ser voluntário e paulatino. O método de esclarecimento e não o da

obrigatoriedade, o interesse material individual do camponês devem estar na base de todo o trabalho de socialização da agricultura. Lénine afirmou reiteradamente que as explorações colectivas devem ser dirigidas segundo princípios estritamente económicos com respeito invariável do pagamento do trabalho, de acordo com a sua quantidade e qualidade. Esta questão não pode ser resolvida ao acaso, espontaneamente, só pode ser resolvida na luta contra as forças da tradição da velha sociedade, só pode ser decidida quando a classe operária e o seu partido dirigem essa luta.

A ajuda organizativo-técnica e financeira do Estado às explorações cooperativas é uma condição necessária ao progresso da cooperativização camponesa.

Para ganhar os camponeses para a produção cooperativa, o Estado deve, antes do mais, usar largamente as diferentes formas de cooperação na esfera da circulação: crédito, venda, compra e consumo. Estas formas simples de cooperação, que respondem aos interesses dos camponeses como compradores e vendedores privados, educam neles atitudes de colectivismo. É dado que o comércio está imediatamente ligado à produção e exerce sobre ela um efeito contrário, o desenvolvimento dos hábitos colectivos no comércio cria condições favoráveis para a cooperativização paulatina na esfera da produção.

O plano leninista de cooperativização apontou a introdução de algumas medidas preparatórias com o fim de criar premissas materiais e políticas para a passagem dos camponeses

ao cultivo colectivo das terras e à economia colectiva. As premissas mais importantes são:

– nacionalização total ou parcial da terra e sua entrega para usufruto gratuito ou como propriedade dos camponeses;

– desenvolvimento por todos os meios das formas simples, mais elementares de cooperação: crédito, venda, compra, criação de associações para o uso conjunto do inventário e trabalho em comum da terra que representem um grau preparatório para a cooperação de nível superior, a cooperação de produção;

– industrialização socialista que provê a produção agrícola de máquinas necessárias às grandes explorações socialistas;

– organização nas terras nacionalizadas de grandes empresas estatais que dêem o exemplo de economia racionalizada, actuem como apresentadoras do progresso técnico, e de novos métodos de organização da produção, e ajudem com todos os meios os camponeses a passar à colectivização;

– criação de estações de aluguer de máquinas e tractores que forneçam ajuda em condições vantajosas às camadas pobres e médias do campo, assim como às cooperativas nas suas explorações;

– execução de uma política de crédito e impostos dirigida no sentido de atrair os camponeses para todas as formas de cooperação;

– uso da contratação como método de introdução nas explorações camponesas individuais de princípios de planeamento.

A contratação era um sistema de acordos entre organizações estatais de aprovisionamento e as explorações camponesas sobre a venda da produção agrícola. Obtendo créditos, instrumentos de trabalho e outros artigos industriais do Estado, os camponeses asseguravam a venda ao Estado da produção obtida em prazos definidos e a preços previamente estabelecidos. A contratação permitiu o desenvolvimento da produção das culturas intensivas e trabalhosas, criou ligações estáveis do campo com as organizações estatais de aprovisionamento e venda.

Todas as medidas preparatórias acima enunciadas limitaram as tendências exploradoras dos elementos capitalistas privados no campo. Com este mesmo fim, o Estado introduziu a limitação das dimensões das herdades privadas e da exploração do trabalho assalariado.

Capítulo XIII

FORMAS DE TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA NOS DIFERENTES PAÍSES

A cooperação de produção dos camponeses é uma lei geral da construção do socialismo. No entanto, este processo teve a sua especificidade, como o mostrou a vida, nos diferentes países.

Na Rússia, as novas formas de agricultura socialista começaram a ser criadas pouco depois da vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro. Guiando-se pelo plano leninista de cooperativização, o Partido Comunista levou a cabo, até 1928, o trabalho de desenvolvimento das formas elementares de cooperação no campo.

Inicialmente, a forma básica de cooperação de produção era a associação para o trabalho conjunto da terra (TOZ). Através desta socializava-se, de modo geral, o trabalho no processo de amanho conjunto das parcelas de terra, às vezes com as demarcações, mas frequentemente sem elas entre as parcelas. Nas TOZ uniam-se parcialmente as alfaias agrícolas, assim como o gado de trabalho. Eram pequenas herdades colectivas com baixo nível de socialização económica. Até 1929, as TOZ ocuparam

um lugar preponderante no campo em comparação com outras formas de cooperação de produção dos camponeses.

A prática do movimento cooperativo na URSS conhece uma forma de cooperação como a comuna camponesa. Trata-se de uma cooperativa de produção onde foi feita a socialização de todos os meios de produção, não só dos fundamentais, mas também dos secundários. Importa assinalar que uma tal forma de cooperação não obteve grande difusão. As comunas surgidas nos primeiros anos do Poder Soviético desmoronaram-se posteriormente e foram transformadas em uniões agrícolas.

Tal como mostrou a vida, as cooperativas (explorações colectivas – kolkhozes) revelaram-se as uniões cooperativas de produção mais adaptadas para as tarefas e fins da construção do socialismo. Nestas foi socializado o usufruto da terra, o amanho, o gado de trabalho, as máquinas e alfaias agrícolas, assim como as instalações de produção e exploração fundamentais. Os kolkhozianos, tal como os outros cidadãos da URSS, utilizam as parcelas de terra que lhes são entregues pelo Estado para organizar exploração auxiliar caseira, plantar pomar e horta, assim como para construção residencial individual. São propriedade pessoal dos kolkhozianos as construções residenciais, uma parte do gado produtivo e aves.

A união agrícola faz com que se harmonizem mais plena e satisfatoriamente os interesses pessoais dos kolkhozianos, corresponde aos princípios da cooperação voluntária e assegura

o desenvolvimento multilateral das forças produtivas na agricultura.

As empresas agrícolas estatais baseadas na forma socialista da propriedade surgiram na URSS sob a forma de sovkhozes. Os primeiros sovkhozes foram criados logo depois da Revolução de Outubro de 1917 na terra dos antigos latifúndios, desempenharam um papel importante na transformação da agricultura sobre bases socialistas, prestavam ajuda agronómica e zootécnica aos kolkhozes e explorações agrícolas camponesas, mostravam na prática as vantagens da grande produção social na esfera da agricultura.

A ajuda do Estado ao campo através de maquinaria moderna, quadros qualificados, meios financeiros, a direcção da classe operária e do Partido Comunista nas transformações do campo, a observação acurada dos princípios leninistas da cooperação possibilitaram a vitória completa da produção colectiva na agricultura da URSS.

Em 1940, os kolkhozes uniam já 98% das explorações camponesas. Ao mesmo tempo que se passava à colectivização em massa, começavam a formar-se empresas do Estado que serviram os kolkhozes com técnica agrícola: parques de tractores e máquinas (MTS). Deste modo, o Estado encontrou a forma organizativa que dava possibilidades de usar amplamente nos kolkhozes a nova técnica, na base da qual a economia colectiva dos kolkhozes se fortaleceu rapidamente nos campos organizativo e económico.

O papel histórico e o contributo dos MTS

não consistiu só no facto de serem organizadores da produção kolkhoziana numa nova base técnica. O significado dos MTS consistiu ainda no facto de serem uma nova forma de ligação da classe operária e do campesinato, de união da cidade e do campo, entre a indústria estatal e os kolkhozes.

Deste modo, nos anos 30 foi criada na URSS a produção agrícola socialista. Com isso foi resolvida com êxito a questão mais difícil e complicada depois da tomada do poder pelos trabalhadores. Na base da colectivização total, foi liquidada completamente a última classe exploradora, a classe dos kulaks. A concretização da industrialização socialista na cidade e a colectivização no campo levaram à liquidação da oposição secular entre a cidade e o campo.

A experiência da União Soviética foi usada com êxito por outros Estados socialistas, no entanto a cooperativização adquiriu aí características diferentes. Acontece que na maioria esmagadora dos países socialistas a terra não foi totalmente nacionalizada, ao contrário do que aconteceu na URSS, antes foi entregue aos camponeses como propriedade privada. Como já foi assinalado, um tal modo de resolver a questão camponesa foi necessário, pois que a nacionalização total da terra não encontraria apoio da parte dos camponeses que desde tempos remotos lutavam com os latifundiários.

Por isto, numa série de países socialistas, inicialmente procedeu-se a criação de cooperativas de produção de «nível inferior». Quando da entrada dos camponeses nestas cooperativas,

a terra que lhes pertencia entrava como quota e continuava a ser sua propriedade. Os camponeses recebiam não só dividendos de acordo com a qualidade e quantidade do seu trabalho despendido na exploração colectiva, mas tinham também um rendimento específico das parcelas de terra entregues à cooperativa. Na etapa seguinte da cooperativização, na passagem às cooperativas de "nível superior" (que correspondem aos kolkhozes soviéticos e se distinguem apenas pelo facto de nestes a terra ser da cooperativa e não propriedade estatal), os dividendos repartem-se apenas segundo o trabalho.

Na transformação paulatina da agricultura dos países de democracia popular, as explorações agrícolas estatais – goskhozes – organizadas na terra nacionalizada como grandes empresas especializadas – desempenharam um importante papel. Os goskhozes foram uma evidente demonstração das vantagens da grande produção em relação à pequena. Estas explorações junto com os parques de tractores e máquinas aceleraram a passagem do campesinato às formas colectivas de exploração da terra, ajudavam os camponeses na aplicação da nova técnica e nos trabalhos de melhoramento do solo.

Tendo em conta todas as especificidades nacionais nos países europeus de democracia popular, pode-se encontrar três formas de cooperativas de produção. Na primeira, a forma inferior, somente o trabalho era socializado e a terra e os meios de produção mantinham-se como propriedade dos camponeses. Na segunda

forma, socializavam-se os meios de produção fundamentais e o trabalho, e a terra era trabalhada como uma herdade, apesar de se manter na propriedade privada. A terceira forma, a superior (cooperativa agrícola) é aquela em que o trabalho, os meios de produção e a terra são socializados e os dividendos são distribuídos segundo a qualidade e quantidade do trabalho despendido.

As condições históricas, as tradições, a especificidade nacional, etc., condicionaram os diferentes ritmos de cooperativização camponesa. Assim, em muitos países socialistas da Europa (Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Roménia, etc.) a união de produção das explorações camponesas foi efectuada, no fundamental, até ao início dos anos 60.

A cooperativização dos camponeses na Jugoslávia encontra-se ainda na etapa inicial. O Sector socialista da agricultura é representado maioritariamente pelas propriedades estatais, pelas uniões agro-industriais e por um pequeno número de cooperativas de produção. Às explorações individuais cabe mais de 80% da terra e 70% da produção agrícola.

Em Cuba, em 1959 e 1963, durante a execução da reforma agrária, foi liquidada a classe dos latifundiários e grandes agrários estrangeiros, assim como parte da burguesia fundiária. A terra foi distribuída pelos antigos arrendatários, rendeiros e camponeses sem terra. A parte fundamental da terra das grandes propriedades passou logo à propriedade social. Nas mãos do Estado encontram-se 2/3 de toda a terra, na base da qual foi criado o sector

estatal, aos camponeses foi dado o direito de escolherem as formas de cooperativas de produção que achassem mais vantajosas. Aumentaram no país as cooperativas especializadas no cultivo da cana de açúcar. A sua parte na produção nacional desta cultura é de 20%. No total, havia em Cuba, em 1981, 1100 cooperativas de produção agrícola.

No fim dos anos 70, a parte do sector socialista na agricultura excedia, no âmbito do sistema socialista mundial, 90%.

Nos países em desenvolvimento que seguem a via de orientação socialista é utilizada também a experiência soviética de cooperativização camponesa.

A passagem dos países ex-colónias e dependentes para a via de desenvolvimento não-capitalista leva-se a cabo necessariamente através da etapa de transformações amplamente democráticas, entre as quais um dos lugares mais importantes é ocupado pela reforma agrária e ulterior reorganização da produção agrícola. Estas transformações têm indubitavelmente a sua especificidade em cada país que inicia a via de desenvolvimento independente em conformidade com os problemas da etapa concreta da revolução, nível de desenvolvimento económico atingido, grau de penetração das relações capitalistas na economia, distribuição e relações mútuas das forças de classe ou, por outras palavras, dependem das variadas condições sócio-económicas que diferenciam os países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina.

No entanto, apesar de toda a variedade

destas condições, existem algumas leis gerais devido às quais a cooperação agrícola se torna um factor importante da transição dos países em vias de desenvolvimento para a via não capitalista. Devido à estrutura sócio-económica formada, a resolução da questão agrária é, para os países em vias de desenvolvimento, uma condição importantíssima do seu desenvolvimento progressivo depois da obtenção da independência política. A resolução da questão agrária adquiriu, nestes países, um conjunto de características gerais, pois que está, de um ou outro modo, relacionada:

– com a liquidação da propriedade fundiária dos estrangeiros;

– com a liquidação das grandes explorações feudais;

– com a ajuda multilateral por parte do Estado aos camponeses que recebem terras para usufruto pessoal como resultado da reforma agrária;

– com a resistência de tendência de estabelecimento da propriedade privada da terra;

– com o desenvolvimento das formas democráticas de organização da agricultura na base da introdução de princípios colectivistas na condução da exploração.

Na Argélia, logo depois da fuga dos colonizadores franceses, os camponeses criaram um sector autogestionário que engloba um terço da terra cultivável e fornece mais de metade da produção agrícola. Neste sector está ocupada uma oitava parte da população rural (cerca de um milhão de pessoas). Na primeira etapa da reforma agrária (1972-78), mais de 800 mil

hectares de terras nacionalizadas foram distribuídas pelos camponeses pobres. Os camponeses que receberam terras uniram-se em 2500 cooperativas, entre as quais havia mais de 300 associações de ajuda mútua, cerca de 800 uniões para aproveitamento conjunto da terra e 1364 cooperativas de produção. Em finais de 1980, no país contavam-se mais de 6 mil cooperativas camponesas que englobavam cerca de 100 mil explorações agrícolas e às quais o Estado prestava um apoio considerável.

O governo da Tanzânia leva à prática um extenso programa de transformação da agricultura. A construção de "aldeias socialistas" em que se formam cooperativas de produção adquiriu proporções maciças. Em 1971, havia 2700 dessas aldeias, em 1974 mais de 5500 e em 1977 mais de 7600 com uma população superior a 13 milhões de pessoas.

Importantes transformações são levadas a cabo na agricultura de Moçambique. São dados passos para a criação de cooperativas de produção sob a forma de campos comunitários trabalhados por 10-30 famílias que posteriormente vendem a produção às organizações estatais de compra. Uma outra forma de cooperação, mais desenvolvida, é a das "aldeias comunais", onde o nível de socialização é bastante superior. Até finais dos anos 70, foram criadas mais de 1500 aldeias deste tipo cuja população atinge cerca de 3 milhões de pessoas.

Foram dados passos significativos na via do desenvolvimento do movimento cooperativo em Angola. As cooperativas são criadas sob a forma de associações camponesas, de cooperativas do primeiro e segundo tipo.

Na Etiópia, o movimento cooperativo começou a desenvolver-se impetuosamente depois da declaração da terra como propriedade do povo etíope.

Em finais dos anos 70, foram criadas no campo mais de 27 mil associações camponesas que agrupam mais de 7 milhões de famílias. Na prática, exercem a função de órgãos do poder local. No início dos anos 80, havia no país mais de 2000 cooperativas, mais de 10% das quais eram de produção.

Capítulo XIV

REVOLUÇÃO CULTURAL

No processo de criação da base material e técnica do socialismo, das transformações socialistas da agricultura, também os próprios trabalhadores sofrem mudanças. A indústria socialista e a agricultura mecanizada em grande escala necessitam de trabalhadores com um nível cultural e técnico elevado, desconhecido da pequena produção dispersa baseada no trabalho manual. É a revolução cultural que resolve o problema da formação de quadros qualificados necessários à construção do socialismo [1].

[1] Importa desde já esclarecer que a revolução cultural, na plena concepção marxista-leninista, consiste no domínio pelos trabalhadores de todos os valores espirituais e culturais acumulados pela humanidade, na necessidade de colocar estes valores ao serviço das amplas massas trabalhadoras. Uma tal compreensão de revolução cultural não tem nada de comum com a tristemente conhecida "Revolução Cultural" da China, que isolou de facto as massas populares da herança cultural progressiva do passado.

A revolução cultural não é apenas um acto efémero, mas uma questão longa e difícil de transformação radical da vida espiritual da sociedade. A execução da revolução cultural é uma lei importante da transição do capitalismo para o socialismo. O seu fim fundamental consiste na criação de uma cultura nova, socialista. O proletariado vencedor não renega totalmente a cultura burguesa, aproveita as suas melhores realizações, aprecia-as criticamente e coloca-as ao serviço das amplas massas trabalhadoras.

A elevação da cultura popular, a criação de condições propícias para a adesão dos trabalhadores à política, ao saber de valores culturais de toda a humanidade, a difusão da ideologia socialista e a organização na sua base de toda a vida espiritual da sociedade, a ultrapassagem dos costumes e da moral pequeno-burgueses constituem o conteúdo geral da revolução cultural.

A revolução cultural é necessária em todos os países que enveredam pela via do socialismo, independentemente do nível de desenvolvimento, pois mesmo em países capitalistas mais desenvolvidos a ideologia burguesa é dominante e os trabalhadores estão, como regra, privados do acesso às realizações da cultura. Usando todos os meios de influência ideológica, as classes dominantes da sociedade capitalista fazem tudo por submeter a consciência dos trabalhadores à influência das suas ideias, por afastar a sua atenção dos problemas políticos agudos. Só a revolução socialista cria condições reais para a libertação espiritual dos trabalhadores e abre

a estes o caminho da sabedoria, da autêntica cultura.

O Estado em que o poder foi tomado pelos trabalhadores torna património de todo o povo as instituições da cultura, todos os meios de influência ideológica sobre as pessoas: museus, teatros, cinemas, rádio, televisão, imprensa, etc. Toma nas suas mãos o ensino e educação da jovem geração, reestrutura radicalmente, partindo dos interesses do povo, a escola média geral e superior.

A seu tempo, alguns oportunistas fizeram os possíveis por afirmar que, sem se ter atingido um determinado nível cultural, sem a existência no país de um número suficiente de elementos da "inteligênsia", os trabalhadores não deviam tomar o poder, pois que "pouco instruídos", não poderiam dirigir o Estado e garantir a construção do socialismo.

A própria vida refutou tais asseverações. A classe operária da Rússia, em aliança com todos os trabalhadores, conquistou o poder num país atrasado do ponto de vista cultural, onde 3/4 da população era analfabeta. O facto seguinte fala do baixo nível cultural dos povos da antiga Rússia czarista. Em 1906, ou seja, 11 anos antes da Grande Revolução Socialista de Outubro, um jornalista supérfluo publicou um artigo em que adiantava os seus cálculos: para a completa liquidação do analfabetismo dos homens da Rússia necessitava-se de 180 anos, das mulheres de cerca de 300 anos e dos povos das periferias nacionais era indicado o prazo de 4600 anos. Tendo tomado o poder nas mãos, o proletariado fez todos os possíveis para ultrapassar num curto espaço histórico o atraso cultural do país. Até 1937, ano em que terminou o período de transição na URSS, foi liquidado no fundamental o analfabetismo. O país foi coberto com uma espessa rede de escolas, estabelecimentos de ensino especiais, médios e superiores.

Foi feito pelo Estado proletário muito para a instrução e educação dos povos das antigas periferias nacionais da Rússia.

Basta dizer que no início dos anos 20, na Ásia Central, o número de pessoas que não possuía a mais elementar alfabetização constituía 90–96% e, no Cazaquestão, 82% da população. Hoje, estas repúblicas atingiram praticamente os 100% de alfabetização e quase metade da população de cada uma delas possui instrução superior e média (geral e especializada). Só na RSS do Uzbequistão trabalham agora mais especialistas com instrução superior e média do que em toda a economia da URSS no fim dos anos 20.

As nações e os povos que antes não tinham escrita obtiveram a possibilidade de ler e escrever na sua própria língua. As crianças aprendem na escola também a língua materna. A introdução da escrita abriu a estes povos o contacto com os tesouros da cultura mundial. No início de 1941, trabalhavam na economia soviética 2,5 milhões de especialistas com instrução superior, enquanto em 1913 eram apenas 190 mil.

Grandes êxitos na realização da revolução cultural foram obtidos também por outros países socialistas, onde a ideologia socialista tam-

bém se afirmou e tornou dominante, foi formado um sistema de ensino e instrução genuinamente popular, formou-se uma intelectualidade do povo.

Se, por exemplo, na velha Polónia, o número de analfabetos era de 23% da população, na Roménia de 43% e na Bulgária de 27%, actualmente nestes países socialistas o analfabetismo não existe, tendo sido liquidado em prazos extremamente curtos.

A transformação radical das relações nacionais é uma das questões mais importantes do período de transição, questão cuja resolução adquire um significado especialmente importante nos países plurinacionais. A liquidação da desigualdade política dos diferentes povos é apenas o primeiro, embora necessário, passo para a ultrapassagem da desigualdade de facto, desigualdade económica. A liquidação da desigualdade económica das periferias nacionais realiza-se no processo de construção do socialismo, isto é, durante a industrialização socialista, a cooperativização da agricultura e a realização da revolução cultural.

Como resultado da realização destas medidas, na URSS, por exemplo, os povos antes atrasados implantaram relações socialistas, realizaram a transição para o socialismo sem passarem pelo estádio de desenvolvimento capitalista.

A prática de construção do socialismo na URSS e noutros países plurinacionais testemunha que só o socialismo é capaz de resolver a questão nacional gerada pelo capitalismo: liquidar o jugo nacional, estabelecer a

igualdade política de nações e povos, acabar com todos os privilégios e limitações nacionais, organizar a colaboração multilateral e a ajuda mútua entre nações e povos, garantir a realização da sua igualdade económica e cultural, igualar o nível do seu desenvolvimento.

A prática de construção socialista confirmou que o socialismo cria as condições necessárias ao desenvolvimento de formações nacionais que não separam, antes aproximam as nações e os povos. A execução na URSS do programa leninista acerca da questão nacional levou a que as repúblicas nacionais manifestassem a iniciativa da sua união voluntária. Deste modo, em 1922 foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A formação da URSS foi a encarnação das ideias de V. I. Lénine acerca da união voluntária das nações livres, o triunfo da política nacional do Partido Comunista da União Soviética.

A vida mostrou que esta união conjuga harmonicamente a unidade internacional e a soberania nacional. As nações que entraram a fazer parte da União Soviética obtiveram iguais direitos e possibilidades para o seu desenvolvimento nacional.

A essência da soberania nacional consiste não na separação estatal obrigatória da nação dada dos outros povos, mas na sua livre escolha da forma de desenvolvimento social e político. A prática de desenvolvimento da União Soviética demonstrou convencentemente que a soberania de cada nação se realiza melhor na família multinacional fraternal. Foi precisamente esta união voluntária e estreita das nações

e povos que possibilitou a vitória final do socialismo na URSS. A resolução da questão nacional pode ser colocada por direito ao lado de importantes factos da realidade soviética como a industrialização, a transformação da agricultura e a revolução cultural.

A experiência da URSS na resolução da questão nacional é criativamente usada por outros países socialistas. Tem também grande significado para os povos dos jovens Estados plurinacionais que se libertaram do jugo colonial, assim como para os povos que lutam pela sua libertação do colonialismo.

Capítulo XV

SERÁ POSSÍVEL A PASSAGEM AO SOCIALISMO SEM ATRAVESSAR A FASE DO CAPITALISMO DESENVOLVIDO?

A questão da possibilidade da passagem ao socialismo dos países atrasados do ponto de vista económico sem atravessar a fase do capitalismo desenvolvido foi ainda colocada, nos seus termos gerais, por Karl Marx e Friedrich Engels.

Avançando a ideia de uma tal possibilidade, os dirigentes do proletariado ligaram-na a um conjunto de condições.

Em primeiro lugar, à vitória do socialismo nos países mais desenvolvidos. Friedrich Engels assinalou que logo que se acabe com o capitalismo, onde ele atingiu o seu apogeu, os países economicamente atrasados verão neste exemplo como "... colocar as forças produtivas da indústria contemporânea como propriedade social ao serviço de toda a sociedade no seu conjunto – só então estes países atrasados podem começar um processo de desenvolvimento tão rápido. Mas então os seus êxitos

estão garantidos. E isto diz respeito... a todos os países que se encontram no estádio de desenvolvimento pré-capitalista" [1].

Em segundo lugar, à necessidade de influência recíproca da revolução proletária nos Estados altamente desenvolvidos e a revolução democrática nos países atrasados. "... Se a revolução russa se tornar o sinal de uma revolução proletária no Ocidente – escreveram K. Marx e F. Engels – de modo que se completem uma à outra, a actual propriedade comunitária russa da terra pode servir de ponto de partida para um desenvolvimento comunista" [2].

Em terceiro lugar, para passar além do estádio capitalista de desenvolvimento, os países economicamente atrasados precisam de ajuda multilateral e apoio por parte dos Estados em que já triunfou a revolução proletária: Nenhuma nação pode, apenas com os seus próprios esforços e meios, ultrapassar as fases de desenvolvimento naturais ou anular estas últimas por decretos.

Importa assinalar que as condições reais de então não davam possibilidades aos fundadores do socialismo científico de desenvolver e concretizar as ideias por eles avançadas da transição de alguns países para o socialismo sem passar pela fase do capitalismo desenvolvido. O próprio Engels escreveu o seguinte a este propósito: "Que fases sociais e políticas têm estes países de furar até que cheguem também

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 22, p. 446.
[2] K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 19, p. 305.

à organização socialista. Sobre isto, penso que apenas podemos lançar algumas hipóteses ociosas" [1].

A questão da possibilidade de desenvolvimento para o socialismo sem passar pelo capitalismo foi desenvolvida, detalhada e adaptada a novas condições históricas nos trabalhos de V. I. Lénine e encontrou a sua expressão concentrada nos documentos do II Congresso do Komintern. "...poderemos considerar correcta a afirmação de que o estádio capitalista de desenvolvimento da economia nacional é inevitável para os povos atrasados que estão agora a libertar-se?.. Respondemos negativamente a esta questão. Se o proletariado revolucionário vitorioso realizar entre eles uma propaganda sistemática e os governos soviéticos forem em sua ajuda com todos os meios de que dispõem, é errado supor que o estádio capitalista de desenvolvimento é inevitável para os povos atrasados... Com a ajuda do proletariado dos países avançados, os países atrasados podem passar ao sistema soviético e, através de graus de desenvolvimento definidos, ao comunismo, não passando pelo estádio capitalista de desenvolvimento" [2].

Trata-se ainda da possibilidade de orientação socialista nos países sócio-economicamente atrasados, onde no momento de estabelecimento do poder popular não existem condições para a imediata passagem à construção do socialismo (nível de desenvolvimento das forças

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 35, p. 298.
[2] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 384.

de produção extraordinariamente débil, ausência completa ou quase completa de proletariado, etc.). Esta etapa da revolução nacional-libertadora, que recebeu, na literatura marxista, o nome de "via de desenvolvimento não capitalista", prevê a criação de socialismo, preparando as premissas sócio-económicas e políticas para as subsequentes transformações socialistas. O conteúdo desta etapa consiste na transformação radical de todos os aspectos da vida social, tendo em vista a perspectiva socialista, sob a direcção de uma frente nacional, das forças revolucionário-democráticas progressistas, que defendem posições consequentemente anti-imperialistas e as da união com a comunidade socialista mundial.

Importa salientar que Lénine assinalou com especial acuidade a necessidade de uma transformação mais lenta, cuidadosa e consequente para o socialismo dos países onde predominam as relações pré-capitalistas, onde a maioria esmagadora da população é camponesa. Nestes países, é necessária uma adopção específica da teoria do socialismo científico. É impossível definir previamente que meios concretos são necessários para a passagem ao socialismo das relações pré-capitalistas. Só a própria vida, a experiência prática podem dizer quais são esses meios.

Os ensinamentos leninistas sobre a possibilidade de transição para o socialismo dos países atrasados sem passar pelo estádio do capitalismo desenvolvido são confirmados pela prática da construção socialista na URSS e num conjunto

de outros países. Na URSS, os povos das repúblicas centro-asiáticas e do Extremo Norte, apoiando-se na ajuda fraternal desinteressada da classe operária russa, chegaram ao socialismo sem passar pelo capitalismo.

Os povos do Uzbequistão, Cazaquestão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Kirguízia e de outras antigas periferias da Rússia czarista percorreram, durante os anos do Poder Soviético, um caminho que noutras condições poderia levar séculos. O rápido progresso destes povos tornou-se possível apenas graças ao sistema social socialista e, como já foi assinalado, à ajuda do proletariado vitorioso da Rússia. Como resultado do processo de nivelamento do desenvolvimento das repúblicas soviéticas nacionais, todos os povos da URSS obtiveram a possibilidade de chegar ao mesmo tempo à vitória do socialismo.

A experiência da Mongólia é um testemunho esclarecedor do desenvolvimento não capitalista com êxito. Até à vitória da Revolução Popular (1921), este país era um dos mais atrasados da Ásia. A base e praticamente o único sector da sua economia era a criação nómada de gado. A economia dos pastores, impiedosamente explorados pelos feudais, tinha um carácter marcadamente natural. As relações mercadoria-dinheiro estavam fracamente desenvolvidas, o comércio externo e interno estavam nas mãos do capital estrangeiro.

A Revolução Popular Mongol mudou radicalmente a situação. Sendo anti-imperialista, antifeudal pelo seu carácter, a revolução resolveu a questão da liquidação do feudalismo,

da democratização da vida social e política, da construção do socialismo.

O surgimento de leis gerais de transição para o socialismo teve na Mongólia características específicas, condicionadas pelo domínio das relações pré-capitalistas, pela ausência de burguesia nacional e de classe operária. Nestas condições, o campesinato, dirigido pelo Partido Popular Revolucionário da Mongólia e apoiando-se na união e ajuda do proletariado da URSS, tornou-se a força motriz mais importante.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o povo vietnamita constrói com êxito o socialismo sem passar pelo estádio do capitalismo desenvolvido. Tem grande importância a experiência histórica de desenvolvimento dos povos do Oriente soviético e da Mongólia pelo caminho do socialismo. Demonstrou concludentemente a veracidade dos ensinamentos marxistas-leninistas sobre o desenvolvimento não capitalista e mostrou que mesmo os povos muito atrasados do ponto de vista económico, seguindo por esta via, podem resolver as suas tarefas políticas e sócio-económicas, liquidar a pesada herança do capitalismo e criar Estados economicamente desenvolvidos e independentes. O desenvolvimento pela via não capitalista criou também condições para a resolução da questão nacional e efectuação da revolução cultural.

Existem actualmente condições favoráveis ao desenvolvimento não capitalista de um conjunto de países que se libertaram da dependência colonial.

Os factores que favorecem o desenvolvimento não capitalista nas condições actuais são os seguintes: em primeiro lugar, a existência e o fortalecimento constante do sistema socialista mundial, o que garante para os países que escolhem a via de orientação socialista a ajuda económica multilateral e restringe a possibilidade de uma intervenção capitalista directa. Em segundo lugar, a coincidência de algumas tarefas da revolução nacional-libertadora com as tarefas de criação de condições para a subsequente construção do socialismo. Tais condições importantes são o estabelecimento do controlo, limitação e, posteriormente, a completa proibição da actividade dos monopólios estrangeiros; a nacionalização dos sectores-chave da economia e a criação do sector estatal; a execução de transformações agrárias progressistas; a criação de explorações agrícolas estatais e estímulo da cooperação dos camponeses e artesãos; a execução da diversificação da economia, nomeadamente através da industrialização; a introdução da planificação a longo e curto prazo; a realização do controlo, sobre o comércio externo e interno.

A prática destas medidas é possível apenas na presença de um poder revolucionário democrático que se apoie nas amplas massas trabalhadoras, no incremento da actividade política destas na vida social, no aumento do papel do proletariado, do campesinato, da juventude trabalhadora e das camadas médias da população citadina.

Nos países em vias de desenvolvimento de orientação socialista, a economia pluri-sectorial tem um carácter específico e faz lembrar em

muito a economia do período de transição na URSS. Fortalece-se aqui o sector estatal e cooperativo, forma-se o proletariado nacional.

Dos ensinamentos leninistas acerca da possibilidade de transição para o socialismo dos países economicamente atrasados sem passar pelo estádio do capitalismo desenvolvido não é lícito tirar a conclusão de que esta possibilidade deve obrigatoriamente tornar-se realidade. Ao lado dos factores que facilitam esta via, actuam factores desfavoráveis à orientação socialista. São, antes de tudo, a influência do imperialismo nos países em desenvolvimento, que se revela tanto nos sectores da economia como nos da política e da ideologia; a resistência da reacção interna e, por fim, a actividade dos extremistas "de esquerda", sob a influência dos quais, em alguns países que enveredam pela via de desenvolvimento não capitalista, se cometem erros subjectivistas. Isto facilita a luta das forças reaccionárias contra a política de orientação socialista e, em casos isolados, pode levar à vitória temporária da reacção.

Importa também acentuar que a existência de condições e premissas externas favoráveis não fomenta por si só, automaticamente, os progressos da luta pelo socialismo. Esta luta exige esforços constantes e titânicos das amplas massas populares e da vanguarda política.

Por fim, o desenvolvimento com êxito dos países de orientação socialista depende da distribuição e correlação das forças de classe internas, do resultado da sua luta, da existência de uma força organizada capaz de encabeçar e dirigir o movimento da sociedade para o socialismo. Eis a razão por que a orientação socialista pressupõe não o surgimento automático nem espontâneo de condições para as subsequentes transformações socialistas, mas a luta pertinaz tanto com os inimigos externos do socialismo como com os internos pela realização destas condições.

Capítulo XVI

ORIENTAÇÃO SOCIALISTA: ALGUMAS CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A questão da possibilidade de transição para o socialismo sem passar pelo estádio do capitalismo desenvolvido já não é hoje um problema meramente teórico. A própria prática social de um conjunto de países afro-asiáticos confirmou a veracidade da previsão dos fundadores do socialismo científico.

Pela via de desenvolvimento não capitalista (ou seja de orientação socialista) enveredou todo um grupo de países que anteriormente eram coloniais e dependentes.

É perfeitamente natural que o nível de avanço dos países de orientação socialista pela via do progresso social seja diferente. Há países onde há muito se realizam transformações sócio-económicas profundas, como é o caso da República Democrática Popular da Argélia, da República Socialista da União Birmanesa, da República da Guiné, da República Popular do Iémen, da República Popular do Congo, da República Árabe da Síria e da República Unida da Tanzânia.

Nos outros países que escolheram a via não capitalista de desenvolvimento, as transformações começaram há relativamente pouco tempo. Estes são: a República Popular de Angola, a República Democrática do Malgaxe, a República Popular de Moçambique, a Etiópia Socialista e alguns outros.

Os mais de 20 anos de experiência do conjunto dos países que enveredaram pela via de orientação socialista permitem extrair algumas generalizações e conclusões.

A conclusão mais importante que se pode extrair da experiência adquirida consiste no facto de a nova forma de desenvolvimento progressista possuir grandes capacidades de atracção, ter uma enorme força vital. Isto é testemunhado pelo alargamento do grupo de países de orientação socialista como resultado da conquista da independência pelos povos da Guiné-Bissau, Ilhas de Cabo-Verde e Benine. A revolução no Afeganistão, cujo povo enveredou também pela via de desenvolvimento não capitalista, é uma prova das aspirações anticapitalistas no movimento de libertação dos povos das antigas colónias e países dependentes.

Nos países de orientação socialista estabilizam-se cada vez mais os regimes políticos, têm sido alcançados resultados palpáveis no desenvolvimento da economia nacional e da instrução, foram feitas reformas democráticas, antifeudais, foi elaborada legislação laboral progressista, etc. Pode dizer-se que, nos últimos vinte anos, a orientação socialista se tornou uma realidade objectiva historicamente formada, parte integrante do processo revolucionário mundial, vanguarda do movimento de libertação nacional.

A conclusão seguinte consiste em que os Estados dos países de orientação socialista têm um papel progressista como factor activo de consolidação nacional, formação da consciência nacional como condição importantíssima do desenvolvimento da instrução popular e educação das amplas massas populares no espírito anti-imperialista.

A prática de desenvolvimento dos países que se libertaram testemunha também a vitalidade da tendência revolucionária democrática, não apenas naqueles que realizam profundas transformações sócio-económicas progressivas, mas também onde os regimes democráticos revolucionários se tornaram vítimas de golpes reaccionários. Acontece que os resultados de algumas transformações progressivas das forças democráticas têm, apesar de todos os esforços da reacção, um carácter irreversível. Assim, não obtiveram resultados as tentativas do imperialismo de fazer voltar o Mali ao campo dos regimes africanos pró-ocidentais.

A experiência de desenvolvimento dos países que se libertaram pela via de orientação socialista, acumulada nos anos 70, permite destacar um conjunto de características próprias desta orientação. Quais são elas?

Em primeiro lugar, é a mudança do carácter de classe do poder político, a sua passagem para as mãos das forças progressistas que actuam no interesse das amplas massas populares, a criação de um Estado novo, revolucionário-democrático, de um novo aparelho de Estado.

Em segundo lugar, é a proclamação do socialismo como objectivo do desenvolvimento so-

cial, o rumo consequente à obtenção de uma soberania nacional real nas esferas política e económica, na política interna e externa.

Em terceiro lugar, a liquidação do domínio político e o socavamento do económico do imperialismo e dos monopólios.

Em quarto lugar, o papel regulador do Estado na economia, a criação do sector estatal que ocupa posições de comando na indústria, nas finanças e comércio externo e desempenha um papel de direcção no desenvolvimento económico, a formação do sector cooperativo na esfera da agricultura e a criação de condições para o seu desenvolvimento prioritário.

Em quinto lugar, a regularização estatal e, mais tarde, a limitação do sector capitalista privado, incluindo a nacionalização do capital estrangeiro ou o estabelecimento sobre ele de um controlo activo, em nome dos fins de desenvolvimento proclamados. Regulamentação da actividade do sector privado, enfraquecimento das posições da grande burguesia.

Em sexto lugar, a execução de transformações sociais profundas no interesse das massas populares:

– realização da reforma agrária, destinada à supressão das relações feudais no campo e distribuição da terra pelos camponeses sem terra, pequenos ou médios;
– eliminação dos privilégios sociais;
– liquidação do analfabetismo;
– supressão da desigualdade das mulheres;
– introdução da legislação social progressista

que corresponda aos interesses dos trabalhadores, melhore a sua situação na produção e as

suas condições de vida;

– fortalecimento do papel das massas populares na vida social e económica, formação do sistema da instrução popular, desenvolvimento da cultura nacional.

Em sétimo lugar, luta contra a ideologia do imperialismo e do neocolonialismo, pela afirmação da ideologia democrática revolucionária, historicamente ligada ao processo de libertação mundial, à teoria e experiência do socialismo científico.

Em oitavo lugar, linha anti-imperialista na política externa, solidariedade com o movimento de libertação nacional, colaboração multilateral e estreitas relações de amizade com os Estados da comunidade socialista que são o apoio internacional da orientação socialista.

A pedra angular da orientação socialista é a orientação do desenvolvimento interno do país. No entanto, a experiência histórica testemunha que uma política externa progressista anti-imperialista é também um factor importante de tal orientação. Por outras palavras, é impossível manter a orientação socialista não seguindo um curso de amizade e cooperação com os países socialistas e muito menos ocupando posições de inimizade em relação a essa cooperação. O triste exemplo do Egipto do período de Anwar Sadat confirmou mais uma vez a incompatibilidade da via não capitalista de desenvolvimento e da política de aproximação com o imperialismo. É característico o facto de os passos dirigidos para o socavamento das conquistas sócio-económicas da revolução egípcia terem sido dados ao mesmo tempo que se deterioravam as relações do Egipto com os países socialistas, ao mesmo tempo que se dava a viragem para o lado do imperialismo.

A execução coerente e sábia de transformações sociais profundas pode abrir perante os países de orientação socialista perspectivas de conversão da etapa nacional-democrática da revolução em etapa socialista.

Importa aqui assinalar que a tentativa de transição rápida, não preparada e directa para o socialismo, a forçagem artificial dos processos políticos e sócio-económicos pode acarretar enormes males. Tais acções minam a fé no socialismo e as possibilidades da orientação socialista que prepara a transição paulatina para a etapa socialista da revolução.

Importa assinalar ainda mais uma particularidade das condições actuais de desenvolvimento dos países de orientação socialista: a aspiração do imperialismo, em união com as forças da reacção interna, de derrubar os regimes progressistas desses países. Actos terroristas, atentados e mesmo a intervenção aberta, especulação com as dificuldades económicas, com o atraso económico e cultural, exacerbação das divisões entre nações e tribos, tudo isto é usado pelo imperialismo para fazer regressar esses países à órbita da sua exploração.

A experiência acumulada testemunha que, para a manutenção e fortalecimento da orientação socialista nos países em vias de desenvolvimento, são indispensáveis:

– existência de um partido revolucionário que

dirija a sociedade a partir das posições do socialismo científico;

– fortalecimento permanente dos órgãos do poder democrático, criados depois da liquidação do domínio colonial;

– preparação e educação de quadros partidários e estatais fiéis aos trabalhadores e ao socialismo;

– fortalecimento das forças armadas nacionais, capazes de defender as conquistas anti-imperialistas, democrático-populares da revolução;

– alargamento permanente das ligações do partido e do Estado com as amplas massas dos trabalhadores, atracção destes para a direcção dos assuntos da sociedade e do Estado;

– execução de uma política económica e social correcta que garanta o fortalecimento da independência do país, eleve o nível de produção e melhore as condições de vida da população.

No caminho do ulterior desenvolvimento colocam-se ainda aos países de orientação socialista não poucas dificuldades e problemas difíceis. Trata-se da superação da resistência dos elementos sociais inimigos, da inércia da velha formação económica, dos problemas nacionalistas e religiosos nos quadros da democracia estatal. Mas nenhumas dificuldades podem diminuir o significado do facto de se ter dado início e avançado por uma direcção nova em princípio de desenvolvimento de países outrora coloniais e dependentes. O exemplo destes países será tanto mais convincente quanto com mais êxito irão resolver as suas tarefas sócio-económicas.

A análise do desenvolvimento dos países de orientação socialista foi feita no Relatório do Comité Central do PCUS ao XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Frisou-se no Congresso que o desenvolvimento desses países, apesar de toda a variedade e das particularidades das condições em cada um deles, possui uma série de traços comuns.

"O desenvolvimento destes países na via do progresso faz-se, naturalmente, de maneira desigual e em condições difíceis. Mas as orientações fundamentais são *similares*. É a eliminação progressiva das posições dos monopólios imperialistas, da grande burguesia local e dos senhores feudais e a limitação da actividade do capital estrangeiro. É a garantia ao Estado popular de posições dominantes na economia e a passagem a um desenvolvimento planificado das forças produtivas, o encorajamento do movimento cooperativo no campo. É o aumento do papel das massas trabalhadoras na vida social e o carácter anti-imperialista da política externa destes países. Os partidos revolucionários, que exprimem os interesses das amplas massas de trabalhadores, reforçam-se"[1].

---

[1] L. I. Bréjnev. *Relatório do Comité Central do PCUS ao XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as tarefas imediatas do Partido no campo da política interna e externa*. M., 1981, pp. 15–16.

Conclusão

Passaram mais de sessenta anos desde a Grande Revolução Socialista de Outubro, o acontecimento mais importante do século XX, que abriu uma nova época da história da humanidade, a época de transição dos povos do capitalismo para o socialismo. Outubro tornou-se a bandeira dos povos que enveredaram pela via do socialismo, exemplo inspirador para os trabalhadores de todos os países que lutam contra o jugo do capital e a opressão nacional. A experiência das revoluções socialistas triunfantes num conjunto de países da Europa, Ásia e América Latina, apesar de todas as particularidades com que estes países enveredaram pela via da construção socialista, confirma a veracidade do pensamento leninista sobre a inevitável repetição à escala internacional das principais características da Revolução de Outubro.

A prática de construção do socialismo na União Soviética e noutros países socialistas testemunha convincentemente que a transição para o socialismo se realiza na base de determinadas leis gerais, obrigatórias para todos os

países. A experiência mostrou também que estas leis gerais se revelam de modos diferentes nos diferentes países.

As particularidades de construção do socialismo neste ou naquele país dizem respeito, no essencial, às formas e meios, prazos e ritmo das transformações socialistas. Mas estas particularidades de modo algum anulam as leis gerais.

No XXIV Congresso do Partido Comunista da União Soviética assinalou-se: "Os progressos na causa da construção do socialismo dependem em muito da correcta união do geral e das características nacionais, no desenvolvimento social. Agora sabemos não só teoricamente, como nos convencemos na prática de que a via para o socialismo, as suas características se definem por leis gerais que estão presentes no desenvolvimento de todos os países socialistas. Também sabemos que a acção das leis gerais se revela em formas diferentes que correspondem às condições históricas concretas, à especificidade nacional. Não é possível construir o socialismo se não nos basearmos nas leis gerais, não tivermos em conta a especificidade concreta histórica de cada país" [1]. Estas teses foram mais uma vez confirmadas no XXV Congresso do PCUS, que teve lugar em 1976.

Deste modo, a experiência do socialismo mundial confirma hoje cada vez mais que:

– a questão principal e básica da revolução socialista continua a questão do poder: ou poder da classe operária em união com outros traba-

[1] *Materiais do XXIV Congresso do PCUS*. M., Politizdat, 1972, p. 6.

lhadores, ou o poder da burguesia, dos opressores. Não existe terceira via;

– a transição para o socialismo só é possível se a classe operária, tendo tomado o poder político nas suas mãos, o usar decididamente para a liquidação do domínio sócio-económico das classes exploradoras;

– a vitória do novo regime só é possível se a classe operária e a sua vanguarda, o partido marxista-leninista, puderem sensibilizar e organizar as massas trabalhadoras para a construção da nova sociedade, para a transformação da economia e de todas as relações sociais em princípios socialistas;

– o socialismo só pode afirmar-se se a revolução socialista o puder defender dos ataques das forças inimigas dentro e fora do país.

Ao mesmo tempo, a prática do socialismo mundial testemunha que a fuga aos postulados fundamentais da teoria marxista-leninista, que dizem respeito às leis gerais da transição do capitalismo para o socialismo, e em especial a ignorância do internacionalismo proletário podem acarretar pesadas consequências. Isto testemunha uma vez mais a existência de leis gerais de construção do socialismo.

Tirando as conclusões do que foi afirmado neste trabalho, pode-se constatar que a experiência das revoluções socialistas e da construção socialista em diferentes países, independentemente das suas condições concretas, tradições nacionais e históricas, testemunha a necessidade objectiva da observação das leis mais gerais seguintes.

No campo do desenvolvimento político – direcção das massas trabalhadoras pela classe operária, cujo núcleo é o partido marxista-leninista, na execução da revolução proletária e no estabelecimento, de uma ou outra forma, da ditadura do proletariado, aliança da classe operária com a massa fundamental do campesinato e outras camadas dos trabalhadores.

No campo do desenvolvimento económico – liquidação da propriedade capitalista, estabelecimento da propriedade social sobre os principais meios de produção, criação da base material e técnica do socialismo, transformação socialista da agricultura, organização planificada do desenvolvimento da economia dirigida para a construção do socialismo.

No campo da construção nacional e cultural – execução da revolução socialista nas questões da cultura e ideologia, criação da "inteligência" fiel à classe operária, ao povo trabalhador, à causa do socialismo, liquidação da opressão nacional e estabelecimento da autêntica igualdade e da amizade fraternal entre as diferentes nações e povos.

No campo das relações internacionais – defesa das conquistas do socialismo dos inimigos externos e internos, solidariedade da classe operária e dos outros trabalhadores de um país com os trabalhadores de outros países, isto é, internacionalismo proletário.

A construção do socialismo na URSS, depois da vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro, que marcou o início da transição do capitalismo para o socialismo à escala mundial, foi o primeiro exemplo e uso consciente destas leis gerais.

A experiência do socialismo mundial testemunha a verdade profunda de V. I. Lénine, que afirmou: "...o exemplo russo mostra a *todos* os países algo de muito essencial do seu futuro inevitável e próximo" [1].

A experiência histórica do socialismo mundial enriqueceu a teoria marxista-leninista com novos postulados e conclusões, alargou os horizontes da teoria e da prática revolucionária contemporânea. A experiência provou irrefutavelmente o carácter geral e o significado das leis fundamentais da revolução socialista e da construção da nova sociedade que se realizaram pela primeira vez na Grande Revolução Socialista de Outubro, confirmou a necessidade da aplicação criadora destas leis, tendo em conta as condições concretas e especificidades dos diferentes países.

As condições da luta revolucionária que se criaram na época contemporânea originam as premissas para uma variedade significativa das formas de transição para o socialismo, alargam a base social das forças que lutam pelo derrube do capitalismo e afirmação do sistema socialista. Mas de modo algum eliminam a necessidade e não transformam a essência da transição revolucionária do capitalismo para o socialismo e das leis gerais da construção socialista.

---

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 280.

Índice

Capítulo 1
Desenvolvimento da sociedade – acaso ou lei? . . . 7

Capítulo 2
Que modos de produção conhece a história? . . . 15

Capítulo 3
Necessidade do período de transição do capitalismo para o socialismo 26

Capítulo 4
Leis gerais e particularidades do período de transição 35

Capítulo 5
Necessidade e essência da ditadura do proletariado 46

Capítulo 6
Domínio das posições-chave da economia 56

Capítulo 7
Capitalismo de Estado e controlo operário . . . 69

Capítulo 8
Transformações revolucionárias na agricultura . . 75

Capítulo 9
Sectores económicos e classes no período de transição 81

Capítulo 10
Contradições do período de transição 96

Capítulo 11
Base material e técnica do socialismo 106

Capítulo 12
Criaçaõ da agricultura socialista 120

Capítulo 13
Formas de transformação da agricultura nos diferentes países 127

Capítulo 14
Revolução cultural 137

Capítulo 15
Será possível a passagem ao socialismo sem atravessar a fase do capitalismo desenvolvido? . . . 145

Capítulo 16
Orientação socialista: algumas conclusões e perspectivas 154

Conclusão 162

A série «Biblioteca de Conhecimentos Políticos» que oferecemos aos leitores, inaugura a edição de livros dedicados aos problemas de desenvolvimento social contemporâneo. Os livros dessa série tratam, de forma acessível das questões relativas ao sistema social, à substituição das formações sócio-económicas e às particularidades do desenvolvimento da revolução técnico-científica nas condições actuais.

Os autores propõem-se analisar os aspectos práticos da edificação socialista, as particularidades da economia, da direcção científica e do desenvolvimento do indivíduo no socialismo, assim como os problemas de luta pela paz e pela coexistência pacífica.

Os livros da presente série vêm a lume em determinada sequência de temas e serão interessantes para todos que pretendem estudar a teoria marxista-leninista e as questões da prática da edificação do socialismo.

São os seguintes os livros da «Biblioteca de Conhecimentos Políticos»:

1. Plimak E., Volódine A. «Como se Desenvolve a Sociedade»
2. Lopata P. «O Comunismo como Formação Sócio-Económica»
3. Batálov E. «A Teoria Leninista da Revolução»
4. Trepelkov V. «A Crise Geral do Capitalismo»
5. Neznánov V. «Vias de Passagem do Capitalismo ao Socialismo»
6. Pirogov G. «Sistema Socialista Mundial»
7. Zótov V. «A Doutrina Leninista sobre as Revoluções de Libertação Nacional e a Actualidade»
8. Sobákine V. «Marxismo-Leninismo sobre os Problemas da Guerra e da Paz»
9. Colectivo de autores: «Capitalismo, Socialismo e Revolução Técnico-Científica»
10. Varlámov K. «Gestão Científica da Sociedade Socialista»
11. Smirnov G. «O Indivíduo sob o Socialismo»
12. Maksúdov L. «A Luta Ideológica no Mundo Contemporâneo»
13. Pavlenko A. «O Processo Revolucionário Mundial»
14. Guililov S. «O Programa Leninista de Solução da Questão Nacional»